

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã

MARIA IRENE SOARES DE FREITAS

**AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E
DIREITOS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NOS CENTROS DA
JUVENTUDE**

Porto Alegre

2021

MARIA IRENE SOARES DE FREITAS

**AS PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E
DIREITOS A PARTIR DAS EXPERIÊNCIAS VIVENCIADAS NOS CENTROS DA
JUVENTUDE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Área de conhecimento: Sociologia.

Linha de pesquisa: Segurança Cidadã, Violência e Justiça.

Professor Orientador: Dr. Alex Niche Teixeira.

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

REITOR

Carlos André Bulhões Mendes

VICE-REITORA

Patricia Pranke

DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Hélio Ricardo do Couto Alves

VICE-DIRETOR DO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Alex Niche Teixeira

COORDENADORES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SEGURANÇA CIDADÃ

José Vicente Tavares dos Santos

Fernanda Bestetti de Vasconcellos

CHEFE DA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

Vladimir Luciano Pinto

ELABORAÇÃO

Poliana Sanchez de Araujo

Vladimir Luciano Pinto

CIP - Catalogação na Publicação

Soares de Freitas, Maria Irene

As percepções dos jovens sobre o Programa de Oportunidades e Direitos a partir das experiências vivenciadas nos Centros da Juventude / Maria Irene Soares de Freitas. -- 2021.

110 f.

Orientador: Alex Niche Teixeira.

Dissertação (Mestrado Profissional) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Direitos Humanos. 2. Juventude. 3. Programa Social. 4. Segurança Cidadã. 5. Vulnerabilidade Social. I. Teixeira, Alex Niche, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pela autora.

Maria Irene Soares de Freitas

As percepções dos jovens sobre o Programa de Oportunidades e Direitos a partir das experiências vivenciadas nos Centros da Juventude

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Segurança Cidadã.

Porto Alegre, 02 de agosto de 2021.

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Orientador

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Membros

Profa. Dra. Elizabeth Mazon
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Melissa de Mattos Pimenta
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS

Profa. Dra. Rosimeri Aquino da Silva
Faculdade de Educação - UFRGS

In memoriam de meu pai Osvaldo Santos de Freitas, por seus ensinamentos sobre a vida, sobre a humanidade.

Ao Eduardo de Freitas Marin e Lourenço de Freitas Marin, meus filhos, pela oportunidade de transmitir as lições que aprendi com meu pai.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a todos os professores que ministraram as aulas no curso de Mestrado Profissional em Segurança Cidadã, possibilitando esta minha formação; a todos os colegas, que acompanharam minha trajetória; aos funcionários, à secretária e monitores, sempre dispostos a auxiliar e contribuir para o andamento do curso.

Agradeço à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), Secretário Catarina Paladini e Secretário Adjunto Egon Kvietinski, ao Departamento de Políticas para Juventude (DPJ), Diretor Álvaro Lottermann, aos Centros da Juventude Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga, Rubem Berta, Alvorada e Viamão e as Instituições Gestoras dos Centros da Juventude, Instituto Besouro, Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA), Central Única das Favelas (CUFA), Amurt-Amurtel e Instituto de Promoção, Aprendizagem e Cultura Humana, a todos, minha gratidão pela disponibilidade e contribuição, que tornaram possível esta pesquisa final e a conclusão de meu estudo.

Agradeço a Promotoria de Infância e Juventude, ao Promotor Dr. Júlio Almeida, pela entrevista concedida, quando pude conhecer um pouco sobre o tema autoexposição digital dos jovens e adolescentes como comportamento de risco e, a FASE, especialmente ao Diretor Administrativo, José Antônio Réus, e a Analista Socióloga Eliane Mombach, que me oportunizaram conhecer a instituição e o panorama da população juvenil que ocupa os espaços e serviços desta Instituição, Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) e ao Centro de Convivência e Profissionalização da FASE (CECOMP).

Agradeço aos meus filhos, Eduardo de Freitas Marin e Lourenço de Freitas Marin, pela paciência nos momentos difíceis, pelo companheirismo e parceria de sempre.

Agradeço aos jovens que participaram desta pesquisa, fico eternamente grata pelo voto de confiança e pelos nossos diálogos.

Agradeço muito ao meu orientador, Professor Doutor Alex Niche Teixeira, pela sua paciência e pelos seus ensinamentos.

LISTA DE SIGLAS

AJURIS	Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul
CECOMP	Centro de Convivência e Profissionalização da FASE
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CJ	Centros da Juventude
CPCA	Centros de Promoção da Criança e do Adolescente
CUFA	Central Única das Favelas
DPJ	Departamento de Políticas para a Juventude
FADERS	Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas
FASE	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
FGTAS	Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social
FPE	Fundação de Proteção Especial
ICPAE	Internação com possibilidade de atividade externa
ILEA	Instituto Latino Americano de Estudos Avançados
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAC	Instituto de Promoção Aprendizagem e Cultura Humana,
PIR	Plano Individual de Realização
POD	Programa de Oportunidades e Direitos
PPGSEG	Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SDSTJDH	Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos
SJCDH	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos
STAS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a conhecer o parecer e o sentimento de jovens que participam do Programa de Oportunidades e Direitos (POD), em relação a este projeto social. O POD é um programa social, organizado com base em cinco diretrizes: Prevenção, Ressocialização, Efetividade Policial, Fortalecimento Institucional e Justiça Restaurativa. O eixo Prevenção, dirigido aos jovens em situação de vulnerabilidade, como política pública de prevenção à criminalidade e reinserção do jovem na sociedade, idealizado nos Centros da Juventude, intitulado POD Juventude, é o cenário central desta pesquisa. Os Centros da Juventude estão distribuídos em zonas de grande vulnerabilidade social, assim definidos: Centro da Juventude Cruzeiro, Centro da Juventude Lomba do Pinheiro, Centro da Juventude Restinga, Centro da Juventude Rubem Berta, Centro da Juventude Alvorada e Centro da Juventude Viamão, onde são atendidos jovens de 15 e 24 anos. A questão central deste estudo é conhecer a percepção do jovem sobre o Programa Oportunidades e Direitos e a significação que o jovem atribui a esta interpretação. Para tanto, foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: estudo da literatura nacional e estrangeira, análise de documentos e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas foram dirigidas a 6 jovens, com idade entre 18 e 24 anos, integrantes dos Centros da Juventude. A abordagem da entrevista se dirigiu ao entendimento de conceituações como cidadania, direitos sociais, discriminação, violência, além das narrativas de experiências dos jovens nos Centros, relações com familiares, comunidade e ainda sobre os sonhos e projetos de futuro dos jovens. O resultado desta pesquisa correspondeu à hipótese inicialmente apresentada: o POD serve como referência para estes jovens, contribuindo para o crescimento pessoal e profissional, e para a qualidade das relações, com os familiares, comunidade, sociedade, a partir da proposta idealizada da cultura de paz e construção da consciência coletiva e senso social, atestando-se por meio deste e de muitos outros estudos apresentados nesta área que a forma mais acertada e viável de mudar este quadro social, com tantas desigualdades na qualidade de vida das pessoas, é através de políticas públicas que promovam o ser humano, na construção de uma sociedade menos violenta, mais igualitária e justa.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Juventude. Programa Social. Segurança Cidadã. Vulnerabilidade Social.

RESUMEN

Esta investigación tiene como objetivo conocer la opinión y los sentimientos de los jóvenes que participan en el Programa de Oportunidades y Derechos (POD) en relación a este proyecto social. POD es un programa social, organizado en base a cinco lineamientos: Prevención, Resocialización, Efectividad Policial, Fortalecimiento Institucional y Justicia Restaurativa. El eje Prevención, dirigido a jóvenes en situación de vulnerabilidad, como política pública de prevención del delito y reinserción social de los jóvenes, concebido en los Centros Juveniles, denominado POD Juventud, es el escenario central de esta investigación. Los Centros Juveniles están distribuidos en áreas de gran vulnerabilidad social, que se definen a continuación: Centro Juvenil Cruzeiro, Centro Juvenil Lomba do Pinheiro, Centro Juvenil Restinga, Centro Juvenil Rubem Berta, Centro Juvenil Alvorada y Centro Juvenil Viamão, donde jóvenes de 15 y 24 años son atendidos. El tema central de este estudio es conocer la percepción de los jóvenes sobre el Programa de Oportunidades y Derechos y el significado que los jóvenes atribuyen a esta interpretación. Para ello, se utilizaron los siguientes procedimientos metodológicos: estudio de literatura nacional y extranjera, análisis de documentos y entrevistas semiestructuradas. Las entrevistas fueron dirigidas a 6 jóvenes, de entre 18 y 24 años, miembros de los Centros Juveniles. El abordaje de la entrevista estuvo orientado a comprender conceptos como ciudadanía, derechos sociales, discriminación, violencia, además de las narrativas de vivencias de los jóvenes en los Centros, las relaciones con los familiares, la comunidad, y también sobre los sueños y proyectos para el futuro de los jóvenes. El resultado de esta investigación correspondió a la hipótesis inicialmente presentada, el POD, sirve de referencia para estos jóvenes, contribuyendo a su crecimiento personal y profesional, y a la calidad de las relaciones, con familiares, comunidad, sociedad, a partir de la propuesta idealizada de cultura de paz y construcción de conciencia colectiva y sentido social, atestiguando a través de éste y muchos otros estudios presentados en esta área, que la forma más certera y viable de cambiar esta situación social con tantas desigualdades en la calidad de vida de las personas es a través de políticas públicas que promuevan la estar, en la construcción de una sociedad menos violenta, más igualitaria y justa.

Palabras clave: Derechos Humanos. Juventud. Programa Social. Seguridad Ciudadana. Vulnerabilidad Social.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	METODOLOGIA DE PESQUISA	13
1.2	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	18
2	ASPECTOS CONCEITUAIS.....	19
2.1	DIGNIDADE HUMANA	19
2.2	PROTEÇÃO LEGAL À JUVENTUDE	22
2.3	SOCIALIZAÇÃO.....	26
2.4	CIDADANIA E EDUCAÇÃO.....	29
2.5	SEGURANÇA CIDADÃ.....	34
3	SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E A JUVENTUDE.....	38
4	ESTRUTURA DO POD E CENTROS DA JUVENTUDE.....	44
4.1	BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO VOLTADA ÀS CRIANÇAS E AOS JOVENS	44
4.2	PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS - POD	46
4.3	OS CENTROS DA JUVENTUDE.....	50
4.4	ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NOS CENTROS DA JUVENTUDE	55
4.5	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NOS CENTROS DA JUVENTUDE ...	57
5	PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O POD, A PARTIR DE SUAS VIVÊNCIAS.....	60
5.1	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	60
5.2	VISÃO GERAL E PERFIL DOS JOVENS.....	61
5.3	PERCEPÇÕES E DEPOIMENTOS DOS JOVENS.....	63
5.3.1	Relato sobre experiências vivenciadas nos Centros da Juventude.....	64
5.3.2	O que modificaria, excluiria ou acrescentaria ao CJ.....	78
5.4	COMPREENSÕES E PROJETOS PARA O FUTURO	81
5.4.1	Sobre identidades e representações sociais	82
5.4.2	Projetos de futuro dos jovens	92
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa visa analisar a contribuição do Programa de Oportunidades e Direitos – POD, mais especificamente o POD-Juventude, na vida dos jovens que se propõem a participar e integrar um de seus seis Centros da Juventude. A ideia aqui é captar a compreensão que os jovens têm do programa, a partir das experiências vivenciadas e das relações estabelecidas nos Centros da Juventude. O interesse aqui exposto é conhecer a experiência e as interações no ambiente em seu contexto real e investigar se ocorre mudança na construção do mundo destes jovens, dentro do escopo segurança cidadã, a serviço da prevenção da violência e da reconstrução de relações sociais. E, a partir destas observações, buscar apreender o significado e a importância do POD na vida dos jovens.

Com o propósito de oferecer oportunidades aos jovens, desenvolvimento para as famílias e garantia da cidadania e dignidade humana, foram idealizados os Centros da Juventude. A definição dos locais onde estariam alocados os Centros da Juventude teve início com uma pesquisa dos lugares mais críticos em termos de instabilidade social, agressividade, baixa interação social. E, segundo levantamento de dados, realizado pela FASE, nestes bairros de Porto Alegre e Região Metropolitana, constatou-se a origem dos adolescentes que vão integrar a FASE em cumprimento de medida socioeducativa, pelo cometimento de algum ato infracional ou conduta contrária aos preceitos legais.

Diante da verificação e reconhecimento da necessidade de uma política pública que viesse a melhorar a qualidade de vida desta parcela da população, e da responsabilidade do Estado na garantia de direitos como saúde, educação, trabalho e lazer, o Programa de Oportunidades e Direitos vem propor a construção de uma nova relação com a comunidade. Desta forma, o POD se propõe a promover a “cultura da paz”, trabalhando a prevenção de atos infracionais, atitudes e práticas que venham a conflitar com a lei, oportunizando a ressocialização dos jovens que cumpriram ou cumprem medida socioeducativa.

Tendo em vista estes elementos, buscamos obter a resposta para o questionamento central deste estudo: qual a percepção dos jovens sobre o Programa Oportunidades e Direitos e a significação que atribuem a esta interpretação?

Ainda, buscou-se responder as seguintes questões específicas:

Como se dá a integração dos jovens nos Centros da Juventude e qual a contribuição desta organização na construção da vida social adulta, futura, a partir da compreensão e visão destes jovens? Qual o impacto do Programa Oportunidades e Direitos nos projetos de vida

profissional, do ponto de vista dos jovens participantes? A participação no POD contribui positivamente nas relações intrafamiliares destes jovens e em suas relações sociais nas comunidades em que estão inseridos?

Para conhecermos o resultado e o alcance deste programa social, buscamos questionar diretamente os participantes do programa, como forma de sabermos se o propósito e metas estão sendo atingidos, e se existem adaptações ou adequações a serem realizadas diante de alguma insuficiência, ou em virtude de modificações culturais, ou ainda pelas próprias sugestões ou novas necessidades da comunidade público-alvo do programa ou daqueles beneficiados de forma indireta pelo programa.

Acreditamos que a resposta para este trabalho está na análise dos dados pesquisados e na audição das falas dos jovens participantes do Programa de Oportunidades e Direitos. Em concordância desta perspectiva, as palavras da estudiosa Rosangela Barbini:

[...] as 'juventudes presentes' são atores desse momento histórico, atravessado por crises de ordem econômica, social e cultural. Nesse trânsito, os jovens transpassam as fronteiras do social e do cultural e só vivendo muito próximo deles e com eles poderemos enxergar as pistas dessa cartografia juvenil contemporânea (BARBINI, 2007, p. 146).

Para dar início a este estudo e responder às indagações do projeto, fez-se necessário analisar e compreender alguns princípios e conceitos, como dignidade humana, cidadania e educação, socialização, segurança cidadã, proteção integral. A compreensão das falas e linguagens dos jovens exige o estudo e a análise prévia destas conceituações, de outra forma ficaria impossibilitado o diálogo, pois não compreenderíamos o mundo dos jovens, como eles são inseridos neste universo e como se vêem no contexto em que se encontram.

As hipóteses norteadoras formuladas para esta pesquisa resultam das leituras, da pesquisa exploratória realizada, da crença na educação como aprimoramento do homem e da responsabilidade do Estado em propor políticas públicas de inclusão social para a população em situação de vulnerabilidade, em especial aos jovens e adolescentes. Desta forma, cremos possível que, através da experiência vivenciada no POD, o jovem perceba-se integrante de um grupo, de uma comunidade, construindo consciência e senso social que gerará protagonismo; acreditando que o POD sirva de referência para o jovem, contribuindo para sua autoestima, seu autoconhecimento e sua confiança, que ancoram seus projetos, realizações pessoais e profissionais, contribuindo para a emancipação individual e coletiva, resultando em melhor relacionamento familiar e na sociedade, assim como um referencial para as responsabilidades que o Mercado de Trabalho demanda e para a construção de relações de alteridade.

1.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo teve início com uma pesquisa exploratória do universo dos jovens em situações de risco, vulnerabilidade, conflitos sociais, dentro das instituições que atendem tais circunstâncias, e na sequência o desenvolvimento da pesquisa, de forma descritiva.

A pesquisa exploratória iniciou no final do mês de outubro de 2018, no planejamento de visitas às diversas instituições sociais e por meio dos diálogos informais com representantes e responsáveis destas instituições. Contando com o apoio do Instituto Latino Americano de Estudos Avançados da UFRGS (ILEA), através das Cartas de Apresentação, como Mestranda do PPGSEG – Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã, tive a oportunidade de visitar a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE) e a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (SDSTJDH).

Inicialmente, contatei a FASE marcando uma entrevista com o Diretor Administrativo, José Antônio Réus, para conhecer a instituição e o panorama da população juvenil que ocupa os espaços e serviços desta Fundação, ocorrendo a visita em 29/10/2018, quando tive a oportunidade, ainda, de dialogar com a socióloga Eliane Mombach que me sugeriu a visita exploratória ao CECONP – Centro de Convivência e Profissionalização da FASE, também indicando o contato do Departamento de Justiça da SDSTJDH, responsável pela gestão do POD – Programa de Oportunidades e Direitos.

No final do ano de 2018, em 09 de novembro, compareci a uma reunião previamente agendada com o Promotor da Infância e Juventude, Dr. Júlio Almeida, membro da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre, oportunidade em que me apresentou o trabalho e a Campanha sobre “Auto Exposição Digital dos Jovens”, que alerta sobre o resultado extremamente danoso que poderá acarretar na vida destes jovens. Na sequência desta reunião informal, assisti a uma palestra do Promotor da Infância e Juventude, Dr. Júlio Almeida, dirigida aos alunos de Odontologia da PUC, sobre este tema, autoexposição digital, comportamento de risco do adolescente e a responsabilidade dos profissionais da área de saúde ao constatar ou suspeitar destas ocorrências.

No dia 04/12/2018, em visita agendada previamente ao Departamento de Justiça da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH), tive a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o POD, em diálogo com a Sr.^a Ana Severo, Diretora do Departamento de Justiça e demais colaboradoras, Sr.^a Carmen Ribeiro e Sr.^a Jéssica Martins.

Em dezembro de 2018, participei como ouvinte do Evento Caravana da Socioeducação no Foro Central, promovida pela FASE, onde assisti aos depoimentos dos trabalhadores e colaboradores envolvidos nos projetos sociais da FASE, testemunho das histórias de vida de adultos que passaram pela FASE quando jovens e depoimentos de jovens sob medida socioeducativa ou internos da FASE. Neste mesmo mês, 2018, realizei uma visita exploratória ao CECONP – Centro de Convivência e Profissionalização, espaço da FASE destinado às diversas oficinas e cursos profissionalizantes como Rádio, Costura, Pintura, Cozinha, Informática, Arte, exclusivo para os jovens que cumprem medida de internação com possibilidade de atividade externa (ICPAE). Este espaço tem um objetivo pedagógico, cultural, educativo, social e profissional. Pude observar que jovens que já haviam sido liberados da medida socioeducativa permaneciam frequentando o CECONP para concluir seus estudos e almejavam participar do POD Socioeducativo (direcionado aos egressos da FASE, sob a gestão do parceiro e conveniado CIEE – Centro de Integração Empresa-Escola).

Após esta pesquisa exploratória, que me possibilitou um conhecimento geral sobre este universo juvenil, acabei optando por realizar meu trabalho de pesquisa no POD Juventude, que se concretiza nos seis Centros da Juventude: Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga, Rubem Berta, Alvorada e Viamão. Realizei algumas visitas buscando conhecer os Centros da Juventude, oportunidade em que conheci brevemente a estrutura física dos Centros, seus espaços de aprendizagem e convivência e alguns coordenadores e colaboradores dos trabalhos educativos e de orientação profissional.

O método utilizado na segunda fase, através da pesquisa descritiva, propõe-se ao levantamento de dados, análise e interpretação do estudo do Programa de Oportunidades e Direitos, especificamente, nos Centros da Juventude, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga, Rubem Berta, Alvorada e Viamão, por meio dos seguintes procedimentos metodológicos: estudo da literatura nacional e estrangeira, análise de documentos, entrevistas semiestruturadas e diálogos em grupos (Rodas de Conversas).

O procedimento de leitura de obras e trabalhos científicos aponta para autores que tratam do tema, os quais constam nas referências bibliográficas, compondo referencial teórico os escritos dos estudiosos, Ana Paula Motta Costa, Anthony Giddens, Axel Honneth, César Barreira, Erving Goffman, Jessé Souza, José Vicente Tavares dos Santos, Peter L. Berger e Thomas Luckmann, entre outros.

A análise de documentos se propôs a identificar o perfil dos jovens e seus contextos sociais e familiares, junto aos registros de dados, atas e relatórios do Centro da Juventude, que pudessem ser disponibilizados, obedecendo aos critérios e sigilo das Instituições ou Entidades

Administradoras de cada um dos Centros de Juventude. Assim como conhecer, ainda que de forma sucinta a estrutura física, as possibilidades de conhecimento, aulas, cursos, eventos disponibilizados aos jovens,

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas nos Centros da Juventude, em um número total de 05 (cinco) entrevistados entre os jovens participantes dos Centros. A seleção dos entrevistados atendeu à indicação dos educadores, gestores ou administradores da organização, dentro do perfil indicado pela pesquisadora: jovens com idade entre 18 e 24 anos, frequentando o Centro da Juventude no mínimo há um ano.

As entrevistas dirigidas aos jovens foram formuladas abrangendo conceitos de liberdade, entendimento de cidadania, compreensão de projetos de vida, motivação para participar ou atuar junto aos Centros da Juventude e parecer e percepção sobre o programa social POD e Centros da Juventude. Foi utilizado um gravador de áudio e também anotações breves para registrar a entrevista, que teve um tempo de duração de 40 minutos, aproximadamente, realizadas em datas e horários previamente acertados entre a pesquisadora e a instituição responsável pelo jovem.

A proposta inicial do instrumento de pesquisa Diálogos em Grupo seria a realização do procedimento em dois dos seis Centros da Juventude pesquisados, definidos conforme disponibilidade das instituições, totalizando quatro reuniões, organizados em dois grupos, A e B, com duas sessões para cada grupo. Seriam grupos compostos por jovens que manifestassem interesse em participar, idade entre 18 e 24 anos, independente do tempo que frequentam os Centros da Juventude, sem a presença de orientadores ou educadores da instituição ou qualquer outro observador. Para viabilizar o trabalho e ter um bom aproveitamento, assim como possibilitar as falas, ficaria definido o número limite de 20 integrantes em cada sessão; desta forma, o total de jovens que participariam deste procedimento seria no máximo de 40 (quarenta).

Entretanto, diante da ocorrência da pandemia de COVID-19, que teve como marco inicial o mês de março de 2020, houve a necessidade de fazer adequações, atendendo à determinação dos Decretos Estaduais e Municipais e orientações das organizações de saúde. Para evitar a contaminação pelo Coronavírus, ficamos impossibilitados de executar a pesquisa Diálogos em Grupo no formato inicial, e desta forma reduzimos para no máximo 08 participantes, plano que também não se concretizou diante da segunda onda do COVID-19 em nossa cidade, quando tivemos que retomar o distanciamento social e os cuidados rigorosos para evitar a contaminação.

Assim, o procedimento utilizado para contatar os jovens se deu através da observação dos ambientes, durante as visitas aos Centros, no período que antecedeu a pandemia, e através das entrevistas semiestruturadas realizadas em parte presencialmente, enquanto possível, e em parte *online*, por teleconferência, pelo aplicativo WhatsApp, o qual os jovens tinham acesso. Apesar de todas as adequações nos procedimentos metodológicos, acreditamos que não houve prejuízo maior no trabalho, senão um esforço redobrado da pesquisadora, assim como uma maior disposição e grande colaboração dos jovens e dos orientadores e gerenciadores dos Centros da Juventude, para o andamento e conclusão desta pesquisa. Através do procedimento de pesquisa Diálogo em Grupo, pretendíamos compreender o comportamento e sentimento dos jovens; as interações entre os jovens, entre estes e seus orientadores e educadores, ou mesmo seus silêncios, demonstrações de alegrias, satisfação; assim como, a dinâmica e as relações sociais dentro deste ambiente de aprendizagem e vivências, procedimento que lamentavelmente não pudemos executar, diante da situação alarmante de contaminações pelo COVID-19 em nosso estado, RS, e no município, Porto Alegre.

As entrevistas semiestruturadas seguiram o roteiro, previamente elaborado, sendo registradas por meio de gravações em áudio e anotações breves. O responsável pelo Centro da Juventude forneceu o número do celular do jovem, para acertarmos diretamente com ele o melhor horário e data para entrevistá-lo. As informações obtidas neste procedimento permanecem à disposição dos participantes, se requisitadas.

Ao utilizar os procedimentos citados, técnicas e elementos propostos, a abordagem, audição e interação foram facilitadas, assim como a transposição dos elementos para a dissertação final deste estudo, sendo os procedimentos metodológicos essenciais para o alcance do objetivo da pesquisa. Ciente da possibilidade dos procedimentos utilizados acarretarem riscos, ainda que mínimos, gerando sentimento de timidez ou constrangimentos em virtude da exposição de opinião, tomamos as precauções para que não houvesse ocorrência de nenhuma situação invasiva, todas as falas e participações ocorrendo por conta da vontade de cada participante.

A manifestação dos participantes nos procedimentos metodológicos, especialmente na entrevista semiestruturada, ocorreu de forma livre em relação às perguntas ou aos temas colocados em discussão, podendo ser respondidos em sua totalidade ou em parte, conforme vontade do participante. Desta forma, reafirmamos a garantia do sigilo e anonimato dos sujeitos em estudo, o livre acesso aos dados obtidos e o comprometimento de que todas as informações levantadas fossem utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos.

Os benefícios diretos desta pesquisa são dirigidos aos jovens que participam dos Centros da Juventude, que terão a oportunidade de expor suas opiniões e compartilhar questionamentos, assim como repercutirão de forma indireta na inserção da ideia de diálogo, de questionamento, do avaliar, da crítica, não só junto aos companheiros e colegas dos Centros, mas também junto às relações pessoais e familiares destes jovens.

Sendo o interesse deste projeto conhecer a experiência e as interações dos jovens no ambiente em seu contexto real e a investigação de possíveis mudanças na construção do mundo destes jovens, serão beneficiários do projeto não somente as comunidades atendidas pelo programa e as instituições gestoras do Programa de Oportunidades e Direitos, mas toda a sociedade, uma vez que a avaliação e conhecimento do resultado deste projeto social contribuirá na continuidade e sucesso deste programa e na implementação de programas futuros.

A pertinência desta pesquisa está na compreensão do Programa de Oportunidades e Direitos sob a perspectiva da comunidade na qual está inserido, especialmente sob o ponto de vista dos jovens participantes. Acredita-se que este estudo e observação venham contribuir com outros projetos, programas sociais e políticas públicas educacionais direcionadas à população jovem, beneficiando toda a sociedade, dentro do escopo segurança cidadã a serviço da prevenção da violência e da reconstrução de relações sociais. O procedimento aplicado, entrevistas semiestruturadas, possibilitou à pesquisadora conhecer o entendimento e percepção que os jovens possuem do programa e o alcance do projeto no atendimento das necessidades e satisfação destes jovens.

Para entendimento dos dados colhidos, foi utilizada a análise de conteúdo, por meio da descrição e interpretação dos documentos, textos e entrevistas, compreendendo seus significados, aspectos e interações sociais dentro do campo de investigação da pesquisa, que são os Centros da Juventude. As informações colhidas a partir da observação, da documentação e das entrevistas semiestruturadas foram organizadas, transcritas e sistematizadas para, posteriormente, serem identificadas as opiniões, percepções, compreensões e descrições sobre fatos, sentimentos e experiências vivenciadas pelos jovens. A análise se dirigiu essencialmente às falas e percepções dos jovens, tratando-se da análise de suas expressões e impressões sobre fatos, atos, pessoas e ocorrências no universo dos Centros da Juventude. A expressão dos significados captados, descritos e/ou transcritos, parcialmente ou na íntegra, constituíram-se na interpretação dos dados reais, com uma compreensão baseada nos referenciais teóricos estudados e nos materiais disponíveis para consulta.

1.2 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho apresenta-se em 6(seis) capítulos: neste primeiro, é exposta a metodologia e a estrutura do estudo, a síntese do tema abordado, a contextualização do assunto na contemporaneidade; no segundo capítulo, proponho-me a definir e compreender conceitos, inerentes ao estudo proposto, sem ter a pretensão de esgotar as conceituações e concepções de estudiosos do assunto, partindo da compreensão do Princípio da Dignidade Humana e da Proteção Integral, da Socialização, Educação e Cidadania, à Segurança Cidadã; no terceiro capítulo é abordada, de forma sucinta, a situação de violência no cotidiano da juventude, com uma breve apresentação e análise do quadro de violência e marginalização que atinge mais especificamente os jovens e adolescentes.

O quarto capítulo apresenta um breve histórico das disposições legais que tratam do tema, sociedade jovem do país, e embasam programas sociais, como o Programa de Oportunidades e Direitos, assim como inclui a apresentação deste Programa Social e, especificamente, de um dos eixos que compõem o programa, o eixo POD Juventude, representado nos Centros da Juventude, que é o foco deste estudo. Neste capítulo, são listados os Centros da Juventude, seus objetivos, estrutura física e organizacional, são relacionadas as instituições parceiras gestoras, as propostas de ensino e orientações educacionais aos jovens, síntese do quadro funcional, dos conteúdos e cursos propostos e o desenvolvimento das atividades nos Centros da Juventude.

No quinto capítulo é descrito o método de pesquisa empírica utilizada, onde é também contextualizado o ambiente de realização da pesquisa com uma visão geral e o perfil dos jovens entrevistados. Por meio da metodologia aplicada, entrevista semiestruturada, proponho-me a captar a percepção dos jovens sobre os Centros da Juventude, com base em suas experiências individuais, com os colegas e orientadores, seus sentimentos, suas apreensões e projetos para o futuro, estabelecendo um diálogo entre estas falas e a literatura de estudiosos das áreas sociais e jurídicas. Ainda neste capítulo, são apresentadas as compreensões dos jovens sobre conceitos e representações sociais como cidadania, segurança, discriminação e violência, e outros conceitos decorrentes ou que possam integrar o universo juvenil, seus objetivos em termos de trabalho e projetos para o futuro.

Concluo a exposição da pesquisa no sexto capítulo, com as considerações finais resultantes deste estudo, elencando, por fim, as referências bibliográficas utilizadas e anexando os documentos e instrumentos que viabilizaram a pesquisa.

2 ASPECTOS CONCEITUAIS

A compreensão do objeto deste estudo requer, *a priori*, a leitura de alguns conceitos e princípios, sem a pretensão de esgotar o tema, pois existe uma infinidade de produções e textos de diversos e renomados estudiosos sobre o tema, assim como jamais se encerra o estudo, face à necessidade contínua de se repensar o assunto, não só buscando compreender o nosso passado social, mas também na busca pelas soluções para dar um futuro melhor aos jovens e amenizar o estado de violência com uma sociedade mais justa, mais digna e com menos disparidade entre os grupos que integram a nossa estrutura social. Busquei suporte para minha pesquisa na leitura de diversos estudiosos, encontrando o referencial teórico que necessitava nos escritos de Anthony Giddens, Ana Paula Motta Costa, Axel Honneth, Erving Goffman, Jessé Souza, Peter L. Berger e Thomas Luckmann, entre outros autores.

A partir dos ensinamentos dos autores citados acima e outros constantes nas referências bibliográficas, apresento a compreensão e síntese dos princípios fundamentais de dignidade humana e proteção integral, e dos conceitos de socialização, cidadania, educação e segurança cidadã, a princípio como representação geral, de forma abstrata, mas no decorrer deste trabalho se apresentarão de forma concreta.

2.1 DIGNIDADE HUMANA

Os princípios, para Moraes (2005), são normas elementares que norteiam as regras jurídicas e a própria ciência do Direito; apresentam-se como suportes fáticos hipotéticos indeterminados que, em face de um direito violado, adequar-se-ão ao fato concreto. Os princípios são indicados em nosso ordenamento jurídico, de forma expressa ou implícita.

Nossa Constituição Federal, em seu art. 1º, inciso III, prevê, *in verbis*:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamento.

III – a dignidade da pessoa humana

A Dignidade Humana é um princípio fundamental inerente à pessoa, é direito de todos os seres humanos, que torna viável a convivência social, é o delimitador das relações humanas e de nossas ações, acarretando também limites e obrigações ao Estado como ente controlador e administrador da nação.

Como diz Sarlet (2009), a dignidade, por ser qualidade intrínseca e indissociável do ser humano, constitui-se meta permanente da humanidade e diretriz de um Estado de Direitos.

Assim, o princípio da dignidade da pessoa humana reflete os valores basilares de nossa sociedade. É um direito fundamental e consiste em um dever de respeito comum a todos, independentemente do gênero, idade ou raça, de forma indisponível, pois não podemos negociar ou dispensar um direito que dá razão à existência humana.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, proclamada em 1948 pela Organização das Nações Unidas, traz em seu artigo 1º: “Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, e a Constituição Federal do Brasil, em seu art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.”

Na medida da evolução da sociedade, as relações tornaram-se mais complexas, fazendo com que surgissem mais obrigações e mais direitos, como regramento que viabiliza a vida em sociedade. Estas novas ordens sociais vão revelando os direitos fundamentais, em suas cinco gerações: direito às liberdades individuais; direito à igualdade e à fraternidade; direitos transindividuais de natureza indivisível; o biodireito e direito à informação; e a quinta geração de direitos: o direito à paz.

Nos ensinamentos de Sarlet:

Para além desta vinculação (na dimensão positiva e negativa) do Estado, também a ordem comunitária e, portanto, todas as entidades privadas e os particulares encontram-se diretamente vinculados pelo princípio da dignidade da pessoa humana, o que implica a existência de deveres de proteção e respeito também na esfera das relações entre particulares (SARLET, 2009, p. 122).

Para Paulo Bonavides (2008, p. 5), “o novo Estado de Direito das cinco gerações de direitos fundamentais vem coroar, por conseguinte, aquele espírito de humanismo que, no perímetro da juridicidade, habita as regiões sociais e perpassa o direito em todas as suas dimensões”.

Sarlet (2009) defende a perspectiva principiológica da dignidade, como um mandado de otimização, ordenando algo (no caso, a proteção e promoção da dignidade da pessoa) que deve ser realizado na melhor medida possível, considerando as possibilidades fáticas e jurídicas existentes, ao passo que as regras contêm prescrições imperativas de conduta. Assim, o princípio da dignidade humana pode ser realizado em diversos graus.

Desta forma, ainda que a dignidade humana preexista ao direito, certo é que o seu reconhecimento e proteção por parte da ordem jurídica constituem requisito indispensável para que esta possa ser tida como legítima.

O que se pretende sustentar, de modo mais enfático, concordando com o disposto por Sarlet (2009), é que a dignidade da pessoa humana, na condição de valor fundamental, que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais, exige e pressupõe o reconhecimento e

proteção dos direitos fundamentais de todas as dimensões. Assim, ao deixar de reconhecer à pessoa humana os direitos fundamentais que lhe são próprios, em verdade estar-se-á negando-lhe a própria dignidade.

O Programa de Oportunidades e Direitos representa o reconhecimento dos direitos fundamentais dos jovens, propondo a valorização do ser humano, através da preparação destes jovens para uma vida adulta, social e profissionalmente digna. Objetiva a integração de uma parcela marginalizada socialmente e politicamente excluída da grande estrutura social, ao mesmo tempo em que vem propor e contribuir com o autorreconhecimento destes jovens como cidadãos detentores de direitos e deveres, reafirmando, a partir das relações que se estabelecerão no ambiente Centros da Juventude, com outros jovens, com orientadores, professores e com a comunidade, e apresentar uma outra perspectiva de futuro, de novos horizontes em relação a possibilidades de trabalho e realização profissional.

A Constituição Brasileira reconhece a dignidade como um princípio inerente ao ser humano, representado nas exigências mínimas de um viver digno a todos, como o direito à família, moradia, educação, lazer, emprego, segurança, justiça e a efetividade da jurisdição, enquanto que o princípio da igualdade, como mandamento essencial desta disposição legal, possibilita, viabiliza o princípio da dignidade humana efetivamente.

Instituída constitucionalmente, a igualdade projeta todas as pessoas, independente da nacionalidade, sexo, cor, credo ou raça, como seres únicos, iguais perante a lei. Entretanto, a igualdade não é absoluta; se assim fosse, não seria justa. O tratamento igualitário nas relações humanas admite limitações, desde que não violem a sua essência, devendo tratar desigualmente os desiguais, atendendo a individualização de cada ser ou grupo, pois, para respeitar as diferenças, o tratamento precisa ser individualizado conforme as situações concretas.

O princípio geral da igualdade como direito fundamental, para Moraes (2005), é oponível a todos, poderes políticos e privados; ao poder legislativo, na possibilidade de vedação de normas que o contrarie; a administração pública é encarregada de programas e políticas que superem as desigualdades sociais; ao poder judiciário, resta impedir que as desigualdades se perpetuem, enquanto aos indivíduos cabe respeitar as diferenças em seu cotidiano, porque este princípio não permite distinção como forma de discriminação.

Para Bobbio (2004), existe a igualdade jurídica entre os homens, mas não basta que a lei seja aplicada igualmente para todos, de maneira formal, ou de prevalecer a igualdade material, que é conceder a cada um conforme suas necessidades, porque existem desigualdades que devem ser uniformizadas; em tese, as pessoas são iguais, mas na realidade

há diferenças nas condições materiais, sociais e psicológicas, e devem ser tratadas, no plano dos fatos, de acordo com as suas diferenças. Equilibrar socialmente é garantir a igualdade pelo princípio da liberdade; não havendo dominação e sujeição entre os indivíduos, imperará a igualdade de fato e o direito cumpre sua função.

2.2 PROTEÇÃO LEGAL À JUVENTUDE

A Constituição Federal de 1988 colocou em primeiro plano o princípio da dignidade humana, acentuando principalmente a valorização do bem-estar da criança e do adolescente como um dever prioritário da família e de todos os agentes, pois são estes entes que darão continuidade ao nosso sistema social, devendo o Estado protegê-los e cuidá-los para atingir o fim a que se destina e a preservação da essência do Estado, a família, como instituição organizada e formadora de cidadãos.

Segundo Dias (2007), a doutrina de proteção integral foi determinante na alteração do vínculo filiação, como diretriz na relação entre pais e filhos, entre estes e a sociedade e com o próprio Estado. As garantias constitucionais reconhecem as crianças e jovens como sujeitos de direitos e albergam normas de conteúdo material e processual e de natureza civil e penal.

Dispomos do Estatuto da Criança e do Adolescente como lei específica que visa à proteção integral do jovem, ressaltando em seu art. 6º a prioridade absoluta do atendimento à criança, primando pela concretização de seus direitos fundamentais e colocando a salvo de qualquer violência ou atentado à sua dignidade.

Art. 6º Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento.

A proteção integral à criança e ao adolescente é um princípio estabelecido pela Constituição Federal de 1988, alicerçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente ao determinar, de modo imperativo e explícito, no transcorrer de todo texto legal, direitos e garantias da criança e do adolescente, que representam o sistema de proteção integral como o mais avançado no mundo.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Enquanto o princípio do solidarismo aborda a responsabilidade de toda a coletividade pelo social, visando ao bem comum que repercutirá para todos, o vocábulo solidariedade

traduz o sentimento moral que vincula um indivíduo a uma causa social, na análise de Martins (2005).

A Constituição Federal em seu art. 3º, inciso I, impõe como regra mestra para a vida em sociedade o princípio da solidariedade, viabilizando a interação entre os indivíduos que a compõem, com o intuito de troca e superação.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Em 2013, é instituída a Lei nº 12.852, Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, estabelecendo princípios e diretrizes para políticas públicas voltadas à juventude e implementa o SINAJUVE - Sistema Nacional de Juventude.

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:
I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

O Estatuto da Juventude vem determinar que o Estado propicie aos jovens a participação na vida em sociedade, a liberdade, a inclusão social. Para o Brasil, são considerados jovens aqueles com idade entre 15 e 29 anos, representando ¼ da população brasileira, segundo dados do IBGE: 51 milhões de jovens brasileiros.

Estabelece o Estatuto da Juventude, em seu art. 1º, § 2º: “Aos adolescentes com idade entre 15 e 18 anos aplica-se a Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, e, excepcionalmente, este Estatuto, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente”. Portanto, os adolescentes assim definidos pelo ECA (15 a 18 anos) contam com mais este dispositivo legal, Estatuto da Juventude, somado ao ECA, que vem novamente garantir e majorar direitos já preceituados na Constituição Brasileira.

Estes dispositivos legais garantidores de direitos provocam contínua sinergia entre eles, o que nos faz refletir sobre o conceito de Bobbio:

[...] se pode falar em Direito somente onde haja um complexo de normas formando um ordenamento, e que, portanto, o Direito não é norma, mas um conjunto coordenado de normas, sendo evidente que uma norma jurídica não se encontra jamais só, mas está ligada a outras normas com as quais forma um sistema normativo (BOBBIO, 1997, p. 133).

Entretanto, embora arcabouço jurídico robusto, o cotidiano nos apresenta crianças, adolescentes e jovens, marcados pela exclusão social, em situações de abandono e violência, tanto física, como moral e psicológica, representadas nas atrocidades que são infringidas pela família, pela sociedade e pelo Estado.

A realidade apresentada nos dados do Censo 2010, último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que, entre jovens de 15 a 29 anos, 53,5% somente trabalham, 36% apenas estudam e 22,8% trabalham e estudam simultaneamente, sendo que 84,8% dos jovens vivem nas cidades e 15,2% vivem no campo. Um dado bastante alarmante quanto à educação formal: 16,2% dos jovens brasileiros chegam ao ensino superior, 46,3% alcançam o ensino médio e 35,9% permanecem no ensino fundamental.

Um levantamento feito no segundo trimestre de 2013 pela Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), da Secretaria Geral da Presidência da República, analisando o perfil dos jovens brasileiros, detalhou um pouco melhor esta amostragem, apontando que, entre jovens na faixa de 15 a 17 anos, 65% estudam e 16% trabalham. Entre jovens de 25 a 29 anos, mais de 70% trabalham ou estão procurando trabalho, enquanto apenas 12% ainda estudam.

Afirma Machado (2003) que integra o direito da personalidade, o direito da criança e adolescente de desenvolvimento até a personalidade adulta, que ocorre no transcorrer e vivências de uma infância saudável com proteção integral de todos, sendo estes direitos especiais e diferenciados dos adultos em decorrência das particularidades sob dois aspectos: quantitativos, uma vez que crianças e adolescentes são beneficiários de maior número de direitos; e qualitativos, em decorrência da vulnerabilidade humana, seres em processo de desenvolvimento.

Sustenta a autora:

[...] pode-se afirmar, ao menos sob uma ótica principiológica ou conceitual, que a possibilidade de formar a personalidade humana adulta – que é exatamente o que estão “fazendo” crianças e adolescentes pelo simples fato de crescerem até a condição adulta – há de ser reconhecida como direito fundamental do ser humano, porque sem ela nem poderiam ser os demais direitos da personalidade adulta, ou a própria personalidade adulta (MACHADO, 2003, p. 110).

A população jovem representa a sociedade na capacidade de mudança da cultura social, do estilo de vida das pessoas, moldando gerações futuras; são os jovens que propõem transformações, que quebram tabus, que impõem novos comportamentos às gerações futuras e quebram paradigmas da geração contemporânea. Obviamente, cada sociedade jovem comporta suas especificidades; é como “um espelho retrovisor” de sociedades específicas, ou seja, em cada tempo, cada lugar, fatores históricos, estruturais e conjunturais vão determinar as vulnerabilidades, as potencialidades, o alcance das transformações da juventude.

A nossa sociedade, por meio da legislação civil, define as fases da vida, pela faixa etária: identificados como crianças, indivíduos com idade cronológica de até 12 anos incompletos; adolescentes, entre 12 e 18 anos, e jovens entre 15 e 29 anos de idade, classificação que não correspondente na legislação penal, que possui como marco diferencial a maioridade nos 18 anos completos.

Entretanto, a partir do século XX, a sociologia tem proposto diversas teorias sobre a juventude que ampliam os entendimentos indo além da classificação etária. A teoria que inicia este estudo social, sociologia da juventude, define esta fase da vida como uma transição da infância para a vida adulta, quando a criança adentra na socialização secundária e adquire maiores responsabilidades; teoria original esta, que vem seguida pelas teorias críticas e teorias pós críticas, que vão superar a ideia de socialização unilateral e a simples classificação pela faixa etária, entendendo a socialização de forma mais plural e não mais identificando a transição de uma fase da vida para a outra pela idade, de forma linear.

De fato, a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de disputas em todas as sociedades. As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter, em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar (BOURDIEU, 1983, p. 112).

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos, socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas (BOURDIEU, 1983, p. 113).

Observando nossos jovens e a sociedade em que vivemos compreendemos a complexidade que o estudioso aponta, diferenças culturais e sociais vão relativizar o conceito de juventude. Neste entendimento, percebemos que a rotina da vida adulta chega bem mais rápida a periferia, onde muitos adolescentes e jovens se veem contribuindo no âmbito familiar de forma muito complexa, com responsabilidades que superam suas capacidades, a exemplo das atividades domésticas da casa, atividades relativas à alimentação, o cuidado pelos irmãos menores, situações que obrigam o jovem a buscar o próprio sustento ou auxiliar financeiramente os pais, de forma muito prematura. Ainda que o Estatuto da Juventude venha reafirmar direitos e garantias à população jovem, como uma obrigatoriedade do Estado, representado no poder político e na sociedade civil, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece o princípio da proteção integral, a maior parcela de nossos jovens e crianças se veem em situação de adulto, ou seja, em situação de abandono, material, estrutural, psicológico. Esta inconformidade da lei com a nossa realidade representa a incapacidade de superar ou minimizar os grandes problemas e diferenças sociais de nosso país; no que se refere às necessidades de nossas crianças e juventude não existe um

compromisso governamental, de forma efetiva e contundente, como deveria ser, como ditam nossos textos legais.

Segundo Paulo Sérgio do Carmo:

No Brasil, as estatísticas constataam que seu maior grupo etário é constituído de jovens. Entretanto, a preocupação com esta faixa etária, em geral, só ganha destaque quando se refere às cifras alarmantes de violência ou, por outro lado, à moda, ao consumo e ao lazer, Estes fatores são importantes, mas existem outros de grande interesse (CARMO, 2001, p.10)

A partir da exposição de Paulo Sergio do Carmo, compreende-se que precisamos atentar para outros elementos que irão contribuir na formação do jovem, como a estrutura familiar, o meio social, as oportunidades de lazer, educação, cultura, o envolvimento com drogas lícitas e ilícitas, pois se trata de uma fase do ser humano marcada por muitas mudanças, hormonais, físicas, comportamentais, é uma fase de descobertas, experimentos, superação, que necessita de acompanhamento e do apoio familiar e institucional, na saúde, na escola.

Sustentando ainda o autor que:

Cada vez mais os pais têm deixado a formação educacional dos filhos quase que unicamente à escola. Por sua vez, a escola encontra-se impossibilitada para tal tarefa, por sua defasagem ou distanciamento com referência às mudanças comportamentais e, também, com relação às inovações tecnológicas (CARMO, 2001, p.10).

É preciso garantir efetivamente, além dos ditames legais, um crescimento digno à criança e uma preparação ao jovem para a vida adulta, com acesso ao ensino, lazer, cultura, cursos profissionalizantes que possibilitem a realização profissional do jovem e o sustento do cidadão, quebrando, desta forma, um paradigma que acompanha a nossa sociedade, a insustentável marginalidade de gerações.

2.3 SOCIALIZAÇÃO

Dedicando-se este projeto à compreensão da análise e visão do programa por parte dos jovens, faz-se necessário o entendimento dos conceitos de socialização, pois a partir de dados do perfil e vivências do jovem, terei mais êxito na compreensão de sua fala e de seu sentir, assim como tornará mais compreensível esta nova socialização secundária, que se apresenta para os jovens, representada no novo formato de convívio social, educativo, cultural e profissional que se estabelecerá com a equipe de trabalho e com os demais integrantes dos Centros da Juventude.

É esta nova condição do jovem frente ao POD, onde o jovem assumirá novas responsabilidades e saberes, que propiciará a construção de novas redes de relações ou um repensar e reconstruir as relações já estabelecidas, o que representará para o jovem esta nova condição, este novo *status* dentro deste novo formato de organização social ao qual pertencerá como membro de um grupo ou vários grupos, como participante do POD.

Para Berger:

Do ponto de vista do participante, isto significa que cada situação lhe apresenta expectativas específicas e exige dele responsabilidades específicas a estas expectativas. Como já vimos, em quase todas as situações sociais existem pressões poderosas para garantir que as respostas sejam adequadas. A sociedade existe por que as definições da maioria das pessoas para as situações mais importantes são mais ou menos as mesmas (BERGER, 2010, p.107).

A fase da adolescência representa a ampliação de vínculos sociais e também o momento que o jovem se percebe com um papel social, quando se questiona quanto à sua vida pessoal, sentimental, profissional, quando questiona a sua própria identidade. É neste cenário que surge o aprendizado sobre o mundo social, a sociedade, uma nova socialização onde novas regras e normas de conduta lhe serão apresentadas e irão compor ou estabelecer as novas relações sociais.

Na nossa sociedade, as socializações são constantes e se sucedem ao longo de nossa vida. Constantemente temos que nos adaptar a uma nova realidade, seja por uma modificação pessoal, profissional ou em decorrência das etapas de nossas vidas, como jovens, adultos e, por fim, velhos, ou seja ainda em virtude das inovações ou transformações incessantes do mundo moderno, onde novos parâmetros, novas formas de interagir, novos formatos de comunicação são estabelecidos.

Neste processo contínuo, uma socialização se apresenta de forma transparente quando iniciamos nossa vida profissional, pois são relações bem distintas daquelas que vivenciamos; onde o nosso agir, o falar, o vestir deve atender à expectativa do mundo do mercado profissional e o que a sociedade espera de nós.

Conforme os ensinamentos de Anthony Giddens (2012), os processos de socialização são contínuos e envolvem diversos agentes, ainda que por definição dos sociólogos sejam classificados em apenas duas fases de forma ampla: fase primária, que se dá na primeira infância e infância propriamente dita, e fase secundária, que se refere à socialização que ocorre durante a trajetória da vida adulta, onde os agentes de socialização são, além da família, os amigos, os colegas de trabalho, os meios de comunicação.

De fato, nós, seres humanos seguimos os ensinamentos ou entendimentos daquela sociedade na qual estamos inseridos, entendendo que a socialização também traduz a ideia de

pertencimento social. E dentro desta ideia de sociedade ampla é que conseguimos visualizar muitas microssociedades, onde diversas comunidades, divididas por regiões segundo poder aquisitivo, adquirem seus hábitos, suas normas, seus valores e crenças próprias. Entretanto, o mundo moderno coloca os meios de comunicação, como agente socializador de forma universalizada, influenciando o comportamento das pessoas e estabelecendo valores.

O trabalho tem uma significação social para Giddens (2012), representando para o indivíduo um elemento estruturante na sua vida social e psicológica, além da questão econômica e de sustento. O trabalho contribui na construção da autoestima, assim como na vida cooperativa e na ideia de pertencimento à sociedade em que vive. O desempregado sofre a angústia de não exercer trabalho, assim como é angustiante ao jovem pensar o que será no futuro. É uma situação de desorientação e pode alterar as percepções da pessoa sobre sua identidade pessoal e suas capacidades.

Para Berger e Luckmann:

A linguagem é capaz não somente de construir símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também fazer retornar estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana. Desta maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e da apreensão pelo senso comum desta realidade (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 59).

É necessário coabitar com outros seres humanos para experimentar a relação, a convivência humana; impossível este exercício se uma pessoa viver em isolamento, pois depende da experiência psicológica e social com seus semelhantes, para se perceber como indivíduo igual aos demais, em direitos, obrigações e capacitar o ser humano a perceber e conviver com as diferenças.

A auto produção do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações socioculturais e psicológicas (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 72).

A proposta deste trabalho é compreender o universo das relações sociais dos jovens, em evidência a partir das experiências que eles oportunizaram nos ambientes dos Centros da Juventude e em decorrência destas.

Conforme Fachinetto:

[...] justifica-se a necessidade de analisar as relações familiares, escolares e comunitárias, para compreender como é o universo no qual essas jovens estão inseridas, quais suas redes sociais de relações sobre as quais elas constroem seus significativos (FACHINETTO, 2011, p. 108).

A experiência vivenciada por estes jovens nos Centros da Juventude talvez possa ser considerada um experimento de socialização extraordinária, uma forma de reforço de

integração do jovem à sociedade, fazendo com este tenha ciência do mundo ao qual pertence e exija seu lugar nele, como cidadão de deveres e de direitos.

2.4 CIDADANIA E EDUCAÇÃO

Cidadania é a condição de cidadão do indivíduo dentro da estrutura do Estado. A palavra tem origem no latim, *civitas*, que significa cidade. Em termos jurídicos, cidadão é todo indivíduo que goza de direitos civis e políticos, possuindo direitos e obrigações, conforme definições da sociedade à qual pertence. Então, o conceito de cidadania carrega a ideia de pertencimento a um grupo social, a uma comunidade. E como parte integrante desta universalidade, todo indivíduo deve ver respeitado em seus direitos civis e políticos, direito à vida, liberdade, igualdade, propriedade, educação, trabalho, saúde e participação no destino da sociedade, seja através do voto, manifestações de opinião ou como representante político da sociedade em que vive.

O termo educação, conceitualmente, refere-se ao processo de ensino e aprendizagem. Mas, ampliando a significação, educação é a forma como o indivíduo assimila os hábitos, costumes e valores da sociedade da qual faz parte. Estes valores e comportamentos são transferidos de uma geração a outra, pelos pais, pela família, pela comunidade, ambiente escolar, e nas diversas possibilidades de novos agrupamentos sociais, como os clubes, igrejas e outras instituições.

As pessoas adquirem os costumes e valores e os incorporam por meio de um processo de socialização primária, que se dá, nos primeiros anos de vida, na família, e depois, ao longo da existência, por meio dos processos secundários de socialização, que tem início no meio escolar, se processa nas formações profissionais e acompanha a existência social do indivíduo. Desta forma, a educação também pode ser identificada como processo de socialização de todo o indivíduo.

E é neste processo de socialização, a princípio no âmbito familiar, onde a criança compreende como primeiro grupo ao qual pertence, o lar; no processo seguinte, o sistema educacional passa a cumprir o papel socializador, e a criança, o jovem, começa a reconhecer seus primeiros grupos sociais. Estas primeiras experiências sociais serão a base para o indivíduo se entender pertencente a um grupo, a uma comunidade, a uma sociedade e se compreender como cidadão de direitos e deveres junto à sua coletividade, à sua sociedade.

Para Honneth (2009), os seres humanos precisam, além da experiência de dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que permita que efetivem suas

capacidades; diante de um direito denegado, perdemos o autorrespeito individual, porque se respeitar é saber que somos merecedores do respeito de todos os demais.

Entretanto, o valor social de uma pessoa está intimamente ligado à capacidade contributiva, determinada pela sociedade, que estipula requisitos ou objetivos socialmente exigíveis dentro da estrutura social, e neste processo todos cooperam com a implementação dos valores pré-estabelecidos ou culturalmente definidos; o porteiro de um prédio possui um valor menor que o executivo que possui seu escritório no edifício, os dois personagens se reconhecem nesta escala de valores.

A integridade social, a honra e a dignidade renascem a partir do reconhecimento como ser de direitos e de valia social. Para Honneth (2009), a integridade do ser humano está relacionada com seu autorrespeito, que somente existe a partir dos padrões de assentimento como indivíduo e reconhecimento como pessoa, reconhecimento como um ser de direitos, compreendendo as formas de desrespeito como formas de reconhecimento recusado, onde o desrespeito significa lesar uma compreensão positiva que a pessoa possui de si mesma, adquirida de forma intersubjetiva. A desconsideração de um direito, da vontade da pessoa, seja através de violência física, moral, psíquica, atinge a autoconfiança, não só em si mesma, mas no mundo, assim como quando ocorre o desrespeito moral, onde a pessoa é excluída da sociedade, ao não ter seus direitos mais básicos respeitados.

Se membros de uma comunidade possuem menos direitos em relação a outros, isto significa ou traduz a ideia de que não são merecedores moralmente de tais direitos, importa em um não reconhecimento como cidadãos. Perante a lei, todos são iguais, todos possuem os mesmos direitos e deveres, entretanto, na sociedade, na vida cotidiana, o reconhecimento do direito do outro depende de diversos fatores e será reconhecido na medida do preenchimento destes vários requisitos que compõem o *status* social, desde a roupa que veste, música que ouve, local onde habita, etnia, cor da pele, poder de consumo ou se possui alguma deficiência. O reconhecimento do ser humano como cidadão portador de direitos não deveria preceder de uma avaliação da classificação social, do poder de compra, de uma classificação monetária e nem mesmo da avaliação do caráter ou integridade moral, pois independe da idoneidade ou dos princípios morais da pessoa o exercício de seus direitos políticos e sociais e o acesso ao bem-estar social. Os direitos diferem entre as classes sociais ou grupos étnicos, ou até mesmo inexistem para os invisíveis, os quais não são vistos como cidadãos.

Para Axel Honneth (2009), “São as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação

normativamente gerida das sociedades”. Neste entendimento, compreendemos que a evolução moral da sociedade decorre de lutas, de conquistas sociais, os indivíduos precisam se organizar e exigir por meio de enfrentamento o reconhecimento de seus direitos.

Todo indivíduo ou o grupo ao qual pertence possui um valor social dentro da estrutura ampla da sociedade e, segundo esta valoração, serão definidos seus direitos ou não, como cidadão. E esta classificação conforme o *status* social é mais que um rótulo da sociedade, é um procedimento institucionalizado, na rede escolar, na segurança pública, nas instituições de saúde, no acesso à justiça. O indivíduo sem recursos financeiros até possui acesso à justiça gratuita, entretanto, sem muitas manifestações, possuindo apenas o direito que alguém o represente. O jovem da escola pública também não tem direito a se manifestar, apenas a absorver os ensinamentos que lhe são ofertados. Um jovem que não apresenta um vestuário conforme o ditado socialmente, automaticamente estará em uma posição de desconfiança perante os demais, sendo motivo suficiente para transmitir dúvidas quanto ao seu caráter ou suas possíveis ações e ser abordado pela polícia para averiguações “de rotina”. A aversão a um comportamento, vestuário, uma música de uma parcela da sociedade é reconhecidamente suficiente para submeter um indivíduo ou grupo, com o apoio das instituições públicas ou privadas.

Estas situações de desrespeito se repetem para muitas pessoas desde o nascimento. As crianças da periferia assistem atos abusivos e que vão na contramão da cidadania desde a mais tenra idade, acompanhando e integrando situações de violência, nas abordagens constrangedoras e incisivas dirigidas aos pais, irmãos, família, comunidade, até o dia em que será a sua vez de receber o mesmo tratamento, como um legado que passa de pai para filho.

Para Axel Honneth,

Para as relações jurídicas ligadas às tradições, nós podemos assumir como seguro que o reconhecimento como pessoa de direito ainda está fundido aqui, de certo modo, com a estima social que se aplica ao membro individual da sociedade em seu status social: a eticidade convencional de semelhantes coletividades constitui um horizonte normativo em que a multiplicidade de direitos e deveres individuais continua vinculada às tarefas, distintivamente avaliadas, no interior da estrutura social de cooperação (HONNETH, 2009, p. 183).

É um processo cultural, naturalizado pela população e pelas instituições, não somente pelos que discriminam e rotulam, mas também pelos que sofrem a discriminação, pois crescer assistindo a tudo isto torna natural e normal a situação e impede o autorreconhecimento como um indivíduo possuidor de direitos; é um processo complexo: para acreditar ser merecedor do respeito, eu preciso antes ser respeitado, e nestes casos nunca existiu o respeito, desde o nascimento daquele indivíduo, o que impossibilita o autorrespeito, a autoconfiança.

Somada a trajetória de vida da pessoa marginalizada pela sociedade, está o histórico de uma socialização primária equivocada, onde sua capacidade de realizações foi subestimada desde a primeira infância, seu potencial construtivo não foi reconhecido, sua capacidade de aprendizagem não foi estimulada. A baixa autoestima acompanha desde os primeiros anos de vida, muitas vezes acompanhada do abandono físico, estrutural, o abandono à própria sorte, muitas vezes não de forma intencional, mas por uma questão de sobrevivência para toda a família.

A desvalorização social vai ao encontro da perda da autoestima pessoal, ou seja, perde a capacidade de se ver como sujeito de direitos, de ter opiniões e aptidões, capacidade; é a legítima degradação do ser humano. Neste entendimento, compreende-se que a identidade de uma pessoa pode ser moldada pela rotulação que recebe e até mesmo pela sua classificação social dentro da estrutura da sociedade.

Os indivíduos necessitam do reconhecimento do outro para se perceberem e se manifestarem como seres individualizados e de direitos; não se trata de algo espontâneo biologicamente: pelo fato de ser humano eu tenho o meu lugar no mundo, mas o meu lugar no mundo é também onde o outro me coloca. Pode-se buscar esta conquista, mas a luta pela igualdade de direitos é tão árdua quanto a luta pelo respeito às diferenças, a luta pelo espaço, para a aceitação pela coletividade.

E neste contexto, a estrutura social determina, desde que nascemos, o lugar que ocupamos socialmente, a classe a que pertencemos. As pessoas nascem já predestinadas a exercer determinadas funções sociais, tanto é assim que todos ficamos surpresos com o fato de uma vereadora ser filha de um gari ou de um filho de um pedreiro concluir uma faculdade de Medicina. Vai além do argumento da carência de recursos financeiros, de ensino, ou de má condição alimentar, subsistência, de condição de vida; está na determinação social, na classificação social, no que se pode ou não ter ou saber e podemos resumir em simples “não tem preparo para a função” por uma ascendência humilde.

Para Giddens (2012), “a expressão subclasse costuma ser usada para descrever o segmento da população localizado na base da estrutura de classes”. Estão na subclasse os excluídos do mundo social do Estado, aqueles não possuem emprego, moradia, acesso à educação e saúde, são pessoas que vivem à margem da sociedade, que não possuem o mínimo para uma vida digna, eles não possuem poder aquisitivo, são desempregados ou vivem de empregos informais, com ganhos insuficientes para subsistência. O termo “excluídos sociais” carrega a ideia de não pertencimento à sociedade, entretanto estas pessoas existem, compõem esta sociedade, integram a população, porém não possuem direitos sociais.

A definição subclasse corresponde às questões raciais, à etnia, ao gênero e à vida precária. Nas sociedades, creio que em sua maioria, os homens se sobressaem socialmente em relação às mulheres, possuem maiores salários, maiores cargos, *status* sociais e influência, assim como em relação à raça e etnias, umas se sobressaem sobre as outras. As mulheres tendem a ser mais pobres que os homens, pois além da desvantagem em relação ao trabalho, possuem jornadas duplas e triplas de trabalho, ao ficarem com o encargo da casa e do cuidado com os filhos; para as mulheres separadas a situação ainda é pior, ficam com a manutenção geralmente exclusiva da casa, do sustento e do cuidado com os filhos, conseqüentemente menos dinheiro e menos tempo. Isto não representa uma sociedade igualitária.

Esta divisão em subclasses acaba se perpetuando; os jovens que vivem em situação de pobreza fatalmente terão a saúde mais frágil, o alcance menor ao sistema de saúde, pouco acesso ao conhecimento, sistema de ensino precário, e tendem a repetir a trajetória dos pais e, fatalmente, serão pobres como os pais ou mais pobres ainda, pois se o sistema de ensino exclui, o mercado de trabalho excluirá ainda mais. Ou ainda, seguindo a trajetória dos pais, o jovem pode se excluir por iniciativa própria, seguindo uma ordem social já definida, estabelecida.

Para Giddens (2012), a educação, assim como a saúde, é uma questão complexa que abrange aspectos culturais, econômicos e políticos de uma nação. O sistema educacional, como responsabilidade estatal ou de forma privada, deve transmitir quais valores? Quais disciplinas devem compor os currículos? Ensino religioso, crenças ou fé devem estar no currículo escolar? Quais habilidades e conhecimentos devem ser transmitidos aos jovens? Tratam-se de questionamentos que devem compor o debate político e social acerca da educação.

O “ser” diferente não é interpretado como direito à diferença, mas serve para rotular; desta forma se processa a marginalização daquele indivíduo ou grupo que não se comporta ou se veste no padrão estabelecido socialmente. Para Giddens (2012, p. 456), o racismo não é mais biológico, e sim cultural, trazendo a situação dos “múltiplos racismos”, onde as pessoas são tratadas de forma diferenciada por um número amplo de motivos que vão além da cor da pele; não se trata somente da superioridade da cor branca, mas também na capacidade de consumo.

Segundo Berger (2012), a ordem social é uma contínua produção humana, ainda que algumas características da sociedade ou do ambiente físico contribuam para determinar alguns aspectos desta estrutura social que se impõe contínua e progressivamente sobre a coletividade, através de um processo de exteriorização humana desta mesma coletividade.

Esta ordem social, estabelecida pela atividade humana, é institucionalizada e, desta forma, é exercido o controle sobre o regramento social que foi determinado. Esta determinação não surge de uma decisão imediata, mas é construída historicamente, através de gerações. As instituições, sejam públicas ou privadas, é que exercerão o controle social, no momento em que emitem as diretrizes, as regras, o que podemos e devemos fazer ou não fazer, determinando a trajetória a ser seguida pelas novas gerações.

Esta desigualdade entre os grupos de pessoas, organizada de forma hierárquica, onde os mais favorecidos estão no topo e os menos favorecidos na base, representa o escalonamento social desenhado a partir dos recursos econômicos da população e irá definir se a pessoa é merecedora de um direito e o nível ou alcance que este direito terá, se tiver, pois os excluídos sociais não são merecedores de qualquer direito. Nesse contexto, de dessemelhança social, faz-se necessário resgatar o conceito de civilidade, onde prevalece a responsabilidade recíproca entre os indivíduos, a solidariedade, a empatia.

Para Honneth (2009), o sentimento de solidariedade social significa o respeito às individualidades do grupo, traduz a ideia de reciprocidade, afetividade, indo além do sentimento de simples tolerância à vontade ou ação do outro. Esta integração entre os indivíduos, onde todas as aptidões e realizações possuem um valor social, é resultante da autoestima e autoconfiança de cada indivíduo, valorizada e respeitada pelos demais.

2.5 SEGURANÇA CIDADÃ

A segurança é um direito fundamental de todos, garantida por ações que visem preservar a ordem, a paz. O art. 144 da Constituição Federal dispõe sobre a segurança pública como obrigatoriedade do Estado de garantir a ordem pública e a incolumidade das pessoas e de seus patrimônios, função esta exercida por órgãos públicos estruturados na esfera federal, estadual e municipal (polícia federal, civil, militar, bombeiros, guardas municipais etc.).

Entretanto, a segurança vai além de uma segurança pública voltada para reprimir ações de violência, apurar infrações penais, proteger bens, serviços e instalações públicas.

A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, da OEA produziu, em 2009, um relatório sobre Segurança Cidadã e Direitos Humanos, cuja intenção é salientar os direitos humanos como integrantes do conceito segurança cidadã, a partir dos princípios e normas que se conectam ao conceito. Neste documento, a organização faz uma análise da insegurança social gerada pela criminalidade, da vigência e efetividade dos direitos humanos, das políticas que possam atender a segurança cidadã; trata ainda das obrigações positivas e

negativas do Estado em relação à proteção aos direitos humanos, com uma análise das ações violentas de origem estatal e não estatal e dos programas sociais. O Relatório, por fim, recomenda estratégias e ações para prevenir e conter a violência, tanto de forma individualizada como comunitária, e salienta a importância de dados indicadores para medir e avaliar o impacto dos programas sociais, leis e políticas na área de segurança cidadã.

Conceituação de Segurança Pública para o estudioso Jorge Bengochea:

Segurança pública é um processo sistêmico e otimizado que envolve um conjunto de ações públicas e comunitárias, visando a assegurar a proteção do indivíduo e da coletividade e a aplicação da justiça na punição, recuperação e tratamento dos que violam a lei, garantindo direitos e cidadania a todos. Um processo sistêmico porque envolve, num mesmo cenário, um conjunto de conhecimentos e ferramentas de competência dos poderes constituídos e ao alcance da comunidade organizada, interagindo e compartilhando visão, compromissos e objetivos em comum; e otimizado porque depende de decisões rápidas e de resultados imediatos (BENGOCHEA, 2004, p. 120).

Segundo Norberto Bobbio (2004, p. 203), direitos do homem, democracia e paz são três pilares intrinsecamente ligados: para efetivarmos a democracia, é preciso reconhecer e proteger os direitos humanos, assim como a democracia é que estabelecerá as condições mínimas para solucionarmos pacificamente os conflitos, por meio dos processos conciliatórios e justiça restaurativa, tanto nas relações da coletividade, quanto nas relações institucionais representadas no Estado.

Jessé Souza, em *A Elite do Atraso* (2019), trata do pacto elitista que resulta em uma violência simbólica, argumentando que a classe social não se refere somente à renda, mas também ao *status* social, onde as funções exercidas pelos profissionais da área, como advogados, economistas, publicitários, artistas etc., exercem uma função de controle e de direção ou legitimação do sistema econômico, político e social. Esta classe social é que efetivaria a dominação social em nome da elite que possui o grande poder financeiro: “Traçando um paralelo com o nosso passado escravista, a classe média é o capataz da elite do dinheiro”, justificando que esta classe possui o poder cultural e reproduz o privilégio para as gerações futuras na socialização familiar, na educação privilegiada que os filhos possuem, o que vai garantir o sucesso no trabalho para os seus descendentes, oportunidade esta que não possuem os pertencentes às classes baixas, que não podem dedicar o tempo exclusivo ao estudo, pois precisam trabalhar, ao mesmo tempo em que não possuem estrutura física, ambiente propício, alimentação adequada e estímulo na família. Desta forma, o ciclo se repete tanto para a classe média quanto para a baixa, através da socialização familiar, de uma estrutura herdada e com pouca chance de ser modificada para estes que serão sempre os excluídos sociais.

Nas palavras do autor:

É a ausência de processos de aprendizado coletivo e de sua institucionalização social e política que explica nossa abissal desigualdade e indiferença ao sofrimento. Não tem nada a ver com corrupção vira-lata herdada dos portugueses e estoques culturais imutáveis. São afinal, processos de aprendizado coletivo que garantem uma economia emocional/moral e cognitiva, em alguma medida, efetivamente compartilhada e, portanto, um patamar comum para todos os indivíduos de todas as classes sociais (SOUZA, 2019, p. 161).

Na compreensão das palavras do estudioso, percebemos que existe um planejamento para dar continuidade a esta sociedade desigual; a chave para a mudança está no acesso à escola, escola de qualidade com professores preparados e remunerados justamente. O conhecimento é o único caminho para uma sociedade justa e igualitária. Tiramos o conhecimento e permanecemos estagnados.

É necessário reproduzir uma classe de carentes pela ausência de pressupostos para o sucesso escolar como uma forma de continuar a escravidão por outros meios. Uma raça/classe condenada a serviços brutos e manuais desvalorizados (SOUZA, 2019, p. 112).

Para Pazinato (2019) já está demonstrado claramente que as ações policiais e da justiça criminal não são suficientes para o controle da criminalidade e da criminalização, ainda que necessárias em determinadas situações, sendo urgentes políticas públicas que objetivem a conscientização, a minimização dos problemas sociais e a prevenção às situações de violência e a promoção de uma cultura de paz e conciliação, visando aos direitos humanos e ao bem-estar social.

Nas palavras de Pazinato:

além de medidas meramente repressivas (políticas de segurança pública), configuram-se vitais intervenções preventivas (políticas públicas de segurança), que incidam tanto na diminuição quanto no cessamento dos mecanismos que ativam o cometimento de violências e crimes, propiciando assim a médio prazo, uma convivência mais pacífica e democrática dos(as) cidadãos(as) nas cidades (PAZINATO, 2019, p. 555).

Para o autor, entre os princípios essenciais para a implementação de políticas de segurança cidadã – coordenação, transversalidade, corresponsabilidade, focalização –, está a integralidade, que traduz a ideia ampliada de segurança, incluindo, além do controle e da repressão qualificada, o objetivo de prevenção à criminalização e à violência nos vários níveis: primeiro, focando as políticas de educação, cultura, lazer, saúde; em um nível secundário, através de projetos voltados aos territórios mais vulneráveis, aos grupos com ocorrências de vitimização, principalmente a de forma letal; e por último, no nível terciário, com uma política social que se dirija aos egressos do sistema prisional.

Para Mota Brasil (2016), o estado brasileiro tem uma responsabilidade histórica ao negligenciar também as políticas públicas de assistência social, saúde, habitação, educação,

cultura, esporte e lazer e de geração de emprego para as populações mais vulneráveis (principalmente aos jovens, que acabam sendo recrutados pelas organizações criminosas e seduzidos pelo mundo do crime), das periferias das grandes cidades, que acabam se submetendo aos favores e agenciamentos destes grupos criminosos, como forma de sobrevivência mesmo.

A segurança pública deveria estar onde o crime e a violência ainda não chegaram, desta forma estaria cumprindo sua função de assegurar a liberdade, o livre arbítrio, a convivência pacífica, a comunicação não violenta, o respeito às diferenças. Depois de uma violência concretizada, o que se busca não é assegurar, mas remediar.

Nesse sentido, desde a perspectiva dos direitos humanos, o conceito de segurança deve enfatizar ações e programas de prevenção e controle dos fatores que geram a violência, no sentido de respeitar, proteger, assegurar e promover os direitos individuais e dos grupos sociais, comunidades. A segurança cidadã não trata apenas da luta contra a criminalidade, mas sobre o que gera a criminalidade, como prevenção, propondo-se a criar um ambiente favorável à convivência pacífica das pessoas.

O estudo e reconhecimento do POD Juventude como projeto social permite visualizar a ideia de segurança cidadã como proposta de segurança construída a partir do conceito comunitário, visando o bem comum, o cuidado com o outro, e não apenas o combate à agressividade como algo que indubitavelmente irá acontecer.

Nas palavras do Professor José Vicente Tavares:

[...] faz-se necessário um longo trabalho, das instituições de conhecimento, desde o Estado até a Sociedade Civil, a fim de desenvolver esta fabricação social de um novo capital simbólico: um cidadão e uma cidadã a desejar uma segurança cidadã (TAVARES DOS SANTOS, 2016, p.18).

Trata-se de semear na comunidade, através deste contato direto com os jovens, a ideia de uma sociedade mais respeitosa, onde, a partir da convivência, do ambiente onde existe a comunicação, que possibilita a troca e a aprendizagem, passemos a nos ver como cidadãos merecedores de direitos, de forma igualitária, onde reconheço meu valor como cidadão e passo a reconhecer o valor do outro como cidadão.

Nas palavras de Dallari (1998), a cidadania expressa um conjunto de direitos e deveres que possibilita à pessoa participar ativamente da vida e do governo de seu país; aquele que não possui estes direitos está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social, não sendo considerado cidadão.

3 SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA E A JUVENTUDE

A crise social que estamos vivenciando é incontestável, entretanto, determinar com precisão as causas da violência e de nossa desestrutura social não é uma tarefa fácil, creio quase impossível diante da amplitude de possibilidades e desvios. Mas, temos ciência que a origem desta nossa crise social também está na miserabilidade, na baixa qualidade de vida, no desemprego, nas desigualdades sociais que se mostram com tanta transparência quando comparamos os bairros de nossa metrópole, Porto Alegre, em suas infraestruturas e seus espaços disponíveis para o lazer, entretenimento e socialização das comunidades. Deste panorama, resta um prejuízo ainda maior para os jovens e adolescentes, pois estão em fase de desenvolvimento físico, psíquico e social e, diante das circunstâncias em que vivem, não se reconhecerão cidadãos.

Fundamentam, neste sentido, José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira:

Dentre as categorias sociais mais vitimizadas pela violência, estão os jovens de variadas camadas sociais. A vida é marcada pela incerteza, o individualismo competitivo, a errância em labirintos existenciais. Os jovens vivem em ambientes turbulentos, são ambientes sociais em situação de bifurcação (TAVARES DOS SANTOS; BARREIRA, 2016, p. 24).

Programas sociais e educacionais têm sido propostos buscando atender às necessidades da sociedade, voltados aos jovens, idosos, negros, índios, comunidade LGBT e todos aqueles que se encontram em situações mais vulneráveis, mas para modificar esta realidade é primordial o conhecimento deste mundo que nos cerca e, ainda, não somente conhecer, mas nos colocarmos na situação do outro.

Para Levinás, “O pensamento estabelece uma relação com uma exterioridade não assumida. Como pensante, o homem é aquele para quem o mundo exterior existe” (LEVINAS, 2008, p. 35).

Se não temos consciência do mundo que nos cerca, é falho nosso conhecimento político e nossa existência como integrante de tal sociedade. Para Levinás, “O fundamento da consciência é a justiça” (LEVINAS, 2011, p. 174). E consciência é saber o lugar que ocupamos, o lugar que o outro ocupa ou onde nós o colocamos.

A crise social se apresenta na violência cotidiana, que se inicia quando um trabalhador precisa usar 3, 4 horas de seu dia no deslocamento para o trabalho utilizando transporte em condições precárias, nos grandes índices de desemprego ou empregos informais, nos números da miserabilidade, nas situações de desrespeito aos direitos das mulheres, idosos, negros e povos indígenas. Estes dados são mostrados nas pesquisas e relatórios apresentados

anualmente, que vêm expor e dar visibilidade às nossas mazelas sociais. O que não vemos e conhecemos não podemos modificar.

O relatório Atlas da Violência apresenta uma análise da violência letal no Brasil. Faço um recorte da pesquisa em relação aos homicídios dos jovens, buscando compreender a situação caótica da intitulada “Juventude Perdida” e a necessidade das políticas públicas e sociais promovidas pelo Estado e Sociedade em prol de uma mudança do panorama apresentado.

Os dados do Atlas da Violência de 2018 mostram que jovens, entre 15 e 29 anos, estão morrendo de forma prematura. Segundo a pesquisa, em 2017 foram assassinados 35.783 jovens, representando um aumento do número de mortes de 6,3% em relação ao ano de 2016, que totalizou 33.590 jovens mortos. A taxa de mortalidade diminuiu em comparação ao biênio anterior, 2016 e 2015, que ficou em 7,4%, mas foi apenas um índice menor, pois continua crescendo anualmente o número de jovens mortos.

No Quadro 1, visualizamos o número de homicídios no triênio pesquisado e a variação anual que, ainda que se apresente menor que o ano anterior, representa um alto índice de mortes entre jovens.

Quadro 1 – Atlas da Violência 2018 – 2019

Número de Homicídios de Jovens (15 a 29 anos)					
Período	2015	2016	2017	Variação 2015 - 2016	Variação 2016 - 2017
Homicídios de jovens no Brasil	31.264	33.590	35.783	7,4%	6,3%
Jovens sexo masculino no Brasil	28.767	31.776	33.772	10,5%	6,1%
Jovens sexo feminino no Brasil	2.501	1.813	2.011	-27,5%	10,8%
Homicídios de jovens no RS	1.391	1.608	1.639	15,6%	1,9%

Fonte: INSTITUTO... (2018; 2019).

Observa-se ainda, nos dados apresentados, um aumento no número de homicídios em 24 estados brasileiros à taxa entre 15 e 20%, que inclui o estado do Rio Grande do Sul; que o maior número de vítimas de homicídios são jovens do sexo masculino, representando 94,6% de ocorrências no ano de 2016, onde o ápice de morte do jovem do sexo masculino ocorre aos

21 anos e que a vitimização cresce em relação à população negra, com menor nível de escolaridade e menor renda.

Conforme a última contagem apresentada pelo Atlas da Violência, na década 2007-2017 houve o acréscimo de 35% de assassinatos de jovens, enquanto o número da população jovem deste período decresceu em -1,8%: de 52.118.615 jovens em 2007 passamos a 51.188.148, parâmetro que mostra a gravidade e a situação de extrema violência, muito bem sintetizada no título “juventude perdida”.

A seguir, no Quadro 2, o demonstrativo do número de homicídios de jovens no Brasil e no estado do Rio Grande do Sul, conforme dados divulgados pelo IPEA, apresentados no Atlas da Violência 2017 e Atlas da Violência 2018.

Quadro 02 - Atlas da Violência 2018 e 2019

Quantificação de Homicídios de Jovens			
Ano	2015	2016	2017
Taxa de homicídios no Brasil (por 100 mil hab.)	60,9%	65,5%	69,9%
Taxa de homicídios no RS (por 100 mil hab.)	53,6%	62,3%	64,0%
UF com a maior taxa homicídios (por 100 mil hab.)	118,9%	142,7%	152,3%
UF com a menor taxa homicídios (por 100 mil hab.)	21,9%	19,0%	18,5%
Percentuais homicídios de sexo masculino no País	92,0%	94,6%	94,3%
Percentuais homicídios de sexo feminino no País	8,0%	5,4%	5,1%

Fonte: Fonte: INSTITUTO... (2018; 2019).

Em 2020, ocorre a publicação do Atlas da Violência 2020, com o fim de sintetizar os dados e grau da violência no Brasil, com números coletados até o ano de 2018, pois existe também, como informa o documento, uma carência de informações em termos de pesquisa, de levantamento de dados, de números da violência. Reafirma o relatório o alto grau de agressividade, conflitos, morte, ainda que apresente uma queda considerável no número de homicídios dos últimos três anos: em 2016 temos o registro de 62.517 homicídios; no ano de 2017, foram 65.602 homicídios e, em 2018, um total de 57.956 homicídios. Neste número de 2018, 30.873 vítimas são jovens entre 15 e 29 anos, onde o percentual mais alto de mortes está no sexo masculino e na faixa etária entre 15-19 anos.

Este último relatório, Atlas da Violência 2020, enfatiza o panorama da violência na nossa sociedade, mostrando que a população mais afetada são os homens, negros, jovens, de baixa escolaridade, e que o instrumento de agressão predominante é a arma de fogo. Destaca ainda a face perversa da violência, que ceifa a vida daqueles indivíduos que teriam muito ainda a contribuir com a sociedade, considerando a idade das vítimas, de 15 a 29 anos; são jovens que estão em fase de desenvolvimento cognitivo, social, profissional e econômico.

O resultado da pesquisa “Nós e as Desigualdades”, realizada pelo Instituto Datafolha no início do ano de 2019, a pedido da OXFAM Brasil, organização civil humanitária, mostra a percepção da população brasileira sobre as desigualdades. Nesta pesquisa, prevalece a opinião de que não haverá progresso sem que haja a diminuição das desigualdades sociais. Existe o reconhecimento do racismo institucional, quando se aponta que o fato de ser negro diminui a chance de emprego e o valor do salário, que a abordagem policial e o acesso à justiça são diferenciados para os não brancos (negros, pardos, índios). Ao mesmo tempo, os pesquisados mostram confiança na responsabilidade e capacidade estatal para enfrentar a crise social, apoiam uma reforma tributária mais justa, onde o peso dos impostos recaia sobre as maiores rendas em prol de atender os mais necessitados, e acreditam e esperam por políticas sociais que diminuam as desigualdades sociais e regionais.

Fica demonstrado na pesquisa “Nós e as Desigualdades” que a sociedade reconhece este distanciamento social e econômico entre os muito ricos e os muito pobres, que aponta a intervenção do Estado como poder de nivelamento ou minimização de diferenças sociais, seja através de reforma administrativa e tributária ou através de políticas públicas. Para Jessé Souza, em sua obra “A Ralé Brasileira”, a invisibilidade social e política de uma parcela da população, a qual denomina ralé, cuja proporção equivale a 1/3, é a causa do insucesso do Brasil como nação autônoma, independente e plenamente desenvolvida (SOUZA, 2009, p. 122).

Entre os objetivos fundamentais da nossa Constituição Federal, promulgada em 1988, está erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Passados mais de 30 anos, pouco se fez para atingir o objetivo proposto ou, pior ainda, o Brasil ocupa atualmente o 7º lugar no ranking dos países que mais matam jovens no mundo, conforme dados informados pela UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância.

A nossa sociedade é marcada pelas diferenças econômicas e, conseqüentemente, sociais. O jovem que vive no subúrbio não possui as mesmas oportunidades de ensino, lazer,

vida social que aquele favorecido economicamente. Neste contexto, estes jovens são invisíveis dentro do mundo social ao qual pertencem, existe uma desvalia de ser humano quando lhe são negados os direitos fundamentais mais básicos.

Nos ensinamentos de Ana Paula Motta Costa:

A vulnerabilidade social contemporânea, relacionada à violação dos Direitos Humanos e Fundamentais de significativa parcela da população, tem origens econômicas, mas se caracteriza, também, por falta de pertencimento social, falta de perspectivas, dificuldade de acesso à informação e perda de autoestima (COSTA, 2012, p. 33).

Esta situação indefesa dos jovens, com carências estruturais, econômicas, sem acesso a educação, ao lazer, ao trabalho, que vivem em precárias condições, na periferia, onde o Estado chega minimamente, ou onde impera a ausência total do poder público, pode sim conduzir ao despreparo para a vida em sociedade, desenvolvendo a agressividade, a delinquência juvenil, como resposta a omissão do Estado no compromisso da dignidade da humana como princípio fundamental norteador.

A Constituição Cidadã de 1988, em seus artigos 227 e 228, assegura direitos sociais às crianças e adolescentes, assim como o Estatuto da Criança e do Adolescente, conquista do direito brasileiro de 1990, que marca uma transformação e reconhecimento do jovem, não mais como um menor desprovido de condição econômica, poder familiar ou infrator legal, mas como um ser em desenvolvimento portador de direitos, que devem ser satisfeitos, pela família, sociedade e estado, em conjunto.

O conceito de adolescência é uma construção social. A par das intensas transformações biológicas que caracterizam essa fase da vida, e que são universais, participam da construção desse conceito elementos culturais que variam ao longo do tempo, de uma sociedade a outra e, dentro de uma mesma sociedade, de um grupo a outro. É a partir das representações que cada sociedade constrói a respeito da adolescência, portanto, que se definem as responsabilidades e os direitos que devem ser atribuídos às pessoas nesta faixa etária e o modo como tais direitos devem ser protegidos (ABRAMO e LEON, 2005, p. 7).

O ECA põe a salvo o direitos da criança e do adolescente, com base no princípio da proteção integral, assim como o Estatuto da Juventude, publicado em 2013, vem reconhecer o jovem como sujeito de direitos, deixando este, de ser um mero ser em situação de risco, garantindo o direito dos jovens, à cidadania e participação social e política na sociedade, é uma situação emancipadora do jovem, no reconhecimento do valor do indivíduo em suas opiniões e atos perante a sociedade.

Não por acaso, no ano de 1985 foi decretado o Ano da Juventude pelas Nações Unidas. A data pode ser tomada como um demarcador temporal do processo de reconhecimento de necessidades e demandas juvenis e, também, para a construção de um novo lugar para a juventude na agenda pública da cooperação internacional, das agências bilaterais e dos governos.

Como se sabe, à época, vivia-se o ápice da nova divisão internacional do trabalho; de aprofundamento dos processos de globalização dos mercados; de desterritorialização dos processos produtivos e de flexibilização das relações de trabalho. Pelo mundo afora, tais mudanças econômicas, tecnológicas e culturais afetaram particularmente a juventude. No Brasil, assim como em vários países da América Latina, tais processos - somados ao esgotamento do modelo desenvolvimentista e à crise da dívida externa - trouxeram grandes desafios para a transição política após o final dos regimes autoritários. Iniciativas democratizantes foram interrompidas por projetos de ajustes e “enxugamento do Estado”, priorizando o equilíbrio fiscal e o corte de gastos. Esta foi a receita para “sair da crise” de acordo com as orientações advindas do Consenso de Washington. Para combater a pobreza, os governos adotaram políticas compensatórias de transferência de renda por meio de programas alimentares e empregos temporários. Neste mesmo contexto, tendo como “público alvo” a população juvenil, considerada em “situação de risco”, buscou-se desenvolver programas e ações de contenção e prevenção da violência e do desemprego (NOVAES, 2013, p. 7-8).

Do Estado garantidor destes direitos, espera-se a implementação de políticas públicas que visem à promoção dos jovens, de forma bem específica, dirigida aos jovens da periferia, que vivem em situação de marginalidade social e econômica. A fase da juventude, para nossa sociedade, é compreendida como período de descobertas, como período de construção da identidade que levará a idade adulta, sendo esta, uma etapa de preparação para a vida, deve ser fomentada pela educação, cultura, lazer, exercício profissional, dever este do Estado, da família e da sociedade.

No Brasil, dos anos 80 até recentemente, o termo adolescência foi predominante no debate público, na mídia e no campo das ações sociais e estatais. Fruto de um importante movimento social, em defesa dos direitos da infância e adolescência, que ganhou corpo na sociedade brasileira e fez emergir uma nova noção social, centrada na idéia da adolescência como fase especial do ciclo de vida, de desenvolvimento, que exige cuidados e proteção especiais. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), legislação resultante desta luta, avança profundamente a compreensão sobre as crianças e adolescentes, como sujeitos de direitos, e estabelece os direitos singulares da adolescência, compreendida como a faixa etária que vai dos 12 aos 18 anos de idade, quando então se atinge a maioridade legal; tornou-se uma ampla referência para a sociedade, desencadeando uma série de ações, programas e políticas para estes segmentos, principalmente para aqueles considerados em risco pelo não atendimento dos direitos estabelecidos (ABRAMO e LEON, 2005, p. 7).

O que se espera das lideranças governamentais é o aprofundamento e a ampliação de ações e programas oportunizando o jovem, no seu crescimento como indivíduo e no seu desenvolvimento profissional e, de forma conjunta, propiciar qualidade de vida à família do jovem, pois se trata da instituição basilar da sociedade e da responsabilização pela formação do cidadão.

4 ESTRUTURA DO POD E CENTROS DA JUVENTUDE

Neste capítulo inicialmente é apresentado uma síntese sobre a legislação brasileira que dispõe sobre o reconhecimento ou direitos da infância e juventude, princípios e doutrinas que estruturam estas disposições legais, a seguir é descrito o surgimento do Programa de Oportunidades e Direitos e suas modificações ao longo do tempo, sua composição e forma de execução, e por último, os Centros de Juventude, suas instituições gestoras, organizações, planejamentos e efetivo exercício como educação social da juventude.

4.1 BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO VOLTADA ÀS CRIANÇAS E AOS JOVENS

A primeira lei no Brasil que vai tratar especificamente da questão infância e juventude é o Código de Menores, instituído pela Lei 5.083 de 1926. Esta legislação, basicamente, vai regulamentar o trabalho infantil e determinar que o recebimento das crianças expostas e abandonadas passe a se dar por consignação direta, e não mais pelo sistema de rodas (tratava-se de objetos cilíndricos com sistema de encaixe que possibilitava rodar, com uma abertura onde eram colocados os bebês que por algum motivo eram rejeitados; estas crianças eram criadas e educadas em instituições de caridade: asilos, conventos, mosteiros).

No ano de 1941, surge a primeira política de atendimento às crianças, através do SAM – Serviço de Assistência ao Menor, implantada no estado do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Em sequência, no ano de 1945, no Rio Grande do Sul, foi criado o SESME – Serviço Social do Menor, que se submetia à política da Federação como política direcionada ao atendimento das crianças e adolescentes carentes, em abandono ou na situação de infratores, com uma orientação correcional-repressiva.

No ano de 1964, foi criada a FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, órgão Federal que substituiu a SAM. Nos estados da Federação, visando à aplicação das diretrizes da FUNABEM, são criadas as FEBEMs – Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor. A FEBEM/RS foi instituída pela Lei 5147, em 1969. Esta política nacional do bem-estar do menor, determinada em nível nacional, foi aplicada até o advento do Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, imperando uma espécie de segregação e rotulação da criança e adolescente que tivesse passagem pela fundação, onde o termo “menor” era sinônimo de delinquência juvenil; esta foi a marca desta lei, desta política social.

Em 1979, é instituído o novo Código de Menores, pela Lei 6.697. Permanece o mesmo modelo de gestão de política pública voltada aos menores, entendimento que consolida a doutrina da situação irregular, preceito que estabelecia o mesmo tratamento para todas as crianças e adolescentes, seja em situação de abandono psicológico ou material, ou autores de atos infracionais; independente da situação em que se encontravam, eram submetidos à mesma medida ou tratamento: a criança era mero objeto de proteção, e não um sujeito de direitos.

A Doutrina da Situação Irregular, estabelecida no Código de Menores de 1979, orientou as políticas públicas direcionadas à infância e à juventude até a publicação do Estatuto da Criança e Adolescente em 1990.

A Lei 8.069, de 1990, revoga o Código de Menores e institui o Estatuto da Criança e do Adolescente e, juntamente com a Constituição Federal de 1988, traz outro significado à infância e juventude, rompendo com a antiga Doutrina da Situação Irregular e estabelecendo a Doutrina da Proteção Integral, que percebe a criança e o adolescente como seres em desenvolvimento, merecedores de um atendimento especial do Estado e da sociedade.

A Constituição Cidadã de 1988, o Estatuto da Criança e Adolescente de 1990, juntamente com o tratado internacional Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aprovado pela Resolução 44/25 da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1989, acabam por introduzir a ideia de políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, pautadas nas iniciativas governamentais e nas ações de iniciativas privadas, não como um mero controle social da pobreza, mas como um direito do cidadão. O enfoque dado agora é humanitário, onde a criança tem o direito ao desenvolvimento digno e justo, tendo o Estado e a sociedade a obrigação de prover este direito.

Os anos noventa têm como marco as alterações mais impactantes na legislação brasileira e internacional quanto ao tema crianças e adolescentes, quando passamos a distinguir e dar um tratamento diferenciado às crianças e adolescentes em situação de abandono e vítimas de violência, das crianças e adolescentes autores de atos infracionais, onde são consideradas as necessidades dos jovens, sejam psíquicas, sociais, físicas e estruturais. O termo “menor” deixa de ser utilizado, uma vez que carrega um estigma social, classificando, até então, de forma pejorativa a criança que necessita do amparo do Estado e sociedade.

Em 2002, em decorrência do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, surge no Rio Grande do Sul a FASE – Fundação de Atendimento Sócio-Educativo, instituída pela Lei Estadual nº 11.800/2002 e Decreto Estadual nº 41.664/2002.

A FASE é a instituição, no Rio Grande do Sul, especializada no atendimento a adolescentes infratores, como regra, na idade entre 12 e 18 anos. Nesta instituição, recebem as medidas socioeducativas, que podem ser implementadas por meio de tratamento intensivo, através da internação na instituição, ou aplicadas no formato de semiliberdade. A medida a ser aplicada é definida pelo Juiz de Infância e Juventude.

As ocorrências com crianças até os 12 anos de idade completos, que requerem atenção do poder público e da sociedade, são de responsabilidade do Conselho Tutelar da comunidade na qual está inserida a criança. Os acompanhamentos e encaminhamentos são realizados pelo conselheiro tutelar, eleito pela comunidade. Nas situações de atos infracionais mais severos e em situações de maior vulnerabilidade, estas crianças podem receber medidas protetivas ou serem encaminhadas aos programas de proteção especializados, nestes casos sob vistas do Ministério Público e determinação do Juiz da Infância e Juventude.

Em 2013, surge o Estatuto da Juventude, Lei 12.582, que estabelece princípios e diretrizes de políticas públicas para os jovens e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, assegurando aos jovens, com idades entre 15 e 29 anos, o direito à cidadania, saúde, cultura, profissionalização, trabalho e educação, por meio da implementação de projetos e programas dirigidos aos jovens e de políticas afirmativas, que possibilitam aos jovens negros, indígenas e estudantes oriundos da escola pública o acesso ao ensino superior nas instituições públicas.

O Decreto 9.306 de 2018 regulamenta o SINAJUVE – Sistema Nacional da Juventude, determinando a descentralização das ações e estabelecendo a cooperação entre os entes federados, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação da sociedade civil para a promoção de políticas públicas de juventude. Compõem o SINAJUVE: o Conselho Nacional de Juventude, o Comitê Interministerial da Política de Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude, Órgãos Gestores Estaduais, Distritais e Municipais de Juventude e os Conselhos Estaduais, Distritais e Municipais de Juventude.

4.2 PROGRAMA DE OPORTUNIDADES E DIREITOS - POD

Em 2009, é instituído pela Lei Estadual nº 13.122, o programa social denominado Programa RS Socioeducativo, tendo como fim, segundo seu art. 1º, “auxiliar a inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do adolescente e do jovem adulto”, promovendo a cidadania e inclusão social, atuando na prevenção da violência e da reincidência infracional.

Em 2013, através da Lei Estadual nº 14.227, é instituído o Programa de Oportunidades e Direitos – POD, com a proposta de realizar os direitos humanos de grupos socialmente vulneráveis, a partir dos seguintes eixos: POD Legal, que visa à qualificação profissional e inserção laboral; POD Juventude, que consiste na inserção social; POD Socioeducativo, com o atendimento multiprofissional a pessoas em situação de vulnerabilidade; POD Tutelar, que visa ao fortalecimento da rede de atendimento aos jovens, Conselho Tutelar e gestores públicos, assim como a implantação do Sistema Estadual de Informações para Infância e Adolescência e, por último, o POD Universidade Já, que se propõe a melhorar o nível de escolaridade e o acesso ao ensino superior, consistindo no oferecimento de curso pré-vestibular gratuito para alunos de baixa renda e oriundos de escolas públicas.

A Lei 14.228/2013 altera a Lei 13.122/2009, alterando o nome do Programa RS Socioeducativo para Programa de Oportunidades e Direitos RS Socioeducativo – POD RS Socioeducativo, ampliando também o apoio financeiro aos jovens beneficiados pelo programa.

Em 2014, o Decreto Estadual nº 52.010, de 17 de novembro, determina a criação da estrutura administrativa para a execução do Programa de Oportunidades e Direitos – POD, contando com a cooperação e investimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que, mediante acordo de gestão e demais definições pontuadas no Contrato de Empréstimo nº 3241/OC-BR, investe US\$ 50 milhões no projeto e, em contrapartida, o Estado aplica US\$ 6 milhões neste programa social de governo.

Em 2019, atendendo à organização e planejamento da nova administração pública do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSJTDH) foi subdividida em duas secretarias: Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (STCDH) e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STAS), ficando o Programa de Oportunidades e Direitos sob gestão da STCDH.

O Programa de Oportunidades e Direitos surge como ferramenta de desenvolvimento social, visando ao desenvolvimento do jovem quanto ao seu crescimento pessoal e profissional e, por conseguinte, o de suas famílias, buscando reduzir os índices de violência e criminalidade da juventude e fortalecer a segurança do cidadão. Este programa pretende atingir seus objetivos através de investimentos em educação, esporte, lazer, cultura, empreendedorismo e segurança pública, integrando o Estado, Municípios e Organizações Sociais, públicas e privadas.

O Programa de Oportunidades e Direitos tem sua estrutura inicial organizada a partir de quatro componentes de execução do programa: I - Prevenção social e situacional da

violência; II - Efetividade policial; III - Modernização do processo de ressocialização; IV - Fortalecimento institucional.

A partir do amadurecimento do programa e conhecimento da necessidade dos jovens e da comunidade, é incluído mais um componente no POD: trata-se da Justiça Restaurativa, como o quinto eixo do programa, V - Justiça Restaurativa nos territórios do POD, que objetiva a construção de relações pacíficas, restaurar relações conflitantes e estimular processos conciliatórios.

Definição da atual estrutura e organização do Programa de Oportunidades e Direitos:

I - Prevenção Social e Situacional da Violência

O POD Juventude tem o objetivo de prevenir a violência e a criminalidade propondo uma cultura de paz nas comunidades através dos Centros da Juventude, que são espaços físicos organizados e localizados nas localidades com os maiores índices de violência e mortalidade juvenil no RS. Foram criados 06 (seis) Centros da Juventude: Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga e Ruben Berta em Porto Alegre e dois na Região Metropolitana, Alvorada e Viamão. Nestes locais, são oferecidos aos jovens da comunidade, entre 15 e 24 anos, cursos de qualificação profissional (gastronomia, estética e embelezamento, na área de informática etc.), reforço escolar, atividades esportivas, de artes, cultura e lazer, cuidados e encaminhamentos à rede de saúde pública, atendimento psicossocial aos jovens e assistência social aos familiares, com uma meta anual de atendimento a 3.600 jovens.

II - Efetividade Policial e Segurança Cidadã

A Efetividade Policial promove a cultura da paz através da aproximação dos servidores da segurança à comunidade. Dentro desta proposta, busca-se o uso tranquilo dos espaços públicos pelas comunidades, a preparação e capacitação de policiais para o policiamento comunitário e a construção da relação de confiança entre a comunidade e os trabalhadores que representam a segurança enquanto instituição pública. O POD implantou inicialmente bases móveis de policiamento comunitário nos seis Centros da Juventude: 03 *motorhomes*, 06 vans e 12 motos, trazendo mais agilidade e efetividade ao trabalho dos servidores da segurança.

III – Processo de Ressocialização

O POD Socioeducativo oferece atendimento aos jovens que cumprem medidas socioeducativas, em regime de internação ou semiliberdade, oportunizando qualificação e reintegração social, tendo como meta a redução dos índices de reincidência de atos

infracionais registrados pela FASE, que ficam em torno de 30%, segundo pesquisa desta instituição. Promove ainda a reinserção social destes jovens, acompanhando os egressos da FASE pelo período de um ano, sendo que este acompanhamento deve ser de escolha e opção do jovem. O programa fornece apoio psicossocial, educacional e financeiro, oferecendo estágios em empresas e instituições públicas e encaminhando o jovem ao mercado de trabalho.

IV - Fortalecimento Institucional

O Fortalecimento institucional se apresenta, nos resultados obtidos através do controle das informações e dados estatísticos dos jovens atendidos pelo programa, assim como eventos e encontros de jovens como a Social do POD e a Caravana da Socioeducação, que ocorrem anualmente. Este projeto envolve diversos órgãos e entidades do governo estadual, assim como ações transversais com os Municípios e parcerias com as organizações da sociedade civil e entidades privadas.

O reconhecimento nacional e internacional, considerado um *case* de sucesso pelo BID, tornou o POD referência como projeto social dirigido aos jovens e como iniciativa concreta na área de segurança cidadã, incentivando a participação das comunidades e o protagonismo da juventude.

V – Justiça Restaurativa nos territórios do POD

O projeto Justiça Restaurativa, que ocorre nos territórios da POD através do projeto Escola + Paz, vem com a proposta de resolução de conflitos e comunicação não violenta, pretendendo implantar núcleos que trabalhem a proposta de justiça restaurativa nas escolas localizadas nos seis territórios do programa, capacitando facilitadores de círculo da paz e justiça restaurativa, em parceria com a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul - AJURIS, responsável pela supervisão técnica do projeto e pelos cursos de formação de facilitadores, oferecidos aos professores, trabalhadores da escola e voluntários da comunidade.

O Objetivo desta ação é diminuir o índice de violência e agressão nas escolas, difundindo a prática restaurativa e os círculos de construção da paz, na expectativa de que os jovens promovam a cultura de solução de conflitos através do diálogo e da conciliação, transformando suas comunidades.

4.3 OS CENTROS DA JUVENTUDE

Este projeto de pesquisa tem como foco um dos cinco componentes que direcionam o Programa Oportunidades e Direitos: trata-se do eixo Prevenção Social e Situacional da Violência, o POD Juventude.

O Programa de Oportunidades e Direitos se propõe, através da diretriz POD Juventude, trabalhar a prevenção da violência e criminalidade, levando às comunidades, por meio dos Centros da Juventude, uma cultura de paz, de trabalho, profissionalização e socialização dos jovens e da comunidade na qual estão inseridos. É composto por 06 (seis) Centros da Juventude: Rubem Berta, Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga, Alvorada e Viamão. Cada Centro da Juventude está sob a organização e administração de uma instituição parceira do Estado, sob gestão específica do Departamento de Políticas para a Juventude (DPJ) da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (SJCDDH).

Os Centros da Juventude são espaços abertos à comunidade, que ali encontra o apoio social, a cultura, o lazer e a profissionalização. Os cursos ofertados obedecem à demanda e interesse da comunidade, sendo os mais comuns: qualificação profissional em Informática, Assistente Administrativo, Gastronomia, Customização de roupas, Bijuterias, Panificação, Redes e cabeamento estruturado, Formação em fotografia, além de cursos de idiomas e reforço escolar em Português e Matemática.

Todos os Centros ofertam oficinas, entre elas: oficinas de Formação cidadã sobre juventude e direitos humanos, Sexualidade e gênero, Desenvolvimento do potencial pessoal, Elaboração de currículo e Comportamento em entrevistas. Entre as atividades de Esporte e Lazer, são oportunizadas aulas de yoga e relaxamento, jogos cooperativos e desportivos, atividades como dança e ritmo, esportes como vôlei, futsal, capoeira.

Cada Centro da Juventude possui capacidade para atender no mínimo 600 jovens ao ano, com idades entre 15 e 24 anos; as inscrições são gratuitas e podem ser realizadas a qualquer momento do ano, delineando o ideal do projeto portas abertas. Segundo dados da SJDH, os números de atendimento nos seis Centros da Juventude, aos jovens e às comunidades, resultam, nos últimos 12 meses, em 6.000 jovens atendidos, 1.500 jovens formados em cursos profissionalizantes e 600 jovens atuando no mercado de trabalho com carteira assinada, onde os Centros disponibilizam um total de 30 opções de cursos e mais de 50 oficinas de estudo e atividades.

Participam atualmente do Programa de Oportunidades e Direitos, na gerência e administração dos Centros da Juventude, como parceiros, as seguintes instituições ou associações:

- Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA), mantido pelo Instituto Cultural São Francisco de Assis, que pertence à entidade religiosa Freis Franciscanos da Província São Francisco de Assis, na gestão do Centro da Juventude Lomba do Pinheiro;

- Instituto Besouro de Fomento Social, entidade brasileira que se dedica ao desenvolvimento de programas e capacitações dirigidas às pessoas em situação de vulnerabilidade social, por meio da educação e do empreendedorismo, na gestão do Centro da Juventude Alvorada e Centro da Juventude Viamão.

- Central Única das Favelas (Cufa-RS) na gestão do Centro da Juventude Cruzeiro;

- Amurt-Amurtel, organização da sociedade civil de ordem socio-espiritual que atua em projetos sociais, estabelecida em Porto Alegre, que gerencia e administra o Centro da Juventude Restinga.

- Instituto Promover – IPHAC, entidade comprometida com as causas sociais, responsável pela gestão do Centro da Juventude Rubem Berta.

Centro da Juventude Cruzeiro

O Centro da Juventude Cruzeiro está localizado na Rua Mariano de Matos, 107, no Bairro Cruzeiro do Sul, em Porto Alegre, com o horário de funcionamento de segunda a quinta-feira, das 8h30 às 20h, e sexta das 8h30 às 17h30, e conta com a parceria da Central Única das Favelas-RS.

A Central Única das Favelas (CUFA) foi criada em 1998, a partir da união entre jovens de várias favelas do Rio de Janeiro, principalmente negros e grupos do movimento Hip Hop, que buscavam espaços de expressão. Hoje, tem representação em todos os estados do Brasil e também em outros países, nos âmbitos político, social, esportivo e cultural. No Rio Grande do Sul, a CUFA-RS atua desde 2005, com a missão social, por meio de projetos que valorizam talentos e aptidões individuais e coletivas.

O Centro da Juventude Cruzeiro tem sua organização baseada em dois grandes grupos: são atividades de aproximação profissional e de aproximação das artes, cultura, esportes e cidadania, disponibilizando aos jovens cursos profissionalizantes de Barbearia e Embelezamento, Culinária, Auxiliar Administrativo, Comunicação e Expressão, Educação Financeira, Empreendedorismo, Fotografia, Garçom e Garçonete, Informática Básica, Orientação Profissional e Ensino de Jovens e Adultos (EJA) e oferecendo aos jovens, através

do projeto, aproximação das artes, cultura, esportes e cidadania, oficinas de Artes Visuais, Dança, Esportes, Jiu-Jitsu, Musicalização, Teatro e Oficinas Temáticas.

Centro da Juventude Lomba do Pinheiro

O Centro da Juventude Lomba do Pinheiro tem sua localização na Estrada João de Oliveira Remião, 4444, bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. Atualmente, divide as dependências do CPCA, aguardando a liberação de prédio próprio que está localizado no mesmo endereço. O horário de funcionamento é das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira. Com uma meta de atendimento de 600 jovens ao ano, já no primeiro trimestre de 2020 foram atendidos 637 jovens no CJ Lomba do Pinheiro.

O CJ Lomba do Pinheiro foi pioneiro neste projeto, tendo início em dezembro de 2016. O Centro de Promoção da Criança e do Adolescente (CPCA) é instituição parceira, gestora do CJ Lomba do Pinheiro, conforme Termo de Colaboração nº 2241/2019, estabelecido com a Secretaria de Justiça, Cidadania e de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul. O CPCA é mantido pelo Instituto Cultural São Francisco de Assis que pertence à entidade religiosa Freis Franciscanos da Província São Francisco de Assis, possuindo caráter assistencial, sem fins lucrativos, em atividade desde o ano de 1979. O que move esta instituição são os valores cristãos, buscando promover a dignidade humana; a entidade dedica-se à execução de políticas como o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, o Serviço de Atendimento à Família, Programa Ação Rua, Programa de Educação Integral e Acolhimento Institucional.

O Centro da Juventude Lomba do Pinheiro disponibiliza diversos cursos profissionalizantes: Auxiliar Administrativo, Informática para o mercado de trabalho, Help Desk, Gastronomia, Moda & Design, Audiovisual e Embelezamento; o projeto Pizzaiol@ Empoderad@: massas, molhos e queijos vegetais; Formação de Oficineiros em Recreação e Lazer e percussão; Cursos de Teatro, Dança, Violão, Poetas da Periferia (Rap e Slam); Língua Inglesa; esportes: Futsal e Vôlei Academia; e também as oficinas: Qual é a tua parada? Desbravando o Mundo e a Arte & Resistência.

A composição dos colaboradores: professores, orientadores, psicólogos, assistente sociais, técnicos, atendentes, auxiliares; contando com uma equipe de três coordenadores, um assistente administrativo, três técnicos sociais, uma técnica de justiça restaurativa, dois residentes em saúde mental coletiva da UFRGS, dois educadores oficineiros, dez educadores sociais que atuam na educação básica, nas oficinas de embelezamento, inglês, expressões

artísticas, fotografia, gastronomia, com o apoio do serviço de um porteiro, um motorista, dois auxiliares de limpeza e um cozinheiro.

Centro da Juventude Restinga

O Centro da Juventude Restinga está localizado na Avenida Economista Nilo Wulff, 914, bairro Restinga, conta com a parceria do Amurt-Amurtel e possui um horário de atendimento das 8h às 17h30, de segunda a sexta-feira.

A Amurt-Amurtel é uma organização da sociedade civil, criada há 30 anos em Porto Alegre, que integra a Ananda Marga, organização sócio-espiritual internacional fundada na Índia, em 1955, pelo mestre espiritual e filósofo Prabat Rajam Sarkar Shrii Shrii Anandamurti. Esta organização atua em programas sociais e políticas de educação, assistência social e direitos humanos.

O Centro da Juventude Restinga objetiva a qualificação profissional dos jovens, disponibilizando cursos na área de Informática, Assistente Administrativo, Mundo do Trabalho e de Empreendedorismo Juvenil, Pizzaiolo, Panificação, Redes e Cabeamento Estruturado, Fotografia e Embelezamento de Cabelos Afro; oferece ainda oficinas de formação cidadã sobre Juventude e Direitos Humanos, Sexualidade e Gênero, Juventude: Promoção e Saúde; para atividades esportivas e lazer, disponibiliza aulas de Yoga e Relaxamento, jogos cooperativos e desportivos e a organização de atividades externas. O CJ Restinga propõe Círculos da Paz, Grupos Temáticos (Etnia, Gênero e Sexualidade) e Formação de Círculos Restaurativos.

Centro da Juventude Rubem Berta

O Centro da Juventude Rubem Berta atende no horário das 8h30 às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, e está localizado na Avenida Baltazar de Oliveira Garcia, 2132, bairro São Sebastião, nesta capital.

O Instituto Promover – IPHAC é o gestor responsável pelo Centro da Juventude Rubem Berta; trata-se de uma organização da sociedade civil, filantrópica, beneficente e que não possui fins lucrativos, atuando em projetos sociais proporcionando aos jovens qualificação profissional, cultura, lazer e educação, e outras campanhas solidárias, assistenciais e comunitárias.

O CJ Rubem Berta oferece aos jovens cursos profissionalizantes de Gastronomia, Customização de Roupas, Bijuterias, Informática, além de cursos de idiomas e reforço escolar em Português e Matemática e oficinas de Desenvolvimento do Potencial Pessoal, cursos de

elaboração de currículo e comportamento em entrevistas. Aos jovens, também são disponibilizadas atividades esportivas e recreativas como a dança, vôlei, futsal e capoeira. O CJ Rubem Berta também atua na orientação psicossocial, realizando encaminhamentos para rede de saúde e assistência social, quando necessário, além de propor espaço para debates e dispor de uma Cinemateca e Biblioteca.

Centro da Juventude Alvorada

O Centro da Juventude Alvorada fica localizado na Região Metropolitana de Porto Alegre, à Rua Fátima, nº 5, Bairro Maria Regina, no município de Alvorada, com horário de funcionamento das 8h às 12h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

Este centro está sob a gestão do Instituto Besouro de Fomento Social em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH, conforme pactuado no Termo de Convênio 0000 a partir de 2019. No período anterior, foi gerenciado em parceria com a Associação Afro Cultural e Beneficente de Matriz Africana São Jerônimo, criada em 1983, atuante nas ações culturais e sociais, de preservação ambiental e prestação de serviços comunitários, entidade Religiosa Africanista, que se estabeleceu em um território de referência religiosa conhecido como Cascata do Xangô, parceira também do Conselho Nacional de Juventude, do Ministério da Justiça e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas nas ações realizadas junto aos jovens de Alvorada.

No Centro da Juventude Alvorada são oferecidos os cursos profissionalizantes de Auxiliar Administrativo, Informática, Corte e Costura, Embelezamento, Trança Afro, Maquiagem, Garçom e Garçonete; disponibiliza aos jovens oficinas de dança, tamboreiro, tatuagem, teatro e artes marciais (Muay Thai) e práticas esportivas como o futebol e vôlei. O CJ Alvorada oferece ainda o serviço de Atendimento Psicossocial, atividades de Justiça Restaurativa, serviço de Orientação Profissional, Orientação para o mercado de trabalho e disponibiliza aulas de Reforço Escolar.

Centro da Juventude Viamão

O Centro da Juventude Viamão está localizado também na Região Metropolitana de Porto Alegre, município de Viamão, à Avenida Senador Salgado Filho, 2205, Bairro Santa Cecília, com o horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h de segunda a quinta-feira e das 8h às 12h nas sextas-feiras. No primeiro trimestre de 2020, totalizam 387 jovens da comunidade em atendimento no CJ Viamão.

O CJ Viamão disponibiliza aos jovens da comunidade cursos profissionalizantes de Auxiliar Administrativo, Embelezamento e Barbearia, cursos de Língua Inglesa e oficinas de Música, Dança, Esportes, Artes e Cultura, oferecendo também atividades de Comunicação Não Violenta e o projeto Justiça Restaurativa.

O Centro da Juventude Viamão é gerenciado pelo Instituto Besouro de Fomento Social, em parceria com a Secretaria de Estado de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH, conforme pactuado no Termo de Convênio 2304/2019, assinado em 10 de dezembro de 2019. É uma entidade assistencial com representação mundial, presente em 11 (onze) países, que objetiva, por meio da parceria com entes públicos, viabilizar o conhecimento, saúde e cultura às populações em situações de vulnerabilidade social. Em anos anteriores, o Centro da Juventude Viamão foi gerenciado pela RENAPSI - Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração, entidade privada que se dedica à execução de programas socioeducativos geradores de renda para maiores de 14 anos, instituição que, com o advento da Lei 10.097/2000, especializou-se na execução de Programas de Aprendizagem, contribuindo com a implementação de políticas públicas voltadas à população em situação de vulnerabilidade social.

O CJ Viamão conta com uma equipe de 10 (dez) profissionais com formação superior nas áreas de administração, serviço social, psicologia, pedagogia, química, história, dois funcionários auxiliares com ensino fundamental e 10 (dez) profissionais instrutores para atuar nas oficinas de robótica e arquitetura, *game*, muay thai, esporte, teatro, inglês, literatura, música, Reiki, beleza e estética, e outras em que houver interesse dos jovens; conta ainda com 57 jovens multiplicadores.

O POD atua com uma política pública que objetiva criar oportunidades aos jovens por meio do investimento na educação, cultura, esporte, segurança pública, cuja meta é melhorar a qualidade de vida destas comunidades mais vulneráveis. Os seis Centros da Juventude somam a meta de atendimento de 3.600 jovens, anualmente.

4.4 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NOS CENTROS DA JUVENTUDE

Embora os Centros tenham gestores e parceiros distintos na administração de cada unidade, a organização dos mesmos é similar. Existe uma estrutura física básica com cozinha, salas para as diversas áreas de estudo que disponibilizam, salas administrativas e de serviço de apoio, quadra de esporte, área de convivência e lazer em pátios amplos, dentro do possível. Ficam sob gestão de instituições sociais, selecionadas pelo Governo do Estado, por um

processo legal, contando com a administração e trabalho educacional de profissionais de diversas áreas como professores, orientadores, psicólogos e assistentes sociais.

Os requisitos para ingresso e participação nos CJ são jovens com idade entre 15 e 24 anos, moradores no território da comunidade e áreas adjacentes. A forma de ingresso ocorre por livre iniciativa dos jovens, por condução dos genitores ou responsáveis e através de encaminhamento de serviços da rede intersetorial de atendimento das comunidades e Redes locais socioassistenciais, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar e Coordenadoria da Juventude, Centro de Atenção Psicossocial (CAPSI); sendo realizado também nos Centros o atendimento aos jovens que cumprem medida socioeducativa e aos seus familiares.

Nas comunidades atendidas, onde há trabalho de policiamento comunitário, os Centros promovem a aproximação dos policiais com moradores, com o propósito de dar mais segurança aos espaços de convivência.

Objetivando o cumprimento das metas do programa social Cultura de Paz e Cultura de Não Violência são capacitados funcionários, em todos os Centros, como Facilitadores de Círculos de Construção de Paz para atuarem em situações de conflito menos complexas. O curso de formação é conduzido por Facilitadores habilitados pela Escola Superior de Magistratura do Estado do RS em Justiça Restaurativa.

No processo de recepção dos jovens, em todos os Centros da Juventude, são utilizados três instrumentos básicos para o acolhimento:

- Autorização de Uso de Dados: este instrumento possibilita e autoriza a divulgação e compartilhamento de informações e resultados das atividades desenvolvidas nos Centros da Juventude, mediante aceite do jovem ou de seus genitores ou responsáveis.
- Declaração para Atividades Físicas: instrumento que comprova que o jovem está apto para desenvolver e participar de atividades físicas.
- Plano Individual de Realização (PIR): trata-se de uma ficha que é preenchida em conjunto com os jovens, como um planejamento de percurso dentro da unidade. Por meio deste documento, é abordado o interesse do jovem, suas questões familiares, vida escolar, seus objetivos educacionais, sociais, profissionais. As definições iniciais no PIR não são definitivas, o documento permanece sempre em construção, alinhando-se ao interesse do jovem e ao seu desenvolvimento.

O ingresso dos jovens nos Centros obedece ao seguinte fluxo, nesta ordem:

1. Pré-inscrição pelo site do CJ ou pessoalmente;
2. Agendamento do PIR, com o jovem previamente inscrito;
3. Recolhimento da documentação do jovem no PIR;
4. Realização da matrícula e formatação da grade de horários;
5. Atualizar lista de chamada física (assistente pedagógico);
6. Conferência e atualização da planilha do PIR inicial.

O acompanhamento do jovem ocorre no seguinte formato:

- Busca ativa de jovens infrequentes;
- Atendimento psicossociais individualizados com técnicos;
- Acompanhamento de desempenho dos jovens nos cursos e oficinas;
- Acompanhamento de jovens encaminhados pela Rede Socioassistencial.

E o desligamento do jovem do Centro se processa da seguinte maneira:

- O jovem que se ausenta 2 vezes por semana dos Centros é contatado via telefone por um Educador volante (busca ativa);
- Após contato, se o educando persistir nas faltas, o educador volante repassa a situação para a equipe técnica, para fins de acompanhamento;
- Caso o jovem manifeste o desejo de afastamento do Centro, é encaminhado para a equipe técnica proceder ao processo de desligamento;
- Sendo menor de idade, o responsável é chamado a comparecer no CJ para conversar e realizar possíveis encaminhamentos e assinatura de documentos, assumindo a responsabilidade pelo desligamento;
- Nas situações em que o jovem esteja no Centro por encaminhamento de outros serviços da rede, a equipe técnica do CJ entra em contato para informar e formalizar o desligamento.

4.5 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NOS CENTROS DA JUVENTUDE

A organização das atividades ocorre em três eixos:

Eixo I – Socioafirmativo: as atividades que compõem este eixo são aquelas vinculadas à arte, cultura, esporte, literatura, música, atividades de acolhimento e de mediação de conflitos, oficinas e eventos.

Eixo II – Socioprofissionalizante: neste eixo estão inseridos os cursos profissionalizantes, línguas estrangeiras, cursos preparatórios e atividades de reforço escolar.

Eixo III – Jovem Multiplicador: recebe formação continuada e atua no planejamento, acompanhamento e práticas do Centro, recebendo uma bolsa auxílio do governo Estadual.

Os cursos profissionalizantes, cursos preparatórios e de língua estrangeira e as atividades ligadas às artes, cultura e esporte possuem, em regra, um percurso formativo de três meses. Os eventos e campeonatos são semestrais. As oficinas e palestras sobre a Cultura da Paz e Comunicação Não Violenta, Cultura Cidadã, Oficinas de Mediação e Práticas Restaurativas ocorrem mensalmente. Diante do grande número de educandos, são realizadas duas cerimônias anuais de formatura em curso profissionalizantes.

O Eixo III, Jovens Multiplicadores, refere-se a um projeto que contempla um grupo de jovens selecionados ante inscrição prévia, cujo objetivo é o desenvolvimento do protagonismo juvenil frente à vida profissional e a busca pelo conhecimento. O Jovem Multiplicador recebe formação continuada na área da cidadania, comunicação, cultura da paz e temáticas afins, devendo participar de atividades desenvolvidas de forma progressiva, entre teoria e prática em um total de 384 horas, durante um semestre.

O Jovem contribui com o funcionamento do Centro, selecionando entre as opções as atividades que deseja desenvolver como multiplicador: recepção, contatos com os jovens infrequentes nas aulas, auxiliar nas rotinas administrativas, organização da biblioteca, organização dos materiais pedagógicos, trabalho nas redes sociais, trabalho em projetos de ações sociais, monitoria e auxílio aos jovens iniciantes, assumindo desta forma um compromisso e uma responsabilidade perante o Centro que atua e participa.

Para a seleção de Jovens Multiplicadores são realizadas dinâmicas e avaliadas questões de vulnerabilidade social do candidato. O processo seletivo é organizado e publicado em edital pela SJCDH em parceria com a instituição gestora do Centro. Em média, selecionam-se 50 jovens lideranças/ano em cada Centro da Juventude.

Compõem o plano de eventos as atividades realizadas junto às famílias e a comunidade, cujo objetivo é apresentar as produções dos jovens e fortalecer o vínculo com a comunidade. Entram no calendário anual a elaboração e organização de Fóruns Comunitários, seminários, palestras, reuniões com as redes locais socioassistenciais, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Conselho Tutelar e Coordenadoria da Juventude, Centro de Atenção Psicossocial (CAPSI), reuniões com os familiares, formaturas, eventos, Feira de Oportunidades, Feira de Profissões. Como propostas de eventos direcionados aos jovens, são apresentadas: curta

jovem, aulão preparatório para o ENSEJA, gincana cultural, campeonatos esportivos, mostras científicas.

O encerramento do ano é marcado por um calendário movimentado pelo grande número de formaturas de cursos dos jovens e pelas apresentações e encontros, como a Caravana da Juventude, onde os jovens têm a oportunidade de contar suas experiências e demonstrar o aprendizado adquirido nas apresentações de seus trabalhos em artesanato, dança, esporte, música, e os gestores, orientadores e voluntários podem dar seus testemunhos do resultado que alcançam projetos sociais como o POD.

5 PERCEPÇÕES DOS JOVENS SOBRE O POD, A PARTIR DE SUAS VIVÊNCIAS

As percepções das nossas experiências de vida são baseadas nas interpretações que nós fizemos da realidade e não da realidade em si, são experiências subjetivamente apreendidas, mas ainda assim, o meio mais concreto para adquirir o conhecimento, da vida, do saber, das relações, do comportamento social. O termo percepção, a partir dos conceitos de Nicola Abbagnano, filósofo que se propõe a elucidar os principais conceitos filosóficos, pode designar uma operação determinada do homem em suas relações com o ambiente, porém não se trata de um conhecimento ou entendimento exaustivo e definitivo, possuindo a característica da corrigibilidade sempre; enquanto que o termo vivência designa toda atitude ou expressão de consciência do ser humano. Neste capítulo, deste estudo, se objetiva capturar a compreensão que os jovens possuem de suas experiências vivenciadas nos Centros, e resultantes destas, em suas rotinas, relações e propósitos, por meio da entrevista semiestruturada.

5.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Em um processo preparatório para o procedimento das Entrevistas Semiestruturadas, foram realizadas visitas aos Centros da Juventude, visando ao conhecimento e acompanhamento de algumas atividades, como oficinas e palestras, e a observação da ambientação, inclusive em períodos de recesso e intervalo entre as aulas, nos pátios e áreas de descanso e lazer dos Centros, onde se reúnem os jovens.

Para atender aos objetivos da pesquisa, as Entrevistas foram dirigidas a 5(cinco) jovens, matriculados e frequentando os Centros da Juventude no mínimo há um ano, com idade a partir de 18 até 24 anos, independente de etnia, sexo, causa ou motivação para integrar os Centros. Esta seleção de jovens foi definida pela pesquisadora em conjunto com os orientadores e psicólogos dos Centros da Juventude Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga, Rubem Berta, Alvorada e Viamão.

Estruturalmente, visando à organização dos assuntos abordados, a entrevista se subdividiu em quatro blocos: apresentação, contexto familiar e experiências de trabalho; relatos sobre experiências no POD, relações com os colegas, professores, comunidade, agentes de segurança; compreensão de conceitos como cidadania, segurança, violência, discriminação e projetos para o futuro.

Na efetivação das entrevistas, foram realizados contatos com os jovens, via telefone, para agendamento conforme disponibilidade dos entrevistados. As entrevistas ocorreram de forma *online*, através do aplicativo WhatsApp, com duração de 50min, sendo gravadas em equipamento de áudio para garantir legitimidade das falas; com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) pelos participantes, assegurando a confidencialidade e sigilo das informações, sendo utilizados nomes fictícios para preservar a identidade dos participantes, podendo estes serem definidos por escolha dos jovens.

Em todas as entrevistas, os jovens vieram muito dispostos a dialogar; é muito perceptível o interesse deles em se manifestar e contar suas trajetórias e experiências. Os dados e falas foram redigidos de forma que apenas os próprios entrevistados possam se identificar.

5.2 VISÃO GERAL E PERFIL DOS JOVENS

O perfil dos jovens e a busca pelo atendimento têm diversas motivações. A maior parte dos jovens procura os Centros na busca de cursos gratuitos de língua estrangeira, preparação para o vestibular e cursos de profissionalização visando a um emprego. Outros, chegam aos Centros na busca pelo esporte e lazer.

Ocorre também, durante os atendimentos para elaboração dos PIRs, a identificação, pelas equipes técnicas, de situações específicas que necessitam levar ao conhecimento e encaminhamento à rede socioassistencial, como violências domésticas, sexuais, agressões, abandono; também ocorrem encaminhamentos ao CRAS por motivos de insegurança alimentar, resultante da alimentação desequilibrada ou pela carência de alimentos; e ainda situações que resultam em encaminhamento para rede socioassistencial e saúde mental na busca de apoio para os jovens e suas famílias por motivos de insegurança física e psicológica no território em que vivem; ocorrem ingressos de jovens em situação de alto potencial para tentativa de suicídio, além de vários atendimentos individuais para jovens que apresentam necessidades de atenção especial, físicas, mentais, psicomotoras, psicológicas. Entre os jovens atendidos nos CJ, incluem-se também aqueles em situação de cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) e egressos da FASE que, por cautela, para preservar os jovens e evitar qualquer tipo de preconceito ou discriminação ou exclusão, não são em hipótese alguma identificados.

Os entrevistados apresentam diversidade na estrutura familiar: família monoparental (jovem mora com a mãe), anaparental (jovem não mora com os pais, mas com um primo),

família ampliada (jovem mora com os pais e com tios e avós próximos), matrimonial (jovem mora com os pais) e multiparental (jovem mora com a mãe e padrasto e convivem com os irmãos legítimos e por afinidade).

Os jovens relatam dificuldade no relacionamento com os pais, em menor ou maior grau. Alguns se sustentam unicamente com o valor de bolsa de estudos que recebem, alguns auxiliam nas despesas da família. Os entrevistados estão cursando ou concluindo o ensino médio, com exceção de um jovem que iniciou estudo superior, porém cancelou no primeiro semestre porque a mãe ficou desempregada e ele passou a ser o responsável pelo sustento da família.

A faixa etária dos entrevistados fica entre 18 e 22 anos de idade, os quais se identificam, quanto ao gênero, como feminino, masculino, transexual e não binário. Os jovens participantes das entrevistas semiestruturadas foram nomeados e identificados no transcorrer deste estudo como Japah, Sol, Nina, Anita e Robert.

Japah, 19 anos (entrevista em 17/12/2020). Se identifica como uma mulher branca, ainda que reconheça que possui origens negras. Ingressou no CJ em 2017, conheceu o Centro por meio do esporte, é jogadora de futebol. Ao participar de um torneio de futebol nas quadras do Centro da Juventude, acabou se interessando pelas atividades que presenciou no local e pela oportunidade de fazer os cursos gratuitamente. Os cursos que mais apreciou foram a dança, o stencil e o inglês; relata que fez quase todos os cursos e participou de todos os esportes. Para preparação para o trabalho, cursou Auxiliar Administrativo. Atualmente é bolsista, integrando o grupo de Jovens Multiplicadores, e cursa Gastronomia, como chefe de cozinha; seu objetivo é atuar nesta área de trabalho. Japah relata a ótima recepção que teve ao chegar ao centro, a aceitação e o respeito pela sua identidade e pela forma como se apresentou, seu estilo de vestir, suas roupas, pelo seu perfil e por se apresentar como indivíduo trans.

Nina, 21 anos, identifica-se como pessoa não binária, se apresenta como negro, embora descendente de negros e brancos. Ingressou no CJ em 2017 e em 2018 passou a integrar a equipe do Projeto Jovem Multiplicador. Frequentava os cursos no turno da tarde, das 13h30 às 17h30. Pela manhã, participava de oficinas e palestras ocasionais, atuando em turno integral nas ocorrências de eventos, comemorações, festividades e cerimônias. Teve conhecimento sobre o CJ na escola e recebeu a informação que havia curso de teatro gratuito no CJ, curso que queria muito fazer, mas não tinha como pagar, então decidiu fazer a inscrição. Gostou muito do primeiro atendimento, da forma como foi recepcionada no CJ.

Fui sozinho, era uma terça de tarde. Eu me senti muito acolhida, desde o primeiro dia, a mulher que me atendeu, né, a Sheila, que trabalhava lá... a primeira coisa que ela perguntou, na minha ficha de inscrição, era se eu preferia que me chamassem, de ela ou de ele, e literalmente nunca, em lugar algum, de curso, nem de escola tinham me perguntado isto, e eu fiquei ... ah, não sei, (risos) ainda falei pra ela, eu juro que não sei, porque nunca ninguém me perguntou isto. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Anita (entrevista em 21/10/2020), uma jovem de 18 anos, conheceu o CJ ao ser convidado, à formatura de um amigo. Gostou do lugar, das pessoas que conheceu naquele momento, e decidiu ingressar em curso profissionalizante em 2018. Anita participou de vários cursos, beleza estética, *design* de sobrancelhas, manicure, maquiagem, Reiki, estudo de português, preparatório para o vestibular e auxiliar administrativo, além dos cursos obrigatórios, comunicação não violenta e práticas restaurativas. Atuou como jovem multiplicador até setembro de 2020.

Robert, 20 anos, ingressou no CJ no ano de 2019. Conheceu o Centro ao participar de um processo de seleção para atuar como jovem aprendiz em uma outra instituição, cujo teste foi aplicado no prédio do CJ; nesta oportunidade, acabou se interessando pelos cursos em virtude de serem gratuitos, enfatizando os cursos de língua estrangeira, português, preparatório para vestibular e cursos da área de TI.

Eu cheguei meio acuado, eu vivia meio afastado, não conheço estas pessoas, eu não sei de onde elas vêm, fazia o que tinha que ser feito, mas com o tempo eu fui compreendendo que o objetivo era entender o contexto e não ter este medo, tipo não vou falar com aquela pessoa porque ele parece, ou mora em lugar perigoso. (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Sol (entrevista em 23/12/2020) é uma jovem de 19 anos; conheceu o CJ na escola em que estuda, em uma oportunidade que o CJ visitava escolas apresentando o Programa POD para a comunidade escolar, ingressando em 2017. Relata que foi muito bem recebida desde o primeiro dia de inscrição; atualmente integra o projeto Jovem Multiplicador. Participou de muitos cursos e oficinas; o curso que mais apreciou foi de audiovisual, fez vários trabalhos de fotografia para o site do CJ de sua comunidade e para o site do POD Juventude.

5.3 PERCEPÇÕES E DEPOIMENTOS DOS JOVENS

O Programa Oportunidades e Direitos foi implementado buscando satisfazer uma necessidade de áreas específicas do Município de Porto Alegre e Região Metropolitana, com base em pesquisas que mostraram a carência e vulnerabilidade dos jovens destas comunidades, mostrada nos índices altos de violência em crimes e agressões que vitimam esta faixa etária atendida pelo POD, onde jovens são envolvidos em situações de violência seja

como agressores ou como vítimas. Neste sentido, questionar diretamente a quem é dirigido o programa social e conhecer suas posições e sentimentos sobre a experiência apreendida é que levará a conhecer, a partir do entendimento do indivíduo, de sua percepção, o real alcance, a satisfação dele, face ao projeto social, Enquanto que, para o pesquisador, entrevistar um jovem é conhecer sua opinião, satisfações, frustrações, suas percepções; para o entrevistado é uma oportunidade para expor suas dificuldades, problematizar sua realidade. E neste momento, este jovem também é o porta-voz da comunidade em que vive e da história de vida de muitos jovens, como a dele.

O comportamento do indivíduo tem uma relação direta com a qualidade de vida do ser humano; obviamente a pobreza, o racismo, discriminação, são componentes que irão contribuir na baixa qualidade das relações sociais, nos conflitos sociais mais complexos, mas não são estes, fatores exclusivos causadores das relações agressivas e atos de violência, o desemprego, a precariedade das escolas, dos espaços de convivência social, a carência no lazer, nos movimentos e grupos sociais nos bairros, a proximidade às drogas, também resultam relações antissociais, representadas nos comportamentos violentos.

5.3.1 Relato sobre experiências vivenciadas nos Centros da Juventude

Em relação às questões e temas formulados na entrevista, que visam captar esta primeira parte – relatos sobre experiências vivenciadas nos Centros da Juventude e modificações, exclusões e acréscimos sugeridos pelos jovens ao CJ, estas apresentam um resultado rico em informações e que serviram muito bem ao propósito deste estudo. Emergiram aspectos positivos e negativos em relação ao programa social a partir do olhar dos jovens. Mas como organizar estas percepções dos jovens de forma a compreender as falas, os entendimentos, e entender algo individualizado como uma compreensão da juventude do CJ? Neste processo de percepção da percepção dos jovens, tentei ao máximo não colocar a minha expectativa ou desejo, porém ciente de que na busca da percepção interagimos de alguma forma com o entrevistado.

Para Anthony Giddens,

Se a percepção for entendida como um conjunto de dispositivos de arranjo temporal, formado pelos movimentos e orientações do corpo, e formando-os, nos contextos de seu comportamento, poderemos entender, por conseguinte, a importância da atenção seletiva na conduta cotidiana. Em todo e qualquer contexto de atividade, estão se passando muito mais coisas do que aquilo que a que o ator assiste, acontecimentos ou qualidades que lhe escapam a atenção. Entretanto, a seleção é um processo mais positivo do que negativo; expressa os envolvimento ativos de agentes com seus respectivos ambientes (GIDDENS, 2009, p. 55).

Percebemos nas respostas dos jovens que o objetivo deles, ao entrar no CJ, o que atrai a juventude, a principio, é a possibilidade de formação para o trabalho, então optam primeiramente por cursos profissionais e cursos preparatórios para o vestibular, oferecidos de forma gratuita. Entretanto, o que faz com que eles permaneçam, satisfeitos, com interesse nos Centros, buscando outros cursos, é a forma como são recebidos pelos orientadores e a forma de relacionamento que se estabelece dentro do CJ, entre os jovens e com os educadores.

Os jovens procuram por ter cursos gratuitos, isto é o que atrai o CJ, gratuidade e também os problemas em casa e acabam se refugiando no CJ. Se sentem mais a vontade no centro do que em casa. Eu me inscrevia em muitos cursos, mas não era nem interesse nos cursos, mas pelo tempo que eu passava lá. Foi graças ao centro que eu me descobri como uma pessoa não binária, graças ao centro eu consegui me assumir para minha família (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

A maneira como eles administram é legal, eu sou tímido e as turmas muitas vezes são misturadas, é muito natural fazer parte do CJ, não precisa muito esforço pra se integrar (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Um ponto alto nos Centros da Juventude parece ser o respeito às individualidades dos jovens. Em um primeiro momento, no ingresso do jovem, é formalizado o PIR, como um ponto de partida que pode e, muitas vezes, deve ser modificado ao longo do percurso do jovem no CJ. Os jovens chegam receosos ao Centro, vão à procura de cursos profissionalizantes gratuitos por não possuírem recursos financeiros; ali chegando, eles encontram um universo muito maior, que é ofertado não só nos cursos, mas nas relações que se formam lá dentro.

Os professores são muito próximos, eles não parecem que são professores. Eles não são aqueles só educadores, que vão lá educam, é isso aí, passa matéria e pronto volta pra casa. Lá é um lugar não só pra aprender, mas também conviver com as pessoas dali. (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

A base destas relações parece estar formatada na ideia de desenvolver uma cultura de paz, uma comunicação harmoniosa entre as pessoas; acredito ser este o diferencial nos Centros da Juventude. Para uma criança se manifestar de forma espontânea na família, na escola, ela necessita da atenção, de uma relação de confiança. Assim reage o jovem em relação ao meio que o cerca, para o exercício de forma autônoma de uma manifestação, ele deve se ver reconhecido como um ser que possui direitos, vontades e características próprias, onde as relações são construídas com base no respeito mútuo entre as partes envolvidas, seja no ambiente familiar, na escola ou na comunidade. Em muitas passagens, durante as entrevistas, percebe-se a ausência do diálogo e a incompreensão das necessidades juvenis na entidade familiar, quando os jovens contam que preferem ficar no ambiente do CJ do que em suas casas, por se sentirem mais seguros e aceitos dentro do CJ do que nas suas famílias.

Japah se identifica como trans, tem uma namorada e relata que hoje é muito aceita pela mãe, pelo padrasto e familiares pela sua identidade de gênero, mas passou por um longo processo de identificação, reconhecimento e aceitação; relata fuga de casa, afastando-se da família por períodos intercalados que somaram de dois a três anos. O afastamento dos familiares se deu em decorrência de conflitos pela não aceitação da família de sua identidade, forma como se veste, modo como fala e age, pela sua orientação sexual.

No início da pandemia, em março de 2020, conta a jovem Sol que teve problemas de depressão. Recebeu apoio dos orientadores do CJ e assistência psicológica no Centro; a mãe teve dificuldades para entender o mau momento da jovem, sendo bastante incompreensível para a família a depressão como doença, dificuldades de diferenciarem a patologia de uma mera falta de vontade; para o pai, a depressão é a falta de Deus, então a maneira como o pai tentava ajudar era levando a jovem para a igreja evangélica. A psicóloga e a assistente social tiveram vários encontros com a família, esclarecendo dúvidas, orientando como a família poderia ajudar naquele momento.

O mais importante é o compromisso da pessoa, quando diz que vai ajudar e ajuda mesmo, tem muita gente que fala: pode contar comigo para tudo! Mas na hora que precisa mesmo, não ajuda. (Entrevista com Sol, em 23/12/2020).

Nina teve apoio dos funcionários e professores para assumir, diante da família, sua condição de gênero não binária. Um dos professores chamou a mãe da jovem para conversar sobre o tema identidades de gênero e sobre orientações sexuais, em conjunto com a psicóloga do CJ, auxiliando a família na aceitação da identidade e escolhas da jovem, tornando possível o diálogo entre mãe e filha, com base no respeito e compreensão das diferenças; uma família com dois filhos, com personalidades e características distintas, educados pela mãe, no mesmo ambiente. Relata Nina que foi ainda mais difícil por que a mãe frequenta a Igreja Evangélica e criou os filhos frequentando os cultos. Nina diz que cresceu dentro da igreja, ouvindo que tudo que ela era, queria ou pensava, eram coisas do demônio.

No CJ eu tinha psicóloga que me ajudou muito, esta coisa de me olhar no espelho e não gostar. Esta questão de se olhar no espelho, também divido muito isto com uma amiga, sobre estas questões. Eu ainda conto muito com o apoio da psicóloga do centro, quando tenho alguma questão mais complexa, recorro a ela, me ouve, me ajuda. E converso também com minha mãe, não as situações mais complexas. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Assumir a identidade de gênero perante a família se trata de um processo muito lento, gradativo, para os jovens destas comunidades, pois exige, primeiramente, uma segurança, uma confiança em si mesmo para enfrentar não só o preconceito e a desconfiança, mas também a frustração e o desapontamento da família. É um processo de reafirmar uma

identidade, não só por meio do diálogo com as profissionais, mas um trabalho de recuperação do autorrespeito, da autoconfiança dos jovens.

Daí... eu comecei me assumindo como gay, depois me identifiquei no meio das maquiagens e das roupas femininas. No começo eu não me vestia e me maquiava aqui dentro de casa, eu levava em uma mochila e me vestia na casa de uma amiga, quando voltava do rolê, trocava a roupa na casa dela, pra depois ir para minha casa. Mas minha mãe acabava achando um batom, uma roupa de menina, então eu tive que falar como eu me sentia. Foi assim que começamos a evoluir juntas com apoio do CJ. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Os jovens mostram encontrar no CJ um apoio que eles não possuem na família, e eles não recebem somente o apoio, no sentido de se reafirmarem como indivíduos, com quereres, com individualidade e características próprias, mas também uma preparação para lidarem com estas diferenças de compreensão entre a geração deles e a de seus genitores e no enfrentamento das diferenças na comunidade, na sociedade; trata-se de ensinamento e orientação, mas também de afetividade, que é essencial para autonomia, segurança e formação da convicção do jovem.

Nas palavras de Berger e Luckmann,

O veículo mais importante da conservação da realidade é a conversa. Pode-se considerar a vida cotidiana do indivíduo em termos do funcionamento de um aparelho de conversa, que continuamente mantém, modifica e reconstrói sua realidade subjetiva. A conversa significa principalmente, sem dúvida, que as pessoas falam uma com as outras, Isto não nega o rico halo de comunicação não verbal que envolve a fala. Entretanto a fala conserva uma posição privilegiada no aparelho total da conversa (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 196).

Quanto às relações com os demais colegas, uma jovem relata que sempre teve muito medo das pessoas, por que sempre sofreu muito preconceito, na escola, na rua, no bairro, sempre observou as pessoas rindo dela, ouvindo comentários sobre ser afeminado; então, a princípio, concluiu que no CJ não seria diferente e que se isolaria, como sempre fez, para se preservar de uma violência muitas vezes velada. Mas as coisas ocorreram de forma diferente. Naquele lugar, ela encontrou mais do que respeito, a admiração dos colegas, que elogiavam a sua coragem de se assumir, sua identidade, estilo de vestir, do seu falar, gesticular, de sua autenticidade. Relata que muitos outros jovens se encorajaram a se assumir, não só em relação às questões de gênero, mas também no que diz respeito a posicionamentos, opiniões, mudanças de postura frente às diferenças sociais, étnicas, repensando ideias e conceitos.

Na minha escola eu sofria preconceito a fu, a vida inteira eu via as pessoas rindo de mim porque eu era afeminado. Mas tudo foi diferente, desde o início, que eu me senti segura, e foi assim, as pessoas me aceitaram. Eu fui pro CJ de salto e as pessoas me abraçaram, não só as meninas, mas os meninos também me aceitaram do jeito que sou. Quando cheguei em casa eu chorei... porque, eu fiquei, meu deus! As pessoas gostaram de mim! (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Na abordagem do tema relação com a comunidade, os jovens mostram uma aproximação. Um jovem relata que conheceu muito da cidade onde mora ao participar de um projeto que se propunha a apresentar os bairros de sua cidade, a evolução, características do município. Trata-se de conhecer a própria história, quando descobrimos as origens de nossa comunidade, nosso universo social mais próximo. Este projeto se fez necessário diante da problemática discriminação das pessoas em virtude dos locais em que residem: a população boa, a população ruim. Esta formatação estava se reproduzindo dentro do CJ, conforme originários de determinados locais estabeleciam os afastamentos. Como resultado deste projeto, ocorreu o entendimento dos jovens do princípio da igualdade de direitos entre as pessoas e do princípio da solidariedade; jovens com ideais, que possuem objetivos de vida e dificuldades para atingir estes objetivos, convivem, estudam no mesmo ambiente, na mesma sala de aula, com o mesmo professor, e estão ali pela oportunidade de estudos gratuitos, porque as famílias não possuem recursos financeiros para custear sua educação formal, atrás de uma qualificação profissional, uma formação mais especializada que possibilite oportunidade de emprego, melhor remuneração e, abarcando estes objetivos, querem ser inseridos, aceitos pelos demais, de forma igualitária, com os mesmos direitos de uma vida digna.

Este projeto de conhecimento dos bairros foi ao encontro da necessidade individualizada de cada jovem, na ideia de inserção, incluir o outro, e na ideia de pertencimento, me sentir incluído, que concorrerá para uma mudança, mesmo que a longo prazo, na comunidade na qual estão inseridos. É uma mudança difusa, que se ramifica, ainda que lenta, processando-se ao longo do tempo, nestas ideias de inclusão e pertencimento, como um objetivo maior, porque a experiência de distinção social na sociedade corresponde à identidade da coletividade. Os jovens não se sentem discriminados somente como sujeitos individualizados, mas também como parte de um grupo discriminado, a periferia, recebendo tratamentos diferenciados, rejeitados socialmente como coletividade; este grupo pode ser um bairro, uma rua, uma cidade.

Um dos jovens salientou que as experiências socializadas, no CJ, funcionam como para “sair da bolha”: as pessoas vivem em bairros, de forma isolada, como se existisse uma barreira, invisível, barreira entre dois mundos, o mundo certo e o mundo errado. O risco e o perigo se conformam na miséria; quanto maior a miserabilidade do indivíduo, maior será a periculosidade que ele representa.

Às vezes apesar do lugar que ele mora ser mais perigoso, a vida dele é a mesma tua. Existe muito preconceito de bairro, em Viamão, tipo se tu é da Augusta, então é criminoso. Eu moro no meio termo, é um bairro ignorado, que não existe, tipo

assim. Mas, a mesma coisa que ele tá buscando, eu to buscando também (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Muda a visão sobre as pessoas, tipo assim uma pessoa que fala mal, tu vê que a pessoa não é aquilo que dizem (Entrevista com Anita, em 21/10/2020).

Quantos aos cursos ofertados no CJ, estes se subdividem em três eixos: Socioafirmativo, cujas atividades se relacionam à cultura, literatura, comunicação, eventos sociais e lazer; o Socioprofissionalizante, que inclui o estudo da língua estrangeira, preparação para vestibular e atividades de reforço escolar; e por último o eixo Jovem Multiplicador, onde os jovens atuam auxiliando o planejamento das aulas, práticas de cursos, oficinas e eventos, e recebem uma bolsa-auxílio do governo Estadual.

Os cursos, oficinas e palestras que trabalham direitos humanos, cultura da paz, comunicação não violenta, oficinas de mediação e práticas restaurativas integram o eixo socioafirmativo e exigem presença de todos os alunos, obrigatoriamente. Todos os jovens entrevistados relatam o quanto a vida deles se modificou depois das experiências vivenciadas nestas aulas que tratam sobre as relações humanas e a cultura da paz. Através de oficinas, palestras e rodas de conversa, é trabalhada a predisposição para resolver situações de conflito por meio do diálogo, da escuta ativa; processa-se um aprimoramento do sentido de empatia, de se colocar no lugar do outro. A partir destes aprendizados e práticas realizadas entre colegas, os jovens apresentam uma mudança de comportamento diante das relações e situações que se apresentem, modificações na forma de comunicação com a família, vizinhos, comunidade, mudança percebida pelo ouvinte, que desta forma demonstrou realmente o ato de ouvir. Obviamente, as relações não passaram à perfeição, mas se tornaram viáveis, possíveis, com a ciência dos jovens, de que o experimentado se trata de um aprendizado constante.

Eu fiz curso de facilitadora de círculos, aprendi a me comunicar melhor, a ficar mais calma, melhorou bastante a relação com a minha mãe e também com os outros (comunidade) (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

Eu sempre critiquei muito o fato de não ser aceita de as pessoas não me entenderem e tal, mas eu nunca sentei, conversei e ouvi a respeito disto também, né? E quando aprendi no CJ esta questão de dialogar, de falar em primeira pessoa sempre, de falar o meu lado na história, de deixar que a pessoa fale o lado dela, as coisas facilitaram muito mais, foi quando eu sentei com a minha mãe e expliquei como eu me sentia realmente. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Sobre as aulas de comunicação não violenta, Japah (Entrevista em 17/12/2020) conta que aprendeu a respeitar e ser respeitada pelos demais jovens no CJ. Esclarece que nestes espaços são abordados diversos assuntos e que existem muitas opiniões diferentes; os temas para discussão são trazidos pelos professores e também colocados pelos alunos, é um espaço

democrático. O formato das aulas é organizado com posicionamentos dos alunos em um círculo, de maneira que todos possam se ver, onde o poder da palavra será oportunizado a todos os integrantes, evidenciando-se e aprimorando a capacidade de escuta.

Nas práticas restaurativas entendemos que as pessoas tem opinião diferentes, existem outras pessoas. E tem um trabalho com psicólogas, que auxiliam na relação do jovem com os demais jovens, familiares, comunidade, problemas na escola. Eu aprendi a falar com as pessoas, até com a minha mãe. (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

Muda o jeito de ver o mundo nas aulas de práticas restaurativas e comunicação não violenta porque nós fizemos debates sobre vários assuntos; as pessoas falam experiências próprias, opiniões delas, e nem sempre a opinião da outra pessoa é a tua opinião. (Entrevista com Anita, em 21/10/2020).

Nos diálogos, colocações, interrogações, silêncios, percebemos a importância de programas sociais que promovam a autonomia, a emancipação e a participação social e política do jovem. Existe uma carência muito grande, nos jovens da periferia, não só de estrutura física, alimentos e vestuário, mas talvez, principalmente, de estímulo ao desenvolvimento como ser humano, ouvir o jovem, estimular sua criatividade, possibilitar o acesso ao conhecimento. Oportunizar a cultura e o lazer ao jovem, assim como promovemos o lúdico à criança, possibilita o desenvolvimento social, afetivo e a formação do autoconceito positivo como indivíduo.

Podemos constatar nos depoimentos que a procura pelos cursos busca atender diversos propósitos: o profissional, a defesa pessoal, o conhecimento educacional formal e o esporte. Nina fez todos os cursos do CJ e salienta que o Muay thai fez por segurança, para autodefesa; fez teatro, dança, inglês, espanhol, maquiagem, preparatório para vestibular e cursos profissionalizantes, participando de apresentações com a dança em vários lugares, citando a apresentação na PUC, para exemplificar.

O curso de justiça restaurativa a minha vida mudou muito mesmo, eu era agressiva, comecei a demonstrar mais simpatia, eu comecei a pensar que eles são assim por causa da trajetória da vida deles, então eu não tenho que responder de forma agressiva também, e foi evoluindo, muitas pessoas que não falavam comigo, hoje respondem e perguntam como eu estou. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

No começo foi difícil por que eu levava vários cortes na rua. As pessoas me julgavam até no olhar, mas hoje eu não sinto isto na minha família, nos vizinhos e nas pessoas do mercadinho. Eu saio pra rua de vestido, de short, maquiada e tudo bem. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Os jovens acreditam que o incentivo recebido através dos cursos estimula os alunos a buscarem progresso através da educação, enquanto as aulas de práticas restaurativas, comunicação não violenta e de direitos humanos ensinam a evitar o conflito e a entender as consequências que atitudes e falas agressivas podem chegar. Os familiares dos jovens são

parte integrante dos Centros, nesta ideia de cultura de paz, participam dos eventos, cerimônias de formaturas e outras festividades propostas para a comunidade; muitos colegas e amigos convidados dos jovens e das famílias acabam conhecendo a ideia deste Programa Social nestas oportunidades.

Os Centros estiveram em pleno funcionamento durante o período de pandemia, com exceção do CJ Alvorada, que suspendeu as atividades por um longo período, conforme depoimento dos jovens. Os cursos, na maioria, tiveram continuidade no formato *online*, à distância. O CJ Viamão, durante a pandemia, obedecendo às orientações de distanciamento e proteção contra o vírus, concluiu o Projeto do Sabão, produto de limpeza produzido pelos jovens no CJ e distribuído na comunidade. Neste projeto, além da reciclagem e reutilização de matéria prima, foi trabalhado também o reaproveitamento de embalagens. Os alunos recolheram óleo usado pelas residências para a confecção do sabão, assim como outros materiais e garrafas pet, para armazenar o sabão. Em virtude da circunstância da pandemia, surgiram novos projetos em todos os Centros, como a arrecadação e distribuição de cestas básicas na comunidade e o projeto, em parceria com a CUFA – Central Única das Favelas, que trata de distribuição de *chips* para celular, possibilitando o acesso dos jovens aos cursos *online*.

Durante este período, que exigiu este distanciamento social, a atuação dos jovens multiplicadores foi muito importante também na recepção dos novos jovens e apresentação do CJ e integrantes do Centro, onde a comunicação ocorreu, na maior parte do tempo, de forma *online*. Houve muito interesse e muita participação dos jovens em *lives*, o que favoreceu a comunicação, tanto entre os jovens, como entre jovens e orientadores do CJ.

Eu acho que ganhei bastante experiência, alguns cursos não pra exercer como profissão, mas pra mim mesma, fiz amizades, aprendi a me comunicar, não só para o trabalho, mas nas relações também. Pra mim ficou fácil me dar bem no CJ, também por que eu conhecia pessoas que se davam bem com outras pessoas no centro. (Entrevista com Anita, em 21/10/2020).

Nas interações cotidianas, por meio de nossos sentidos e sentimentos, percebemos a reação do outro e retribuímos da mesma forma, os indivíduos são orientados pela comunicação, verbal ou simbólica. Neste sentido, o projeto jovem multiplicador representa um trabalho bastante interessante e que traz um resultado expressivo entre os jovens, nesta ação de acolhimento dos jovens que estão ingressando no CJ por outros jovens, gerando entre eles o sentimento de solidariedade já no primeiro momento de entrada no CJ, no início da jornada do jovem.

Neste período em que as aulas foram ministradas de forma *online*, o número de alunos, aproximadamente, foi de 50 pessoas, para os cursos e oficinas que exigem obrigatoriedade de presença: Cultura da Paz e Comunicação Não Violenta, Cultura Cidadã, Oficinas de Mediação e Práticas Restaurativas; estas aulas, quando no formato presencial, mais que duplicam este número, muitas vezes com dificuldade de espaço físico para acomodar todos os presentes. Nos demais cursos, é bastante variável, dependendo do interesse dos jovens e, diante da situação, também da estrutura que o aluno possui para assistir às aulas; existem cursos com somente cinco pessoas frequentando aulas. As maiores dificuldades que levam à ausência nas aulas estão nas conexões precárias de acesso à *internet* e também na tecnologia utilizada; a maioria dos jovens não possui computador ou *notebook*, eles utilizam celulares, às vezes bem antigos, para acompanhar os cursos.

Os jovens relatam que se sentem bastante produtivos por passarem pela experiência de auxiliar no CJ para o Centro não parar integralmente, não somente na situação da pandemia, mas também nas trocas de gestão, quando muitos orientadores foram dispensados do trabalho e corria-se o risco de atividades serem suspensas ou canceladas. Robert contribuiu muito com o CJ, como monitor, responsabilizando-se pelas aulas de inglês aos demais jovens, durante o aguardo por um professor substituto; também fala muito orgulhosamente de ter recebido a responsabilidade de manutenção da horta do CJ.

Um grupo de jovens, que inclui Robert, trabalhou na criação do Podcast para o Centro. Robert recebeu o encargo com receio, pois se considera muito tímido e tinha medo de desapontar os professores, mas conta que foi bastante estimulado e teve muita liberdade para trabalhar para criar o Podcast. Explica que os professores encorajaram muito a ele e aos colegas a executarem a tarefa, com a clareza de que o resultado final importava, mas o mais importante seria a tentativa, usando todo o empenho, da melhor maneira possível. Este voto de confiança foi essencial para impulsionar Robert e demais jovens e para obterem sucesso no projeto.

O Podcast foi implementado no CJ como uma ferramenta de estudo para ser utilizada de forma mais prática, ágil; tratando-se de uma gravação de áudio, pode ser acessado de um celular simples, a qualquer momento, conciliando com outras atividades. Os professores, orientadores, gravavam sínteses de conteúdos, orientações para determinadas tarefas, aproximando e facilitando o aprendizado. A mensagem de voz muitas vezes é melhor compreendida que a mensagem de texto.

Pensei, eu vou fazer e vai dar certo, se não der certo não vai ser um erro, porque eu tentei acertar. (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Salientando, o jovem, que recebeu o encargo com muita responsabilidade, executando a tarefa como se fosse para ele utilizar, com base nas necessidades que ele poderia ter, dúvidas e assuntos que ele considerava de maior complexidade, ciente de que a tarefa de produzir este tipo de arquivo digital chegaria às pessoas e auxiliaria no propósito do conhecimento, na captação das informações, amenizando o distanciamento que a situação de pandemia impôs. Relata que antes de entrar no CJ era uma “toupeira” (define-se desta forma), dizendo que não falava com ninguém, e que aprendeu, no CJ, a ter autoconfiança, a acreditar na própria capacidade, ficando muito impressionado com a liberdade que recebeu para trabalhar no projeto Podcast. Permanece no CJ, participando do curso de Inglês e de Reiki, Práticas restaurativas e Comunicação não violenta, atuando como Jovem Multiplicador.

Cabe ressaltar, como um objetivo do Centro da Juventude atingido, as tarefas e contribuições dos jovens multiplicadores como responsáveis pela implementação de alguns projetos que tiveram início a partir de propostas deles; organizaram oficinas de customização, horta comunitária, prática do skate, libras, artesanato. Esta criação e iniciativa integra a proposta do projeto de estimular a criatividade, iniciativa, autonomia, o protagonismo juvenil e, ao mesmo tempo, atender aos anseios e necessidades das comunidades.

Neste espaço, POD Juventude, os jovens experimentam vivências sociais dentro e fora do universo dos Centros, relatam sobre as experiências sociais, que são os fóruns e eventos de final de ano, as cerimônias de formaturas, as apresentações externas em escolas e universidades. De forma muito orgulhosa relatam as participações em mostras de dança, música, poesia, teatro, como grupos do CJ, em espaços privados e públicos da cidade. Deslocando-se em grupos organizados, com a presença do orientador, costumam fazer apresentações em instituições, escolas, faculdades, eventos, e também de forma livre, em espaços públicos; evidenciam as apresentações de música, o Rap, e da poesia falada, o Slam, e da arte de capoeira.

Japah (entrevista em 17/12/2020) fez um relato de sua participação em um programa de TV da RBS. Ficou muito feliz ao ser reconhecida pela comunidade durante uma entrevista sobre a proposta e desenvolvimento dos Centros da Juventude, entrevista que foi transmitida no Jornal do Almoço. A participação dela foi motivo de muito orgulho para a família e também para a comunidade, pelo reconhecimento social de uma integrante do bairro, pela oportunidade de visibilidade e voz da comunidade representada na fala da jovem.

A jovem Sol também fala com muita empolgação e orgulho ao dizer que fez teatro e participou do Grupo de Poesia.

Eu aprendi fazer rap e também slam com este professor que foi demitido. Fizemos apresentações na PUC e também na rua, nas competições de slam. (Entrevista com Sol, em 23/12/2020).

Slam é uma espécie de competição, batalhas travadas através da poesia falada, é um movimento importante que surgiu nos Estados Unidos e, atualmente, bastante importante no Brasil; é poesia, mas também educação, forma de protesto, visibilidade, empoderamento, um meio de superação individual e também coletiva. As competições de Slam ocorrem em diversos pontos da cidade: parque da Redenção, Largo Zumbi dos Palmares, embaixo do Viaduto Otávio Rocha (apelidado de Brooklyn).

Lá foi uma experiência muito boa pra mim, porque eu desenvolvi muitas habilidades que eu nem sabia que tinha. Lá fez descobrir muita coisas minhas, dentro de mim, que se eu não tivesse passado por lá, não teria descoberto. (Entrevista com Sol, em 23/12/2020).

Estas ações e iniciativas dos Centros da Juventude permitem expandir a criatividade, o conhecimento e o autorrespeito. No momento que os jovens falam de seus cotidianos, suas apreensões da vida, através da criação musical e da poesia falada, eles formam conceitos, relacionam ideias, estabelecem relações lógicas, operam mentalmente e expõem com criatividade o mundo em que vivem e a percepção que possuem da sociedade.

Como Jovem Multiplicador, esta jovem, Sol, atuou no Projeto Áudio Visual, desenvolvendo atividades relativas aos registros dos trabalhos do CJ, acompanhando eventos, fazendo as fotografias e trabalhando na publicação das imagens no jornal CJ de sua comunidade e no POD Juventude.

Os professores nem parecem professores, parecem amigos que conversam contigo, falam o que tu precisa ouvir ou o que não precisam ouvir mesmo, mas eles falam na cara, e é muito bom isto. (Entrevista com Sol, em 23/12/2020).

Este reconhecimento da necessidade do jovem, mas também de sua vontade, de seu desejo, é o que impulsiona ao desenvolvimento profissional. E esta oferta de cultura, lazer e conhecimento é o que instiga ao desenvolvimento social e político do jovem como cidadão, que realmente pertence a uma sociedade, que pode e deve sair da margem e ocupar os espaços, integrando-se à sociedade, exercendo um direito e um dever de participação social e política. Mais do que se sentirem lisonjeados pelas apresentações que fazem em Universidades como a PUC, nas ruas e feiras abertas da cidade, pelas entrevistas que participam nos meios de comunicação como a TV RBS, ou mesmo nas entrevistas para trabalhos acadêmicos universitários, estes são espaços de fala, de visibilidade, oportunidades em que mostram suas capacidades de fazer, falar, pensar e agir, como cidadãos que são, e seres tão em desenvolvimento quantos os jovens da sociedade reconhecida. Por outro ângulo,

esta amostragem de uma juventude excluída é uma oportunidade para percebermos o direito negado a esta parcela de nossa sociedade.

Corroborando com esta reflexão, temos o conceito de Sarlet, sobre dignidade humana:

Temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva reconhecida em cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos, mediante o devido respeito aos demais seres humanos que integram a rede vida (SARLET, 2009, p.67).

Durante as entrevistas, conseguimos perceber o quanto estava sendo importante aquele momento para o jovem, porque, ao jovem da periferia, também é muito negado o direito de expressão através da fala, não só pela sociedade que o exclui, mas também pela própria comunidade, pela escola, pela família, que ainda creem que o jovem não tem nada a dizer, enquanto jovem, com base na compreensão antiga ou original da conceituação do jovem como um ser dependente financeiramente dos pais, ou emocionalmente, uma vez que não constituiu família ou não possui sua própria casa. Esta condição de respeito às opiniões da juventude, independente de sua autonomia econômica, emocional ou social, é algo muito novo ainda; o Estatuto da Juventude foi instituído em 2013, mas o conhecimento dele, a popularidade como lei, é bastante pequena ainda. É uma oportunidade para expressar opiniões e se reconhecer como um ser capaz de desenvolvimento físico e intelectual como todos os jovens, que pode sim ter projetos de vida, ainda que o ambiente em que viva seja tão desfavorável. O erro não está nos jovens da periferia e nem eles nasceram no lugar errado; o erro está na administração da sociedade não compartilhada.

Para Berger e Luckmann,

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 221).

Na relação com os representantes da segurança pública, que são os postos da brigada militar próximos aos CJ, a partir dos relatos dos jovens percebemos que o tratamento se mostra abusivo, considerando a desproporcionalidade dos atos dos responsáveis pela segurança diante das situações apresentadas, conforme revelados pelos jovens, situações em que são “emparedados” para revista apenas por andarem em grupos, por falarem alto, ou pelas vestimentas típicas “moda da vila”, como menciona uma jovem. Só o fato de “emparedar” já é

uma violência absurda e a justificativa não é menos absurda. Submeter os jovens a um constrangimento, submissão por suspeita infundada, viola todos os direitos de integridade física, moral, o direito de ir e vir, de se manifestar, de livre arbítrio, atitude esta institucionalizada e aceita pela sociedade, que presencia constantemente situações semelhantes.

Um dos eixos do Programa de Oportunidades e Direitos, intitulado Efetividade Policial e Segurança Cidadã, propõe estabelecer uma aproximação destes servidores da segurança com a comunidade. Foram realizados encontros e palestras, possibilitando um ambiente de diálogo para os policiais mostrarem aos jovens o trabalho da Brigada Militar, mas o resultado parece estar longe do objetivo, pois existe uma resistência de ambos os lados, dificuldade de mudança de postura, de olhar, e uma comunicação falha; são polos que não interagem, os jovens evitam se aproximar dos postos da Brigada Militar, que em tese estão ali a serviço daquela população.

Em relação ao objetivo deste projeto, Efetividade Policial e Segurança Cidadã, cuja proposta é a construção de uma relação mais estreita, mais cooperativa, amigável, entre polícia e comunidade, Japah comenta:

Estes dias eu tomei dois... me abordaram duas vezes seguido, uma vez lá na 12 lá, fizeram eu e uma amiga minha também passar vergonha, porque eles pensaram que a gente era gurizão, e começaram a taca-lhe o pau em nois ali, batendo né, e bah.... eu não gosto de polícia. É uma coisa assim que não ajuda em nada, só tamo gastando o dinheiro à toa, do governo. Acho que até é nosso também este dinheiro. Muitas vezes eles ficam até ali dentro do curso, mas eu não goste nem de passar do lado. (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

Os jovens relatam sobre as duas ou três oportunidades de diálogo com a polícia, em Fóruns de Segurança, e também a tentativa de aproximação através da música, também com o objetivo de dialogar sobre o significado desta instituição, sua função perante a sociedade; porém, não teve um significado importante para os jovens, que argumentam que o discurso dos responsáveis pela segurança não corresponde à realidade, ao cotidiano. Contam que tiveram a oportunidade de visitar, com o grupo de música do CJ, uma unidade da Brigada, onde ocorrem os ensaios da banda militar, ano em que esta instituição se apresentou no evento social do POD, Caravanas da Juventude, que ocorre todo final de ano. Quanto à relação com o posto policial, Robert acredita que poderia ser melhor e relata:

Antes da quarentena teve um fórum sobre segurança, mas eles não queriam falar, muitas perguntas eles desviaram, diziam que não podiam responder, tipo as perguntas sobre as abordagens. (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Ver polícia na rua? Depende do lugar onde tu está, pra saber se é bom ou ruim. Abaixo da faixa não é bom ver polícia. (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Há uma naturalização da violência e abuso de direito contra os jovens da periferia por parte da sociedade, reconhecida e aceita pelo Estado na postura das diversas instituições públicas, quando submetem a revistas policiais abusivas, a esperas intermináveis nos postos de saúde, ao disponibilizarem escolas sem a mínima estrutura, em prédios degradados e carência de um corpo funcional preparado para atender o número e necessidade dos alunos; são inúmeras formas de violação dos direitos humanos e uma total ineficácia do Estado em mudar a situação. Não podemos compreender a ideia de humanidade nestes comportamentos tão inábeis, impróprios de um serviço de segurança pública cidadã, de um serviço educacional, entre outros. As pessoas são abordadas com desrespeito, partindo da ideia de suspeitos que devem provar que são inocentes, a lei sendo exercida ao revés. O sistema educacional deseduca, negligencia e oprime, são lições de violência. O sistema de saúde é deficiente e se esvazia, porque a primeira condição para a vida saudável é a alimentação. O rompimento com esta estrutura já tão consolidada socialmente dependerá de ações governamentais e programas sociais, que efetivem a valorização do ser humano e a satisfação das necessidades humanas e estimulem a humanização, empatia, cidadania, a solidariedade.

Nas palavras do Honneth:

Por fim, em face desse tipo de desrespeito, que lesa uma pessoa nas possibilidades de seu autorrespeito, constitui-se ainda um último tipo de rebaixamento, referindo-se negativamente ao valor social de indivíduos ou grupos; na verdade, é só com essas formas, de certo modo valorativas, de desrespeito, de depreciação de modos de vida individuais ou coletivas, que se alcança a forma de comportamento que a língua corrente designa hoje sobretudo com termos como “ofensa” ou “degradação”. Se esta hierarquia social de valores se constitui de modo que ela degrada algumas formas de vida ou modos de crença, considerando-as de menor valor ou deficientes, ela tira dos sujeitos atingidos toda a possibilidade de atribuir um valor social as suas próprias capacidades (HONNETH, 2009 p. 217).

Na continuidade da análise da entrevista aos jovens, todos os entrevistados relatam o trabalho observador da psicóloga, da orientadora e da assistente social no acompanhamento dos jovens. Ao perceberem mudança de comportamento, procuram verificar o que está ocorrendo, primeiro ouvindo o jovem, mas também chamando a família, para buscar uma solução conjunta com os alunos e seus responsáveis; muitos jovens têm dificuldade no relacionamento com a família, muitos são os conflitos com a figura materna, não na ideia da dificuldade maior no relacionamento com a mãe se comparado ao pai, mas pela composição familiar, em que a mãe exerce a função como chefe de família e como mantenedora do lar, na maioria dos casos, sendo a única responsável pelo sustento e educação dos filhos.

Muitas vezes as pessoas têm que escolher entre o trabalho ou CJ e outras querem coisas muitas imediatas, tipo assim, o que o CJ vai te trazer? Vai dar emprego? (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Os jovens relatam sobre a busca ativa, quando o jovem começa a faltar aulas, aparentemente sem justificativas, ou quando observam comportamentos diferentes, problemas de baixo rendimento escolar, conflitos mais sérios com colegas. Em situações de ausências constantes, o psicólogo ou orientador, a princípio, contata o aluno por telefone, chama para um diálogo; não havendo resposta, o orientador se desloca até a casa do aluno, procurando dialogar e verificar a justificativa do afastamento, para evitar que o jovem abandone o curso. Nesta atuação, o professor procura mostrar outras formas de ver um problema e outras soluções que o simples desistir de algo.

5.3.2 O que modificaria, excluiria ou acrescentaria ao CJ

No que tange às sugestões, expostas pelos jovens, para modificar ou aprimorar o POD Juventude, resumem-se no anseio de continuidade do projeto, de não interrupção de um trabalho, sentimento que possuem quando ocorrem demissões de professores, o medo de que não haja substituição, além do sentimento de perda, e apontam para a estrutura física dos Centros, precariedade dos prédios, a capacidade limitada dos recursos, a insuficiência no espaço reservado ao descanso ou ócio, o número reduzido de quadras desportivas; possuem, geralmente, apenas uma quadra de esportes, que não comporta o número de alunos.

Entretanto, no decorrer das entrevistas, percebemos outras insatisfações, como as relativas aos benefícios, auxílio-transporte e auxílio-alimentação, o difícil acesso aos Centros, a dificuldade na relação com os servidores da segurança pública, a localização não centralizada dos CJ, a suspensão das atividades no CJ Alvorada durante parte do período de pandemia, entre outras.

Para Robert (entrevista em 21/10/20200), a estrutura física é bastante precária: não possuem uma cozinha adequada ao uso, considerando o número de jovens que faz cursos como gastronomia, garçom, confeitaria e outros. O número de salas é insuficiente diante da quantidade de jovens que buscam os Centros; as salas não possuem ar condicionado ou, quando tem o aparelho, é bastante antigo ou está fora de funcionamento, aguardando conserto.

Os Centros da Juventude, conforme falas dos jovens, não estão preparados para receber jovens com mobilidade reduzida; não possuem rampas, somente escadas para acesso aos andares superiores, além de espaços e passagens reduzidas que não atenderiam à necessidade de um cadeirante, por exemplo, e sinalizações precárias ou inexistentes para pessoas com limitação ou carências visuais.

Um aspecto bastante frustrante aparece quando os jovens falam sobre as substituições dos professores e orientadores dos centros. No início de 2020, houve o fechamento de todos os cursos para a readequação, por quase dois meses, quando houve troca de gestão no CJ, procedimento que ocorre sempre que um novo parceiro adere ao programa, na qualidade de administrador do Centro; todo o quadro funcional muitas vezes é alterado e, embora os substitutos façam um bom trabalho, assim como os anteriores, esta alteração constante acaba por trazer um prejuízo na evolução dos trabalhos e no objetivo que se quer atingir na instituição. São situações que causam muita revolta aos jovens, da mesma forma quando um curso é excluído ou suspenso por baixo índice de procura ou participação, ou motivos outros.

Uma coisa que não gosto, não é culpa deles, mas não sei de quem é a culpa, é muito fácil demitirem professores, aí tu se apega no professor, e quando vê é demitido e aí tu fica revoltada, eu já fiquei muito revoltada com isto, quando demitiram o professor de rap, aí deu muita indignação. Não, não foi substituído. (Entrevista com Sol, em 23/12/2020).

Perdi as pessoas que me deram força. Me revoltei. Falei que ia fazer uma rebelião. O que mudaria: professor novo de dança ou a volta da prof.^a, Suelem. E um curso de barbearia, como na Cruzeiro. Que eu estou louca pra fazer. (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

Os jovens também observam e questionam a modificação que ocorre, a cada troca de gestão, no que se refere aos benefícios recebidos (transporte, alimentação); difere muito de uma gestão para outra. Relatam que algumas gestões, e em determinados períodos, recebem ajuda com o vale-transporte e até duas refeições diárias servidas nos Centros, enquanto que em outros recebem somente um dos benefícios ou mesmo nenhum. Argumentam que não deveria existir esta alteração, por que o Centro da Juventude tem sempre o mesmo propósito, objetivo e justificativa.

Os prédios utilizados por alguns Centros da Juventude são temporários (Viamão, Alvorada, Ruben Berta), compartilhando espaço com muitas outras instituições, o que traz um prejuízo aos jovens; perdem a individualização do projeto, em alguns locais se torna complexo identificar o limite entre uma instituição e outra, se é o CJ, o CIEE ou Centro de Atendimento à Mulher, são espaços muitos próximos, todos em um mesmo prédio ou terreno. Esta organização e transparência física do local são importantes para os jovens; a escola é melhor identificada preservando a individualidade do projeto, a privacidade coletiva, considerando um projeto voltado exclusivamente para o público jovem.

O lugar não é muito bom, é meio escondido, a infraestrutura poderia ser melhor, com uma cozinha maior e mais uma quadra de esportes, pois temos apenas uma. Não possui acessibilidade, temos muitas escadas, para pessoas cadeirantes aqui no CJ Viamão, (Entrevista com Anita, em 21/10/2020).

Foi também apontado pelos jovens o fato do CJ Alvorada ter suspenso as atividades durante o período da pandemia; os demais tiveram continuidade nos trabalhos, ainda que alguns de forma mais precária; uns centros tiveram mais dificuldade do que outros para se adaptar à nova realidade, que veio de forma muito inesperada, imprevisível. Para os jovens e famílias, a dificuldade não foi menor, pois a maioria dispõe apenas de celular para conectar ao CJ e assistir às aulas e *lives*, e o acesso à *internet* é bastante instável nas comunidades onde se localizam os Centros da Juventude.

Na minha comunidade deveria ter mais oportunidade, os jovens têm que trabalhar em POA, deveria ter mais local de esporte, cultura, lazer. A gente só tem o CJ, agora fechado. Não tem mais nada em Alvorada. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Uma das observações feitas pelos jovens de Viamão foi quanto à localização do Centro, que não favorece a população. O CJ fica na parada nº 32, início do Município, que se estende ao longo da BR, chegando até a parada 150, além da grande extensão da cidade no sentido transversal à avenida principal, o que torna o acesso difícil e dispendioso demais aos usuários, pois precisariam usar dois ônibus para chegar ao local. Para a população do bairro Águas Claras se torna inviável, pela enorme dificuldade na locomoção. Também foi relatado que o prédio é pequeno e que abriga várias instituições como CIEE, conselho tutelar, conselho do idoso, Sine, posto policial, uma escola de nível fundamental e conselho da mulher, o que torna o ambiente confuso, lotado e difícil de localizar, diante de um espaço físico tão compartilhado.

Em nenhum momento os jovens fazem observações negativas, que não sejam passíveis de superação, nas relações entre as pessoas ou em relação ao método de ensino ou conteúdos apresentados nos cursos, oficinas, palestras, no ambiente propriamente dos Centros da Juventude; entretanto, ao serem questionados quanto ao desenvolvimento e atividades que compõem o projeto efetividade policial e segurança cidadã, no que se refere à relação polícia-comunidade, não relatam muitas atividades ou eventos envolvendo a instituição, se resume muito mais na descrição da proximidade do posto da brigada, localizada ao lado ou muito próximo aos Centros; o que se observa é a desconfiança e descrédito dos jovens em relação ao serviço de segurança pública; na verdade, vai além do descrédito, existe um medo e a regra primeira nesta relação é o afastamento.

Por fim, os jovens mostram satisfação e disponibilidade durante o procedimento das entrevistas, respondendo aos questionamentos e contando suas experiências, muito à vontade, e se colocam à disposição, agradecendo a oportunidade do diálogo e de expressão.

Eu agradeço muito a oportunidade, por este local de fala, pelo interesse em conhecer e falar sobre o Centro, que foi um lugar muito importante pra mim e é pra tantos jovens. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

E ainda que possua dificuldades e entraves para a evolução como projeto social, os Centros da Juventude têm sido, desde sua criação, um importante auxiliador no enfrentamento dos problemas característicos desta população. Programas Sociais como este vêm atender a uma determinação legal imposta pela Constituição Federal, reafirmados no Estatuto da Juventude, que detalha direitos e garantias direcionadas especificamente ao público jovem. Creio que, se o Estatuto da Juventude fosse mais popularizado entre os jovens, melhor atingiria seu propósito, os jovens conheceriam seus direitos e veriam nesta lei um instrumento legal para melhorar suas condições de vida, participando das propostas sobre as políticas públicas para a juventude, como direito assegurado em lei, que prevê as discussões sobre o tema entre a própria população alvo, a juventude, e como um dever de cidadão, que cumpre seu papel representando com direito à voz e voto, nos processos decisórios, uma parcela da população, não menor, que é a juventude.

Esta precariedade de programas sociais, de processos de educação e oportunidades para a população em situação vulnerável, é que explica nossa imensa desigualdade econômica e absurda indiferença ao sofrimento e necessidade do outro; representa uma irresponsabilidade social e política das nossas instituições públicas, corroborada pela sociedade, que ignora, que se omite diante de tanta precariedade visível, se não de forma presencial, pelos meios de comunicação. Neste sentido, a conscientização da população desta realidade é um imperativo, assim como uma política governamental que possibilite e apresente ações de enfrentamento às violações de direitos sociais e de subsistência que afetam as populações que vivem à margem da nossa sociedade, aqui, neste trabalho, dando ênfase às necessidades da juventude marginalizada em decorrência da omissão pelo próprio Estado.

5.4 COMPREENSÕES E PROJETOS PARA O FUTURO

Qual é a compreensão que o jovem possui do mundo em que ele vive, o que são direitos sociais, qual é o alcance da palavra violência, quais os sonhos para o futuro, estes sonhos têm uma relação com a oportunidade, com a experiência que viveram nos Centros da Juventude? Estas são as questões que se quis responder aqui; uma tarefa difícil, porque representações em tese positivas, como cidadania e direitos sociais, os jovens, no primeiro momento, dizem que não sabem o que significa, o que é compreensível, diante de uma

realidade tão miserável em termos de direito à vida; no entanto, representações negativas como violência, discriminação e preconceitos, estas fazem parte do cotidiano deles, exemplificadas em grande número, e ainda não contemplam tudo que poderíamos identificar em termos de violência. Estamos aqui falando da violência velada, que aparece em um olhar, da violência simbólica, conceito social formulado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, que aborda a violência causada de forma psicológica, que não deixa marcas físicas de agressões, mas que talvez opere um prejuízo ainda muito maior ao ser humano, por que faz com que ele acredite na sua inferioridade existencial, a partir de um discurso simbólico, de uma classe dominante que se acredita superior.

Para Bourdieu,

[...] em termos de dominação simbólica, a resistência é muito mais difícil, pois é algo que se absorve como o ar, algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela (BOURDIEU, 1983, p. 270).

Quanto aos sonhos, precisamos necessariamente de projetos de vida para motivar nossa existência; para os jovens, o desejo por um futuro como realização profissional deve ser motivado, preparado antecipadamente, pelos pais, pela escola, pelo estímulo, pelo encorajamento; é preciso viabilizar uma trajetória, não apenas desejar estar lá. Em relação aos desejos, sonhos, planos para o futuro apresentados nas entrevistas, ainda que seja um desejo individual para os jovens, esta projeção para o futuro representaria muito mais, pois se trata do futuro de uma coletividade, de direitos sociais, de direito ao trabalho, de respeito, visibilidade, integração social, dignidade humana.

5.4.1 Sobre identidades e representações sociais

Abordar a temática identidade e representações sociais é uma tarefa instigante, principalmente quando dirigida à juventude. Para adentrar nesta temática, junto aos Centros da Juventude, foram formuladas questões sobre conceitos como cidadania, direitos sociais, segurança, discriminação e violência, na busca do entendimento que os jovens possuem sobre estes temas, dentro do universo em que vivem. Os jovens, como é o esperado, não possuem um vasto vocabulário ou conhecimento jurídico, o que faz com que seja necessário um exercício para compreender as definições e explicações sobre estes conceitos, o que não torna menos interessante a pesquisa, em absoluto.

Ao responderem aos questionamentos, os jovens vão logo esclarecendo que não sabem muito bem o que significa ser cidadão ou o que são direitos sociais, mas ao mesmo tempo,

exemplificam de forma acertada, ainda que não seja tão clara a extensão destes direitos sociais ou a amplitude do conceito de cidadão.

Os jovens se percebem como cidadãos na carência de muitos direitos fundamentais, individuais, coletivos ao descreverem o bairro sem asfalto, a rede de esgoto precária, falta de transporte urbano, carência na educação formal, insuficiência de políticas públicas de inclusão, por exemplo, no momento que relatam que apenas um CJ não é suficiente para atender à população de um município, como é a situação de Viamão.

O termo cidadão é concebido na luta pela sobrevivência, na segurança ou insegurança, individual e coletiva, na compreensão da responsabilidade social, na solidariedade humana, na alteridade como princípio básico para uma sociedade justa e equilibrada.

Pra mim um cidadão é uma pessoa que tem que correr por ti mesmo, tem que lutar pelas coisas que... vamos supor, a gente trabalha, trabalha, trabalha, a gente vai fazer um rancho, o arroz tá 23 pila, um óleo tá quase 9 pila também, pra mim, se eu to vendo isto, o que eu vou fazer, vou lutar pelos meus direitos, eu vou lá, fazer protesto, também, resolve não resolve, faço greve, eu vou lutar por mim, vou lutar pelos meus direitos né!. Eu acho que é isto pra mim, né! (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

Os jovens revelam em suas falas, o desejo do exercício político no direito de expor suas necessidades e exigir garantias mínimas; se trata de um interesse comum que deveria ser abordado publicamente por todos, em espaços sociais, educacionais, políticos. O espaço da Escola deveria ser utilizado para discutir as necessidades, objetivos daquela comunidade específica, que são os alunos, o que eles precisam, as dificuldades que eles encontram naquele meio, assim como espaços para discutir os problemas do condomínio, do bairro, da vila, do município, ao tratar sobre a mobilidade, o atendimento do transporte urbano, dos locais de lazer, da estrutura da rua, calçadas, ou falta desta estrutura, iluminação, saneamento, etc. Em fim discutir as condições em que se vive é cidadania.

Queremos participar, queremos debater, queremos que nossas vozes sejam ouvidas em público, e queremos ter a possibilidade de determinar o curso político de nosso país. Já que o país é grande demais para que todos nós nos unamos para determinar nosso destino, precisamos de um certo número de espaços públicos dentro dele (ARENDR, 2010, p.200)

Em algumas exposições dos jovens, se mostra claro o entendimento que, para ser reconhecido como cidadão é necessário a priori, o reconhecimento do direito de consumir, de trabalhar, do ir e vir, e quando apontam, em complemento, que não sabem o que ser cidadão é porque, me parece, não se reconhecem portadores de direitos. Ao mesmo tempo em que só posso ser efetivamente cidadão ao ser tratado como tal, pelos demais, na ideia de reconhecimento, de pertencimento, o mais amplo possível dentro da sociedade.

Cidadão é ter medo de sair na rua, é ter medo de ser assaltado, não sei muito bem o que é ser cidadão. (Entrevista com Sol, em 23/12/2020).

Cidadão é ser responsável, ouvindo o outro, poder proporcionar o bem para outras pessoas, ser cidadão é tratar a outra pessoa como parceiro. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Reconhecem que não existe igualdade entre as pessoas quanto aos direitos e garantias constitucionais ao traçarem um comparativo entre os direitos das pessoas conforme bairros em que vivem, confrontam estas diferenças mencionando o padrão de vida de pessoas que vivem nos bairros mais próximos, fazem este contraponto com bairros de classe média e baixa; os bairros de classe alta ficam excluídos, é impossível aferir, são considerados muito além do universo em que vivem.

É eu, você e todos os outros que estão aqui. Somos nós. Mas ser cidadão é pelo, menos ter os seus direitos, direito de ir e vir, direito à segurança, à educação. Ser cidadão além de existir é ter seus direitos, ali pra você. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Os direitos sociais são identificados no direito à infraestrutura e urbanização do bairro como saneamento básico, ruas asfaltadas e sinalizações, eletricidade nas residências, no direito à educação, saúde, serviço de transporte para o bairro, liberdade, direito ao trabalho. As definições dos jovens sobre estas representações estão no reconhecimento da ausência destes direitos, conforme observação de Japah:

Mais ali na zona sul eles já tem mais que nós, eles já são bem mais rico que nós, o nosso chão aqui é de areia, lá é asfalto, sinaleira bombando, aqui, eles esquecem da gente, no postinho da 12, a gente tem que ficar esperando oito horas pra poder ser atendido, e chega lá, eles atendem bem rapidinho, fala serio!! São bem mais que a gente. (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

O lazer para os jovens destas comunidades fica restrito aos passeios em parques e feiras, nestes ambientes públicos mais centralizados, pois as áreas limites, onde se situam estes bairros periféricos não possuem estrutura física e urbana planejada que desperte o interesse dos moradores para desfrutarem do lazer. A vida noturna para os jovens da periferia alcança bairros classe média e baixa, como Centro Histórico, Bonfim, Cidade Baixa; bairros com alto padrão de vida como Moinhos de Vento, Bela Vista, Ipanema, somente iriam para trabalhar. Da mesma forma se processam os passeios e visitas aos Shoppings Centers da cidade. Existe uma fronteira invisível, que limita o direito de ir e vir das pessoas, fronteira representada nas situações socioeconômicas e culturais dos indivíduos, que se sobrepõe à delimitação topográfica e aos limites físicos.

Para Berger e Luckmann (2012), as instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam

tecnicamente possíveis. Este caráter controlador é inerente à institucionalização enquanto função, independente dos mecanismos de sanções estabelecidos para apoiar determinada instituição. Estes mecanismos de sanções compõem o que reconhecemos como sistema de controle social, representados nas instituições, que agrupadas dão forma ao que denominamos sociedade.

Nas palavras de Berger e Luckmann,

A questão de saber quais são os papéis que se institucionalizam é idêntica à questão de definir quais as áreas de conduta afetadas pela institucionalização, e pode ser respondida da mesma maneira. Toda conduta institucionalizada envolve um certo número de papéis. Assim, os papéis participam do caráter controlador da institucionalização. Logo que os atores são tipificados como executantes de papéis, sua conduta é *ipso facto* susceptível de reforço (BERGER; LUCKMANN, 2012, p. 100).

Cada uma destas instituições, que conformam a sociedade, estão representadas e se traduzem nas atitudes do indivíduo que a representa, o funcionário, público ou privado, assume esta função, este papel, perante a sociedade; e esta sociedade contribui, reforça no cotidiano o pactuado institucionalmente. As instituições se encarregam de impor limitações ao direito de ir e vir, de ficar, de estar, do indivíduo, como um impositivo da própria sociedade, que segrega, que exclui, lugar onde a alteridade absolutamente não existe, operando a multiplicidade; não encontrando uma palavra que defina a ausência da alteridade, é o não reconhecer o outro como indivíduo semelhante, mas como desiguais, antagônicos.

Neste sentido, o indivíduo precisa ser reconhecido socialmente como membro desta coletividade para ser considerado um autêntico cidadão, portador de direitos, do contrário ele é um excluído social. Não existe nenhuma consideração sobre necessidades humanas, o que se avalia é a origem, a etnia, a capacidade de consumo, a capacidade de realizações ou potencialidades conforme a condição econômica ou *status* social, como requisitos para declarar se é ou não parte da sociedade, como pessoa de direitos, e o alcance ou omissão destes direitos conforme análise destes quesitos sociais e rótulo recebido. Quem define? A própria sociedade, diretamente ou de forma institucionalizada.

Conforme Honneth,

Reconhecer-se mutuamente como pessoa de direito, significa que um sujeito é respeitado se encontra reconhecimento jurídico não só na capacidade abstrata de poder orientar-se por normas morais, mas também na propriedade concreta de merecer o nível de vida necessário para isso (HONNETH, 2009, p.193).

Quando o tema abordado é segurança pública, as observações são bastante negativas. Este descrédito dos jovens, no trabalho dos policiais acaba abrindo um espaço vazio, onde não há segurança institucional não existe também o certo e o errado, não há regramento, podendo

ser campo aberto para ocorrência de conflitos. Esta ausência de prestadores de serviço de segurança acreditados, aos quais poderiam recorrer na busca de solução para atos de violência de qualquer nível, mas não o fazem, por não existir relação de confiança, senão desconfiança e insegurança. Os jovens relatam que possuem medo dos policiais, que se sentem inseguros até mesmo ao cruzar por um policial, que baixam a cabeça e nem olham para o policial. Existe uma total inversão de sentimento, dos jovens, em relação aos representantes da segurança pública, a sensação de segurança é substituída pela sensação de medo.

Não tem nenhuma aqui na lomba do pinheiro. Bem na frente do curso me botaram uma arma na cabeça. (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

Cidadão é saber conviver, saber respeitar as diferenças, acredito que seja isto, assim, segurança e se sentir seguro, tu poder caminhar na rua e não ter medo. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Polícia não é segurança, por experiência pessoal e experiência de amigas minhas. Eu nem sei o que é segurança. Mas acho que é poder sair na rua, do jeito que quero, sem medo, sem sofrer violência. Mas como isto aconteceria, eu não sei. Por que basicamente isto não tem. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Ver polícia na rua significa perigo, não é legal. (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Nas palavras de Glaucíria Mota Brasil,

A realidade deste contexto aponta para a necessidade urgente de profundas mudanças institucionais, políticas e culturais das polícias brasileiras, com objetivo de superar limites que lhes foram impostos pelo legado autoritário de 20 anos de ditadura militar, e que lhes subordinaram aos ditames do Estado ditatorial ou razões do Estado (MOTA BRASIL, 2016, p. 398).

Para os jovens, segurança deixou de ser polícia, porque segurança é confiança, eles complementam o entendimento, explicando que quando crianças acreditavam que o policial “cuida”, como um ídolo, um referencial para a garotada, mas ao chegarem à adolescência ou pré-adolescência esta relação se modifica completamente. Relatam que durante os encontros e palestras com os policiais que prestam serviço no Posto da Brigada Militar, próximo aos CJ, estes servidores da segurança pública não se propõem a um diálogo sobre a forma de trabalho, especialmente sobre as abordagens, ou o entendimento que possuem sobre os jovens da comunidade; nestas ocasiões, os questionamentos feitos pelos jovens não são respondidos, as respostas são desviadas ou argumentam que não podem tratar de determinados assuntos por ordens superiores ou por uma questão inerente à profissão.

Hipocrisia da polícia, nos encontros e eventos faz discursos e nas saídas dos jovens do CJ fazem paredão. Por que agente usa que a roupa que quiser, a moda da vila, e por que todos saem em grupo e aí os policiais colocam no paredão. (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

Tem um posto da polícia na frente do CJ, mas não serve pra nada, os policiais ficam só na frente, tomado um solzinho. (Entrevista com Sol, em 23/12/2020).

Existem comportamentos e situações já identificados pelos jovens, que recebem abordagem imediata e de forma violenta: jovens em grupo, com a roupa “moda da vila”, encarar um policial, andar com skate, sendo estes jovens negros ou identificados como gays ou trans, aumenta ainda mais a agressividade na abordagem.

Os negros sofrem mais com polícia, a gente sabe que têm estes privilégios, no caso por ser branca. (Entrevista com Anita, em 21/10/2020).

Os meninos que estão com skate são sempre abordados por causa das drogas. (Entrevista com Anita, em 21/10/2020).

Ao mesmo tempo, os jovens advertem que se sentem inseguros também em relação às violências cotidianas, decorrentes de nossa moderna sociedade consumistas, onde são assaltados por causa de um tênis, um celular, onde sofrem violências verbais, intimidações, agressões sexuais, violências contra os transexuais. Este sentimento de insegurança se impõe a todas as faixas etárias, ainda que os jovens sejam os alvos preferidos. A percepção da violência está na possibilidade real da ocorrência, assim como na imaginária, face à precariedade que vive uma grande parcela da sociedade, frente à questão da drogadição ou no discurso da impunidade. Dentro deste panorama, onde se percebe a insatisfação da sociedade e o sentimento de insegurança, é inegável que o modelo de segurança pública que temos é deficiente e insuficiente face à sociedade atual e exige uma adequação à nova realidade.

Neste sentido, asseveram os autores José Vicente Tavares dos Santos e César Barreira:

Visualiza-se, de modo largo, a formação de um modelo de segurança do cidadão e da cidadã, composto por políticas sociais, projetos sociais preventivos, protagonizados pelas administrações públicas, pelo mundo associativo, o terceiro setor, as escolas: é a emergência da planificação emancipatória no campo da segurança, enfatizando a mediação de conflitos e a pacificação da sociedade contemporânea. Isto significa uma perspectiva de desenvolver um processo civilizador de superação das formas de violência e de ampliação da cidadania desenhando uma agenda pública sobre o direito à segurança de cada cidadão e cidadã (TAVARES DOS SANTOS; BARREIRA, 2016, p. 31).

O Programa de Oportunidades e Direitos propõe, em suas diretrizes, uma mudança na relação entre os responsáveis pela segurança e a comunidade. Entretanto, esta tarefa não tem se mostrado fácil e, conforme os depoimentos dos jovens, houve poucos avanços no sentido de construir esta nova relação, se não harmoniosa, pelo menos respeitosa com a comunidade. A concretização deste objetivo exige uma mudança de olhar e de comportamento de ambos os lados, além de um treinamento, de uma nova instrução para execução do serviço de segurança pública aos servidores públicos, os policiais.

A estudiosa Glauécia Mota Brasil, ao discorrer sobre a nova formação dos policiais brasileiros, sustenta:

O processo educacional fundado nas inovações dos conteúdos para formação das forças policiais é um dispositivo relevante para a modificação dos policiais, pelo fato de que a educação pode desenvolver condições de possibilidades para as mudanças de paradigmas ou, ainda, mudanças de mentalidade para práticas institucionais inovadoras (MOTA BRASIL, 2016, p. 405).

Ao propor o tema violência, no procedimento das entrevistas, os apontamentos dos jovens são bastante objetivos e claros, apresentam a seguinte compreensão: a violência, quando física é exercida essencialmente pela polícia. A violência que percebem no bairro, entre as pessoas da comunidade é uma violência verbal, com exceção das disputas entre grupos rivais, no tráfico de drogas, resolvida nos homicídios e execuções com armas de fogo, dirigidas a um determinado grupo ou pessoa, enquanto que a violência policial se dirige a qualquer pessoa da comunidade que represente um perigo ou risco, na visão dos policiais, seja pelo perfil, pela etnia, idade, roupa que veste, música que ouve, ou mesmo a postura que o jovem assume diante dos policiais no primeiro momento da abordagem.

Já fui chamada de aberração dentro do ônibus, quando a pessoa se recusou a sentar no meu lado. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

se tu encarar um policial já era né, tu sai com um olho roxo, com uns tapão na cara, spray de pimenta no rosto (Entrevista com Japah, em 17/12/2020).

Quando questionados sobre situações de discriminação, os jovens apontam o preconceito racial, social, de gênero, cultural, linguístico, orientação sexual e a discriminação de forma coletiva, em relação aos bairros, enquanto que a violência é observada nas agressões físicas, morais, psicológicas e sociais. O preconceito e o processo discriminatório são o resultado de ideias e conceitos definidos previamente, resultam de um juízo de valor sem qualquer avaliação racional, sem ponderações, e de forma irresponsável, porque pode acarretar um prejuízo a quem é dirigido o ato ou fato discriminatório, difícil de mensurar e restaurar.

Os jovens não apresentam somente definições destes conceitos, apresentam situações reais discriminatórias e de violências. Nas comunidades em que vivem, o preconceito se mostra em relação à orientação sexual e a intolerância à comunidade LGBT, por motivo de desconhecimento das próprias famílias dos jovens e também por motivações religiosas, pois muitas famílias pertencem e frequentam igrejas como a Assembleia de Deus, que se mostram bastante homofóbicas e alimentam esta intolerância. Temos relatos dos jovens sobre estas questões de preconceitos na família que tem, de certo modo, origem na igreja que frequentam, considerando que as famílias seguem as orientações e conselhos destes líderes religiosos, como o preconceito com doenças que são expressas como um castigo de Deus ou incorporação de um ente estranho, preconceitos em relação à sexualidade, a drogadição,

vestuário, música. Uma jovem relata a dificuldade para a aceitação, por parte da mãe, de sua identificação sexual como trans ou não binária, como ela se identifica; a princípio, para a mãe, isto era inconcebível pelas leis da igreja; nesta situação real de conflito, houve um esforço dos psicólogos e orientadores do CJ, que mediarão a relação familiar, esclarecendo estes conceitos e, biologicamente, a estrutura do ser humano, física, psicológica, clínica, assim como tiveram diálogos com o jovem para que este compreendesse a limitação da família quanto à capacidade de conhecimento e absorção de determinados assuntos, e que o processo para esta compreensão é lento, e que necessariamente não precisa chegar a 100%, necessitando também deste esforço e compreensão dos jovens para possa se dar um entendimento entre as gerações, pais e filhos.

Quem mais me violentou foram homens, e o pessoal da igreja. Em um supermercado uma mulher pegou no meu braço e começou a me dizer que eu não era mulher pra andar vestida daquele jeito. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Nestes processos de conflitos, ainda que imperando a dificuldade de comunicação, os jovens relatam que entendem que as discriminações e preconceitos desta natureza decorrem da falta de conhecimento, pelo fato das pessoas desconhecerem ou não entenderem determinado assunto, salientam a falha das instituições escolares ao não abordar determinados temas de forma clara e objetiva, como liberdades individuais, identidade de gêneros, dignidade humana, direitos e deveres individuais ou coletivos, direitos sociais, direitos das crianças, dos jovens, dos idosos; lacuna educacional que acaba originando gerações desrespeitosas, violentas, que acreditam que agredir o outro é um direito.

Contra estes jovens da periferia também se percebe a violência psicológica no âmbito familiar, ainda que a família não tenha plena consciência desta violência, que se expressa também no abandono do jovem como se fosse adulto e na omissão do atendimento familiar a este jovem que é um indivíduo ainda em formação, não está pronto para enfrentar os desafios da vida adulta. Nestas comunidades, jovens de 18 anos são tratados pela família e pela comunidade como adultos, desenvolvimento completo, capazes, com total e absoluta responsabilidade pelo seu sustento e suas escolhas. Ocorre que muitos deles não foram preparados para um mundo de responsabilidades, para enfrentar o mercado de trabalho, então completam 18 anos e são jogados à própria sorte. E não se trata aqui de mero desamor familiar, mas de enfrentamento à vida precária que se prolonga por gerações.

Além das questões discriminatórias e violência no âmbito familiar, os jovens enfrentam preconceitos nos seus cotidianos, como parte integrante da existência. Uma jovem relata o preconceito com o bairro onde mora, ao não conseguir uma vaga de emprego por

residir na Lomba do Pinheiro; preconceito linguístico e cultural também é bastante evidente nas fala dos jovens, quando relatam que são abordadas pela polícia por vestirem a “roupa da vila”, ouvirem RAP ou se comunicarem com vocábulos específicos do bairro e da juventude contemporânea (utilizam palavras como se fossem meros pronomes). Neste sentido, o CJ atua, buscando modificar ou amenizar este panorama discriminatório com as apresentações de RAP, Funk, Slam, Teatro, Capoeira, como grupos culturais do CJ, nas universidades, escolas, feiras livres, espaços públicos, levando ao conhecimento público, à sociedade, uma nova realidade contemporânea, promovendo a diversidade cultural e o respeito às diferenças, além de representar uma ocupação de espaços que é um direito de todos os cidadãos, independente de classificação determinada a partir do *status* social.

Discriminação sempre tem, principalmente quando tu diz que mora na Lomba do Pinheiro, quando tu mora em vila, sempre tem, quando tu tá numa entrevista de emprego e aí tá indo tudo bem e aí perguntam onde tu mora e aí tu fala Lomba do Pinheiro e aí já te olham com aquela cara já, e aí tu já sabe que não vai conseguir o emprego. E isto é muito difícil, quando tu mora em vila, bairros perigosos assim, que já foram bem mais perigosos antes, aí tem esta discriminação das pessoas, mais das que moram na zona norte, zona sul, sabe! Mas o que mais tem discriminação mesmo na Lomba do Pinheiro é com as pessoas negras ou pessoas que se vestem com o estilo delas, estilo de vila, com roupas que falam que é maloqueiro. Bá, Lomba do Pinheiro é o bairro da discriminação. (Entrevista com Sol, em 23/12/2020).

O racismo como preconceito se mostra não somente em relação aos jovens negros do CJ, mas também em relação aos bairros, na ideia de que pessoas brancas são superiores às negras e que pessoas que moram em bairros com maior poder aquisitivo são superiores às pessoas que vivem nos bairros da periferia. Existe um enquadramento negativo dos bairros e também de municípios, e os jovens sofrem com esta discriminação, pois como os locais onde foram edificadas os CJs recebem o rótulo de bairros ou municípios violentos, consequentemente seus moradores são identificados como pessoas agressivas, violentas, não confiáveis, envolvidas com o tráfico de drogas, são mais uma vez marginalizados e estereotipados, antes pelo baixo poder aquisitivo dos habitantes, agora pela rotulação de ambiente violento.

Para Jessé Souza,

Como esse mecanismo sociocultural de formação das classes sociais é tornado invisível, então o racismo da cor da pele passa a ser o único fator simbólico percebido na desigualdade do dia a dia. É importante, no entanto, notar também as carências que reproduzem as misérias que são de pertencimento à classe, já que elas, ao contrário da cor da pele do indivíduo, podem ser modificadas (SOUZA, 2019, p. 95-96).

Simultaneamente a este rótulo que estes bairros e municípios recebem de inferioridade racial, de lugares violentos e pessoas agressivas e inidôneas, promove-se o abandono ou

omissão, por parte da administração pública, quanto ao tratamento dispensado. Difere muito a atenção pública para os bairros de classe média/alta se comparada à atenção dispensada aos bairros da periferia. Trata-se de um processo discriminatório dirigido aos bairros, onde ruas não são pavimentadas, e quando pavimentadas não possuem calçadas; não existem parques ou praças, ciclovias, arborização, praças de brinquedos para crianças, sinalização de trânsito, principalmente dirigida a pedestres, pouquíssimos semáforos; é uma discriminação da administração pública que nos faz refletir sobre esta grande distorção urbanística, que certamente contraria a previsão legal, no direito de igualdade social, econômica e ambiental, traduzida na injusta distribuição do dinheiro público para atendimento e melhorias dos diversos bairros que compõem a cidade.

O local de moradia dos jovens, a linguagem utilizada em razão da comunidade e do grupo social ao qual pertencem, as vivências e costumes das comunidades que se apresentam distintas motivam e ampliam a exclusão social desta juventude. A violência social perante estes jovens está no preconceito e desrespeito às diferenças, na intolerância, submissão, no não reconhecimento destes jovens como indivíduos em desenvolvimento, por toda a sociedade. Já a violência, enquanto agressão física é exercida essencialmente pela polícia, conforme se depreende das falas dos jovens; agregada a esta violência física, está a violência psicológica, moral, social, que tolhe o desenvolvimento saudável do jovem e fere amplamente o princípio da dignidade humana.

Neste sentido, as palavras de Sarlet, quanto à correlação que há entre a pobreza, exclusão social e os direitos fundamentais.

A conexão da dignidade da pessoa humana com a problemática da pobreza e exclusão social não se limita, todavia, ao déficit de autodeterminação e à privação do assim chamado mínimo existencial, pois se manifesta igualmente por meio do processo de humilhação (e conseqüente perda até mesmo da autoestima) à qual está sujeito todo aquele afetado pela pobreza extrema e pela exclusão (SARLET, 2009, p. 105).

Para que se promova uma mudança social, é necessária a atuação de um governo democrático, que se efetiva na participação social e política de toda a coletividade que integra a sociedade, incluindo, e talvez principalmente, a juventude, que historicamente protagoniza as grandes mudanças sociais e políticas. O Estatuto da Juventude vem promover e ampliar esta participação social e política dos jovens, já garantida constitucionalmente. Dispõe o artigo 4º do Estatuto: “O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude”, enquanto o artigo 21º garante a participação “nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social”.

Segundo Jessé Souza,

O mundo social é percebido como algo construído, o que enseja também uma atitude mais ativa em relação a ele. Esta atitude básica se contrapõe à percepção do mundo como dado, como uma natureza sob outra forma, em relação à qual é preciso se adaptar (SOUZA, 2019, p. 186).

Esta conscientização dos jovens sobre a importância da participação política é muito incipiente na classe juvenil, principalmente em relação aos estudantes de ensino médio, e não deveria ser desta forma, considerando que, a partir dos 16 anos, o jovem tem direito ao voto. Creio que se trata de uma grande lacuna no sistema de ensino, porque não necessita de uma disciplina exclusiva, determinada para abordar temas como direitos fundamentais, individuais, sociais, políticos, são assuntos que podem ser abordados de forma multidisciplinar, tratados em todas as disciplinas do ensino fundamental, secundário ou superior; a partir desta reflexão, percebe-se que não há nenhum interesse das instituições de ensino em levar o conhecimento mais básico e o exercício do pensar aos jovens estudantes, um desconhecimento que traz um grande prejuízo a gerações de estudantes de todas as classes sociais e, de forma extrema, aos jovens estudantes invisíveis da periferia, os excluídos sociais.

Para Honneth, é o reconhecimento negado individualmente, que poderá unir os indivíduos em torno de direitos excluídos, do respeito moral, resultando na organização de grupos que fomentarão a luta pelo reconhecimento intersubjetivo.

Nas palavras do autor,

O surgimento de movimentos sociais depende da existência de uma semântica coletiva que permite interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual, mas também um círculo de muitos outros sujeitos (HONNETH, 2009, p. 258).

Neste sentido, uma mudança de comportamento da sociedade face à esta população excluída, que são os bairros da periferia, exige uma conscientização e uma organização coletiva, no sentido de enfrentamento às diferenças impostas.

5.4.2 Projetos de futuro dos jovens

Quanto aos planos para futuro, para alguns é uma meta bem objetiva que se quer atingir, para outros não existe um plano exato para o futuro, mas a certeza do querer dar continuidade aos estudos, o que se substancia razoável e acertado como planejamento de futuro, dentro desta faixa etária dos jovens entrevistados.

O POD, por meio do CJ, representa uma política de enfrentamento às violações de direitos sofridas pelos jovens. Ao ingressar no Centro, o jovem começa a entender que tem

um papel na comunidade como cidadão, e tem muita ciência da importância deste local de fala, da oportunidade que está tendo para adquirir conhecimento, deste direito disponibilizado de educação e estudo, do espaço de respeito mútuo, de igualdade, percebida esta compreensão dos jovens, quando na eminência do CJ paralisar ou suspender as atividades, os jovens exercem um papel fundamental de manter ativos os cursos, atividades e serviços do CJ, em um trabalho conjunto de equipe, onde os jovens assumem monitorias de ensino, funções de limpeza e conservação do ambiente, cuidados com a horta comunitária, organizam-se para defender um bem, um direito adquirido, uma possibilidade de valor existencial para toda uma comunidade.

Nas palavras de Jessé Souza,

É a ausência de processos de aprendizado coletivo e de sua institucionalização social e política que explica nossa abissal desigualdade e indiferença ao sofrimento. Não tem nada a ver com corrupção vira-lata herdada dos Portugueses e estoques culturais imutáveis. São, afinal, processos de aprendizado coletivo que garantem uma economia emocional/moral e cognitiva, em alguma medida, efetivamente compartilhada e, portanto, um patamar comum para todos os indivíduos de todas as classes sociais (SOUZA, 2019, p. 161).

A partir das falas dos jovens percebemos que eles acreditam em um futuro que foi potencializado ou direcionado pela oportunidade que tiveram ao frequentar os cursos profissionalizantes e cursos preparatórios nos Centros da Juventude. Todos fazem planos, almejam um futuro melhor, acreditam na oportunidade de um emprego que lhes possibilite continuar os estudos, tornarem-se independentes financeiramente, terem uma casa própria só deles. Todos os jovens entrevistados vislumbram o ensino superior, alguns vão além da faculdade nos projetos futuros.

A minha meta é me formar em gestão social, o sonho é organizar uma casa de acolhimento para a comunidade LGBT, para aqueles que sofrem violência, abusos ou são expulsos de casa. Foi ali que me identifiquei e me interessei pelo trabalho social, gestão social, ONGs, trabalho voluntário. Eu sempre pensei em trabalhar em algo que me desse dinheiro, mas ali eu descobri que não era só o dinheiro, mas a experiência em si, se sentir conectado ao que faz. (Entrevista com Nina, em 27/10/2020).

Além do conhecimento prático e teórico adquirido no CJ os jovens dão enfoque ao reconhecimento das capacidades individuais, a autoconfiança que adquiriram, a aprendizagem nas relações com o outro, a capacidade de comunicação, como elementos que servirão para impulsionar a um futuro profissional e também pessoal.

Eu vou acreditar mais nos meus sonhos, nas minhas ideias. Eu sempre gostei de trabalhar com comunicação, escrever, ser jornalista, estas coisas assim, mas como eu era uma toupeira, eu nunca iria arriscar isto. (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Os jovens têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos adquiridos no próprio CJ, eles vivenciam o resultado do aprendizado em diversas áreas, demonstrando os conhecimentos, na gastronomia, área de informática, na comunicação e divulgação do trabalho do CJ, evidenciando a liberdade que encontram para criar, com responsabilidade e, o estímulo que recebem dos professores para desenvolverem os trabalhos e tarefas.

Mas este positivo, este voto, tipo eu confio em ti, pode começar com o projeto, então eu pensei, sai da zona de conforto e arrisquei, tipo assim: eu vou lá fazer o que eu acho que daria certo pra mim, e se não der certo, não foi um erro, o CJ me deu pernas para eu poder caminhar. (Entrevista com Robert, em 21/10/2020).

Segundo o pensamento de Berger e Luckmann (2012, p. 74), a ordem social é um produto humano, decorre da ação e da atitude humana, permanecerá a mesma se não houver interesse em modificá-la. Uma condição precária de vida tende a se repetir indefinidamente se não houver um esforço para modificá-la, mas, para isto, além de fornecer instrumentos, insumos para esta mudança social, é preciso conscientizar que uma ordem social nada tem a ver com a origem da pessoa, seja biológica ou uma herança familiar. Não vivo em situação de vulnerabilidade, sem recurso, à margem da sociedade, porque meus antepassados já viviam desta forma, vivo nesta condição por que existe um interesse em perpetuar tal condição, porque atende a um interesse e vontade também humanas.

Existe um descrédito, nas palavras dos jovens, em relação às instituições públicas como a segurança, saúde, educação tradicional (escolas). Percebemos esta desaprovação quando uma jovem explica que os professores do CJ são tão bons que nem parecem professores, quando um outro jovem relata esperar em uma fila no Posto de Saúde por quase 8 horas para um atendimento médico e a consulta se resumir a poucos minutos, quando relatam a imensa dificuldade e improvável assistência odontológica no sistema público de saúde. É uma classe social subjugando a classe considerada inferior, seres inferiores considerados não merecedores de um trabalho superior, ainda que seja um trabalho institucionalizado, a prestação de serviços públicos que vem garantir direitos fundamentais previstos constitucionalmente. Esta condição de miserabilidade pode ser não o lugar que escolhi, mas o lugar que me colocaram. Esta postura de submeter o outro, por ele não ser indivíduo suficiente para merecer respeito, atendimento, assistência é característico nas instituições públicas, isto tem um significado, e é aceito pela sociedade.

Ao relatarem sobre os planos para futuro, percebemos que, além do conhecimento prático profissional recebido nos Centros, os jovens experimentaram situações de autonomia, de autorrespeito e de autoconfiança. Os jovens revelam que não acreditavam em suas capacidades, que a principio não se achavam merecedores para exercer determinadas tarefas

nos Centros da Juventude. A questão da baixa autoestima dos estudantes, de não se acreditarem inteligentes o suficiente para desenvolver as atividades escolares, é suficiente para gerar um desinteresse no universo escolar e no ambiente de aprendizagem, acarretando um descrédito no futuro como indivíduo adulto com potencial de trabalho e merecimento.

Para Jessé Souza,

A desigualdade passa a ser justificada e naturalizada na medida em que é “percebida”, na dimensão consciente, como resultado do “mérito” e portanto como produto de qualidades individuais (SOUZA, 2006, p.74).

Os jovens entrevistados carregam um sentimento de racismo de classe desde que nasceram, de forma imposta pela nossa sociedade desigual, e de certo modo aceita por gerações, no sentido de privilegiar grupos em detrimento de outros, que caracteriza a exclusão.

O conceito de exclusão social, para Aguiar e Araújo:

Os processos de aumento das desigualdades sociais, bem como da pobreza, estão engendrando novo fenômeno, ainda mais radical. Conjuntos de pessoas estão sendo submetidos a uma situação de pobreza e desigualdade tão intensas, que correm o risco da desagregação social. Estão sendo desgarradas da estrutura moral, econômica e social. Esse novo fenômeno é denominado, geralmente, de exclusão social (AGUIAR; ARAÚJO, 2002, p. 25-26).

De encontro a esta trajetória de exclusão, o Centro da Juventude cumpre um papel de educador social, revertendo uma situação, dentro do possível, que pode alterar a trajetória de vida de um jovem. Fica evidente nas falas dos jovens o sentimento de reconhecimento do próprio potencial, que aflora a partir do estímulo e incentivo dos professores e orientadores, à criatividade, à autonomia, ao respeito. As oficinas e palestras sobre comunicação não violenta, processos conciliatórios, práticas restaurativas orientam para uma vida social pacífica, estimulam a convivência harmoniosa, a resolução de conflitos de forma conciliatória, e propagam a ideia de cultura de paz, inicialmente na família, atingindo a comunidade, bairro, que é o meio social mais próximo ao jovem. Estas habilidades cognitivas, a capacidade de comunicação e compreensão de ideias são exercitadas nos Centros da Juventude, para aplicação perante toda a sociedade, como ensinamentos e aprendizados que o jovem carregará com ele; o que se propõe é a conexão do jovem com o mundo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em sendo o propósito deste trabalho, buscar conhecer o motivo pelo qual os jovens se aproximam do POD, identificar as percepções e impressões dos jovens sobre este programa social, acredito que o resultado foi bastante satisfatório e julgo apropriado apontar, desde já, o quanto percebemos importante para os jovens serem ouvidos e certamente também para as organizações responsáveis pelos programas sociais ouvi-los.

Os relatos dos jovens são as respostas para questões que tratam do cotidiano deles dentro do espaço físico do CJ: por que ingressaram, como é participar do POD, como se estabelecem as relações sociais dentro e próximas a este espaço, a forma como veem o mundo através das conceituações de institutos como cidadania, direitos sociais, violência, preconceito, segurança, apresentadas de forma muito pessoal, onde cada jovem seleciona um dado, uma informação, uma memória com relevância para ele.

A participação social e política dos jovens, tema que está presente no Estatuto da Juventude, é condição fundamental para a emancipação do indivíduo. É preciso dar voz, ampliar as alternativas de inserção do jovem nos espaços políticos e decisórios. O art. 4º, do Capítulo II – Dos Direitos dos Jovens, deixa claro que “O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude” e, nos seus quatro incisos esclarece o que devemos entender como participação juvenil, na representação ativa dos jovens nos processos decisórios que se refiram aos direitos da juventude, a inclusão dos jovens nas discussões políticas e sociais de interesse nacional, nas ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude, dando espaço ao protagonismo juvenil.

Os jovens têm consciência de que o Programa de Oportunidades e Direitos se trata de um programa social de governo, cujo objetivo em síntese é a dignidade humana, melhorar o convívio social, baixar o índice de violência, qualidade das relações na comunidade. As oficinas Cultura da Paz, Comunicação Não Violenta, Processos Restaurativos, Direitos Humanos, entre outras, apresentam aos jovens uma nova forma de comunicação, com o objetivo a princípio, de minimizar a agressividade natural do jovem, agravada pelas circunstâncias em que cresceram e vivem e, por conseguinte, alterar a conduta e cultura de uma coletividade. Este processo se inicia pelos jovens, como condutores de um novo modelo de relação, que se processará no âmbito familiar, ramificando-se na comunidade. Obviamente é um processo lento, e serve quase como um modelo piloto, pois atende a um número muito

pequeno de jovens, diante da população que vive em situação de vulnerabilidade social e econômica nos bairros da periferia.

Esta experiência vivenciada nos Centros da Juventude se mostra no aprendizado da arte de se comunicar, na capacidade de ouvir o outro e perceber que não é a violência, seja verbal ou física, que resolve um conflito, mas o processo conciliatório, processo porque não é instantâneo, mas construído, muitas vezes de forma lenta. Um aprendizado que resulta na modificação das relações familiares e com a comunidade, trazendo mais tranquilidade e equilíbrio à vida do jovem, que é por natureza uma fase inconstante, por vezes perturbadora. A juventude é um período de protagonismo, experiências, descobertas, mas também período de muitas cobranças, expectativas e incertezas, e para que este processo de crescimento transcorra da forma mais tranquila possível é importante que as relações familiares tenham como base o respeito e a afetividade, assim fica mais fácil para o jovem lidar com a incerteza do futuro e, aos pais, lidar com a ansiedade face ao destino e decisões, escolhas dos filhos.

Nos depoimentos dos jovens, pode-se perceber que neste espaço, Centros da Juventude, ocorre um processo de socialização importante, como um lugar de fala, um lugar de escuta, onde o jovem se apresenta e se reconhece como um indivíduo com personalidade própria, respeitado pelos demais. Os jovens se identificam entre eles e este processo de identificação, de se ver entre iguais, com os mesmos problemas, objetivos semelhantes contribui para gerar a autoconfiança e autorrespeito, reforça um sonho, um ideal, de perseguir objetivos, de mudar uma condição social, uma condição humana, e também a situação financeira.

Os procedimentos de pesquisa utilizados, essencialmente as entrevistas, elucidaram a problemática da pesquisa. Através dos questionamentos e resultantes diálogos foi possível explorar aspectos representativos das percepções dos jovens quanto às suas participações e pareceres sobre os Centros da Juventude; os temas abordados, como relações familiares, relações de trabalho, cotidiano, compreensão de alguns conceitos sociais representativos, como cidadania, segurança, discriminação, possibilitaram diversos relatos de experiências, das compreensões das relações, de história de vida, de projetos e desafios para o futuro.

A percepção do jovem sobre o Programa Oportunidades e Direitos, o significado que possui para o jovem a passagem dele pelo Centro da Juventude é muito maior, muito mais grandiosa do que eu suponha. A realidade da juventude da periferia, em sua maior parte, vai muito além da carência financeira, econômica; existe um abandono moral, psicológico, afetivo, ainda que vivam sobre o mesmo teto, é como se o jovem, a partir de 12, 14 anos, já possuísse maturidade e capacidade para tomar decisões e a partir dos 18 anos já tivesse

capacidade também para prover o próprio sustento, passando a ser responsável, absoluto e exclusivo, por ele mesmo. E é neste momento de abandono que surge o CJ para muitos jovens, como “uma tábua de salvação”, e que acaba atendendo a esta necessidade, suprimindo de certa forma uma ausência; em várias falas dos jovens se percebe que o local de segurança, de tranquilidade, de amparo era o CJ, como um refúgio das situações conflitantes dentro de suas casas. Em algumas situações se percebe o conflito, outras a negação, e casos bem visíveis de omissão dos responsáveis em relação aos jovens, onde o CJ se apresenta como refúgio.

Na condição de indivíduos adultos, como algo que faz parte da vida, a rejeição, o conflito, são sentimentos que nos abalam psicologicamente, muitas vezes temos que buscar ajuda profissional para compreender e aceitar determinadas situações, então imaginemos jovens sem maturidade, que estão em período de desenvolvimento, em fase de descobertas, de experimentação, confrontando-se com estas dificuldades. Em um momento da vida que buscam referências e apoio, por uma condição ao acaso, adolescentes e jovens são obrigados a confrontar a vida como se adultos fossem, por que nasceram e pertencem a uma classe marginalizada dentro de uma sociedade capitalista e ainda escravagista sob alguns aspectos. E, com esta dimensão, vem o Programa Oportunidades e Direitos contribuir para com a integração social do jovem na família, na comunidade e na preparação para as relações com a sociedade de forma mais ampla, além do universo bairro.

Percebe-se o impacto do Programa Oportunidades e Direitos nos projetos de vida profissional dos jovens quando eles mostram interesse em buscar as profissões cujo ofício aprenderam nos cursos do CJ, como funções junto à gastronomia, serviço de secretariado, gestão social, serviços relativos à estética e embelezamento. Também se percebe o despertar de interesse em áreas de conhecimento a partir de experiências em cursos e oficinas em que os jovens encontram identificação, a exemplo da fotografia, do serviço social, da tecnologia de informação, jornalismo, literatura, que possivelmente conduzirá a cursos superiores ou tecnólogos, levando ao profissionalismo.

A partir deste conhecimento adquirido e primeiro contato com as profissões, quando os jovens atuam no CJ como monitores ou integram o módulo Jovem Multiplicador, desperta o interesse por uma continuidade, o jovem começa a pensar em projetos futuros, porque lhe é permitido quando ofertado o conhecimento e a oportunidade de escolha, naquele momento o jovem tem a liberdade, pode optar pelo curso com o qual se identifica, dentro das possibilidades. Nas entrevistas, é perceptível de forma muito transparente o quanto contribui não só como formação profissional, mas como direção a que pode conduzir uma juventude marginalizada de uma comunidade. Uma jovem relata que despertou ali no CJ o interesse dela

pela fotografia e pelo jornalismo, um outro viu na gestão social um objetivo de vida a partir do apoio que recebeu, do acolhimento que teve dentro do CJ, jovens conhecendo e se familiarizando com a área de TI. Eles adquirem, reforçam ou recuperam a autoconfiança, o autorrespeito, através do conhecimento, da consciência do potencial que possuem e também no reconhecimento de suas potencialidades pelos orientadores e professores dos Centros.

Pela forma como os jovens se comportam durante a entrevista em confronto com tantas experiências negativas e desafiadoras que relatam, observando o jovem e suas falas, individuais ou em grupos, pode-se constatar mudança nas relações intrafamiliares e nas relações sociais nas comunidades às quais pertencem. A importância desta mudança se deve às oficinas que objetivam o exercício de comunicação e de conciliação. Nestas oficinas, são utilizados métodos de trabalho onde se mostra a essencialidade, a prioridade de ouvir o outro, e que a violência não resolve o conflito, ao contrário, agrava, e que se buscarmos compreender a posição do outro, conseguimos traduzir muito melhor o que queremos dizer, o que precisamos, o que sentimos.

Os jovens confirmam a melhora nas relações com a família, não que tenham atingido uma perfeição, mas uma qualidade boa de relações, e também na relação com a comunidade, em um exercício de relacionamento que não se encerra, como processo contínuo, e que obviamente poderá ter suas limitações face à cultura, crenças distintas e outras controvérsias, mas não servindo como empecilhos à comunicação, somando-se o ganho como habilidade adquirida que servirá para a construção de novas relações, sejam pessoais ou de trabalho.

O Programa de Oportunidades e Direitos apresenta um compromisso com as relações sociais, com um olhar no futuro destes jovens; a importância do programa POD está em discutir, rever e estabelecer a relação com o outro no universo social, seja pessoal, da comunidade ou do trabalho. A partir das relações construídas no Centro da Juventude, o jovem se percebe como parte integrante de um grupo, de uma comunidade, construindo o pensamento social do jovem, assim como recupera, aprimora e fortalece suas relações familiares.

Abordando o tema privação de direitos, Honneth (2009) aponta que os atos de desrespeito a um indivíduo ou grupo, seja em virtude da raça, do credo, da cultura, ataca a autoconfiança, o autorrespeito moral e a confiança na sociedade, interferindo de forma destrutiva na construção das relações sociais. Se um indivíduo não é reconhecido socialmente, então está sendo excluído, ignorado, tratando-se de experiência de privação de direitos. Tendo seus direitos negados, também negará seus deveres, de reciprocidade, de respeito ao outro, pois lhe foi usurpada a autoestima e a estima social.

Estas situações de desrespeito físico e moral do ser humano, de não reconhecimento social do indivíduo, podem ser a força motriz para a “luta por reconhecimento”. Entretanto, faz-se necessária a organização social, por meio de um movimento articulado de resistências a estas negações de dignidade humana, para que se exerça e concretize estes levantes sociais. Os movimentos sociais surgem da experiência negativa de uma coletividade. Neste sentido, os Centros da Juventude representam uma forma de resistência à condição precária a que estão submetidos os jovens destas comunidades. Neste cenário, encontram um espaço para uma vivência igualitária, de respeito, solidária; é como uma semente, uma amostragem da sociedade ideal; vivenciam situações de reconhecimento como seres de direitos e se tornam também conscientes da condição em que vivem e de como poderiam viver; a partir desta conscientização e experimentação, pode ter início a luta por reconhecimento, como cidadãos adultos negados pela sociedade.

As experiências vivenciadas promovem o empoderamento desta juventude, repercutindo de forma positiva para a família e comunidade, como um exemplo a ser seguido e orgulho por ter vencido obstáculos, que vão muito além da questão econômica e educacional: trata-se de um propósito de emancipação individual e também coletiva destas comunidades em que se situam os Centros da Juventude.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNAMO, N; **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo, Martins Fontes, 2003.
- ABRAMO, Helena; LEÓN, Oscar D. Introdução. In: Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. FREITAS, Maria V. (org). **Ação Educativa**. São Paulo. 2005.
- AGUIAR, M.; ARAÚJO, C. H. **Bolsa-Escola**: educação para enfrentar a pobreza. Brasília: UNESCO, 2002.
- ALMEIDA, B. G. M. Socialização e regras de conduta para adolescentes internados. **Tempo Social**, v. 25, n. 1, p.149-167, 2013.
- ARAGÃO, E. M. A.; MARGOTTO, L. R.; BATISTA, R. **Uma cidade=internação e suas multipli(cidades)**: encontros com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. **EPOS**, v. 3, n. 2, p.1-21, 2012.
- ARANZEDO, A. C.; SOUZA, L. D. **Adolescentes autores de homicídio**: vivência da privação de liberdade e planos para o futuro. Revista eletrônica de psicologia política, 2007.
- ARENDT, H. **A vida do espírito**: o pensar, o querer, o julgar. Trad. César Augusto Ramos de Almeida, Antônio Abranches e Helena Franco Martins. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010;
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Tradução D. Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ARPINI, D. M. **Violência e Exclusão**: Adolescentes em grupos populares. São Paulo: Edusc, 2003.
- BARBIBI, Rosangela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. **Revista Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 138-153. jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1051/3237>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- BATISTA, V. M. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2012.

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. **São Paulo em Perspectiva**, n. 18, p. 119-131, 2004.

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**: uma visão humanista. 30. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10. ed. Brasília: UnB, 1997.

BONAVIDES, P. A quinta geração de direitos humanos. **Direitos Fundamentais e Justiça**, n. 3, p. 82-93, abr./jun. 2008. Disponível em: http://www.ufjf.br/siddharta_legale/files/2014/07/Paulo-Bonavides-A-quinta-gera%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-fundamentais.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

BOURDIEU, Pierre. Sociologia. *In*: ORTIZ, R. (Org.). **Pierre Bourdieu**: Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. A “juventude” é apenas uma palavra. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BRANCO, B. M.; WAGNER, A. Os adolescentes infratores e o empobrecimento da rede social quando do retorno à comunidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, n. 2, p.557-566, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

BRASIL. Lei Federal nº. 8.069 de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

CARMO, P. S. **Culturas da Rebeldia**: a juventude em questão. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2001.

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Resolução nº 160/2013. Aprova o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo.

COSTA, A. P. M. **Os Adolescentes e seus Direitos Fundamentais**: da invisibilidade à indiferença. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

DALLARI, Dalmo. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. São Paulo: Summus, 2009.

DELLAZZANA-ZANON, L. L.; DE LUCCA FREITAS, L. B. Uma revisão de literatura sobre a definição de projeto de vida na adolescência. **Interação em Psicologia**, v. 19, n. 2, 2016.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

ELIAS, Norberto. **O Processo Civilizador**: uma história de costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norberto. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e Civilização uma história de costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norberto. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FACHINETTO, R. F. A casa de bonecas: um estudo de caso sobre as adolescentes privadas de liberdade no Rio Grande do Sul. *In*: TAVARES DOS SANTOS, J. V.; TEIXEIRA, A. N.; RUSSO, M. (Orgs.). **Violência e Cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: R. Ramalhe. 39. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GIDDENS, Antony. **A Constituição da Sociedade**. Tradução A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GIDDENS, Antony. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso Editora, 2012.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Tradução: M.C.S. Raposo. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HONNETH, A. **Luta por Reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

INHELDER, B; PIAGET, J. **Da lógica da criança à lógica do adolescente**. Tradução D.M. Leite. São Paulo: Pioneira, 1976.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da Violência 2018**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA; FBSP, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/49/atlas-da-violencia-2018>. Acesso em: 23 mar. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: IPEA; FBSP, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes/50/atlas-da-violencia-2019>. Acesso em: 23 mar. 2021.

LÉVINAS, E. **Da existência ao existente**. Tradução P.A. Simon. São Paulo: Papyrus, 1998.

LÉVINAS, E. **De Deus que vem s ideia**. Tradução M. Fabri, M.L. Pelizzoli, E.A. Kuiava, P.S. Pivatto (coordenador e revisor). Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

MACHADO, Martha de Toledo. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2003.

MARTINS, J. S. (Coord.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da Seguridade Social**. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 6. ed. São Paulo: Editora Jurídica Atlas, 2005.

MOTA BRASIL, Glauécia. Os paradoxos da formação cidadã na polícia brasileira: tensões e resistência no campo da segurança pública. *In*: TAVARES DOS SANTOS, J. V.; BARREIRA, C. (Orgs.). **Paradoxos da Segurança Cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

NOVAES, Regina. **Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias**. 2013. Disponível em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7079/02_REGINA_NOVAES.doc. Acessado em 01/02/2019.

PAZINATO, Eduardo. **Governança da segurança cidadã na América Latina e Caribe: perspectivas teórico-práticas.** In: TAVARES DOS SANTOS, J. V.; VISCARDI, N.; CAÑAS, P. E. A.; BRASIL, M. G. M., C. (Orgs.). **Violência, segurança e política: processos e configurações.** Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019.

PEREIRA, L; FORACCHI, M. **Educação e Sociedade: Leituras de sociologia da educação.** 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

PIAGET, Jean. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Summus Editorial, 1994.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto Estadual nº 52.010 de 17 de novembro de 2014. Regulamenta e determina a criação da estrutura administrativa para a execução do Projeto - Programa de Oportunidades e Direitos – POD.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº. 9.896 de 09 de junho de 1993. Cria os juizados regionais da infância e da juventude e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 13.122 de 09 de janeiro de 2009. Institui o Programa RS Socioeducativo e dá outras providências.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 14.227 de 15 de abril de 2013, que institui o Programa de Oportunidades e Direitos – POD.

ROLIM, M. **A formação de jovens violentos: para uma etiologia da disposicionalidade violenta.** Tese de doutorado não publicada, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

SENNET, Richard. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual.** São Paulo: Record, 2004.

SOUZA, S. M. G. (Org.). **Infância, adolescência e família.** Goiânia: Cênone Editorial, 2001.

SOUZA, J. **A Elite do atraso.** Rio de Janeiro: GMT, Estação Brasil, 2019.

SOUZA, J. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Belo Horizonte: UFMG, 2009.

TAVARES DOS SANTOS, J. V.; TEIXEIRA, A. N.; RUSSO, M. (Orgs.). **Violência e Cidadania**: práticas sociológicas e compromissos sociais. Porto Alegre: Sulina/UFRGS, 2011.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente; BARREIRA, César (Orgs.). **Paradoxos da Segurança Cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016.

TAVARES DOS SANTOS, J. V., VISCARDI, N., CAÑAS, P. E. A.; BRASIL, M. G. M., C. (Orgs.). **Violência, segurança e política**: processos e configurações. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019.

APÊNDICES

Roteiro proposto para as Entrevistas Semiestruturadas;

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as Entrevistas Semiestruturadas.

ANEXOS

Carta de Apresentação à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH;

Carta de Apresentação ao Departamento de Políticas para a Juventude (DPJ) da SJCDH;

Carta de Anuência da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH;

Carta de Anuência do Depto de Políticas para a Juventude da SJCDH;

Parecer de Aprovação do Comitê de Ética - Plataforma Brasil;